

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
CURSO DE ARQUIVOLOGIA

JACKSON GUTERRES DOS SANTOS

**A ARQUIVÍSTICA SOCIAL EXPRESSA NA DECLARAÇÃO UNIVERSAL SOBRE
OS ARQUIVOS: O CASO DOS ARQUIVISTAS SEM FRONTEIRAS - ASF**

PORTO ALEGRE
2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
CURSO DE ARQUIVOLOGIA

JACKSON GUTERRES DOS SANTOS

**A ARQUIVÍSTICA SOCIAL EXPRESSA NA DECLARAÇÃO UNIVERSAL SOBRE
OS ARQUIVOS: O CASO DOS ARQUIVISTAS SEM FRONTEIRAS - ASF**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para obtenção do grau de Bacharel em Arquivologia, da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Jorge Eduardo Enriquez Vivar

PORTO ALEGRE
2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Reitor: Prof. Dr. Carlos Alexandre Netto
Vice-Reitor: Prof. Dr. Rui Vicente Oppermann

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
Diretor: Prof. Me. Ricardo Schneiders da Silva
Vice-diretoria: Prof. Dra. Regina Helena Van Der Laan

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
Chefe: Prof. Dr^a.Ana Maria M. Moura
Chefe substituto: Prof. Dra. Helen F. Rozados

COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA
Coordenadora: Prof. Maria do Rocio Fontoura Teixeira
Vice-Coordenadora: Prof. Iara Conceição Bitencourt Neves

CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

S237a Santos, Jackson Guterres dos

A arquivística social expressa na declaração universal sobre os arquivos : o caso dos Arquivistas Sem Fronteiras – AsF / Jackson Guterres dos Santos. 2010.
f.

Orientador: Jorge Eduardo Enriquez Vivar.

Trabalho de conclusão (graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Curso de Arquivologia. Porto Alegre, 2010.

1. Arquivística social. 2. Arquivistas solidários. 3. Direitos Humanos. I. Enriquez Vivar, Jorge Eduardo. II. Título.

CDU: 930.25

Departamento de Ciências da Informação
Rua Ramiro Barcelos, 2705
Campus Saúde
Bairro Santana
Porto Alegre – RS
CEP: 90035-007
Telefone: (51) 3308-5067
Fax: (51) 3308-5435

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação
Departamento de Ciências da Informação
Curso de Arquivologia

A Banca examinadora, abaixo assinada, aprova o Trabalho de conclusão de Curso intitulado: A arquivística social expressa na declaração universal sobre os arquivos: o caso dos Arquivistas Sem Fronteiras – ASF, elaborada por Jackson Guterres dos Santos, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Arquivologia.

Data da aprovação: 06 de dezembro de 2010.

BANCA EXAMINADORA:

Professor e Especialista Jorge Eduardo Enriquez Vivar
(Orientador)

Professora e Mestre Maria do Rocio Fontoura Teixeira

Professora Doutora Lizete Dias de Oliveira

DEDICATÓRIA

Para Jane que sempre esteve ao meu lado sendo uma parceira, incentivadora e apoiando-me de todas as maneiras que estavam ao seu alcance. Pelo seu amor demonstrado em infinitas maneiras, dentre elas o de compreender e promover o entendimento, entre os familiares e amigos de que, as muitas horas dedicadas nesta jornada de conhecimento, foram investimentos, cujo retorno e mérito garantidos, não poderão ser jamais creditado a uma só pessoa. Sem toda uma infraestrutura de apoio no lar, a compreensão e o amor indescritível demonstrado por minha esposa e familiares, não teria sido possível a este avô – pai com açúcar – a realização pessoal de concluir o curso e receber a titulação de Bacharel em Arquivologia. Portanto, o mérito é de todos e a glória é de Deus!

AGRADECIMENTOS

Ao concluir este curso desejo agradecer de todo o meu coração:

... à dedicação, paciência, confiança sincera e encorajadora de Jorge Vilar, nobre orientador e ativista da ASF, que foi uma referência durante toda a jornada de conhecimento na Academia, tendo sido compreensivo, propositivo e uma referência profissional em descrição arquivística, além de ter inspirado a escolha da temática desta pesquisa pela consciência social despertada em relação à salvaguarda do patrimônio documental da humanidade;

... a todas e todos os colegas pela oportunidade e prazer de convivermos, bem como pelo afeto demonstrado em todos os sorrisos e abraços sinceros. Pela garra, persistência e uma demonstração de companheirismo e visão de futuro. Pela simplicidade, dedicação e sinceridade na construção colaborativa e coletiva de um aprendizado de Arquivologia dotado de amplitude, interação e participação social;

... a dedicação e compromisso dos professores com a qualidade de ensino, dentro do possível, e sua análise crítica em relação a este ponto crucial e tantos outros que são pertinentes a uma formação profissional mais humanizada do arquivista do terceiro milênio;

... aos colegas de trabalho do Arquivo do TRT, da 4ª Região, que me apoiaram e incentivaram a continuar na jornada de conhecimento arquivístico até o seu final, incluindo a sensibilidade da administração por ter autorizado minha transferência para servir no Arquivo Geral; sem este apoio e compreensão, o êxito final teria sido improvável.

... aos colegas e profissionais da AARS pela oportunidade que me deram de trabalhar neste coletivo e ter aprendido, com eles, de forma colaborativa, o espírito do que é realizar um trabalho voluntário em prol de uma causa digna e honrosa, outrossim, a todos os colegas respondentes da pesquisa.

... a meus pais, filhos e netos por serem o motivo principal pelo qual resolvi desafiar a mim mesmo, a concluir um curso de graduação, para que este empreendimento intelectual, muitas vezes protelado em função das prioridades, possa servir de incentivo aos seus planos e objetivos de vida, no sentido de usar a inteligência divina, que existe em cada um de nós, primando pelas boas conquistas e realizações enquanto atores sociais!

RESUMO

Pesquisa a configuração de uma nova arquivística, de uma arquivística social em processo de construção, colaborativa e coletiva, num mundo de aspirações globalizadas plurais, no qual se insere a causa universal dos arquivos e o despertar da consciência social para salvaguardar o patrimônio documental da humanidade e do Brasil. Mapeia, no cenário global, um novo ideário arquivístico baseado em ações solidárias. Propõe um diálogo aberto sobre o novo acultramento arquivístico-social do valor imaterial dos documentos: o valor de testemunho, de memória, na construção do conhecimento, da identidade e no suporte aos direitos humanos, viabilizando a reparação humana e social plena, para que os erros do passado não mais se repitam. Apresenta um estudo de caso da organização Arquivistas sem Fronteiras e seus desdobramentos em relação ao verdadeiro espírito prático de uma arquivística social em construção. Avalia o grau de conhecimento dos arquivistas sobre as organizações sociais, na área de arquivos. Contempla a reconfiguração do papel do arquivista e a necessidade de humanizar sua formação. Inclui a Declaração Universal sobre os Arquivos e seu efeito impactante e corroborativo da causa de uma arquivística socializante, solidária e humanitária. Compartilha o sentido da arquivologia social na sinonímia da Arquivologia 2.0 com seus pares da mídia social e da web social.

Palavras-chave: Arquivística Social. Arquivistas solidários. Patrimônio documental. Memória Mundial. Direitos Humanos. Processo de construção. Diálogo interdisciplinar.

ABSTRACT

It searches the configuration of a new archival concept, in a social construction process, collaborative and collective, in a globalized world of plural aspirations, which is part of the universal cause of the record management and the awakening of social awareness to protect the documentary heritage of humanity and Brazil. Maps a new ideology of the archivists based on solidarity actions on the global stage. It proposes an open dialogue about the new social-cultural adaptation of archival documents intangible value: the value of testimony, memory, knowledge building, identity and support for human rights, enabling the full social and human repair, so that mistakes of the past no longer recur. It presents a case study of the organization Archivists without Borders and its consequences in relation to the true spirit of a practical archival social construction. It assesses the degree of knowledge of the archivists about the social organizations in the area of archives. It includes the reconfiguration of the role of the archivist and the need to humanize their training. It includes the Universal Declaration on Archives and its effect impacting and corroborative of the cause of an archival socializing, caring and humane. It shares the sense of archival media in synonymy of archival 2.0 with their peers in social media and social web.

Keywords: *Archival Social. Archivists solidarity. Documentary heritage. Global Memory. Human rights. Construction Process. Interdisciplinary dialogue.*

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AARS - Associação dos Arquivistas do Rio Grande do Sul

AsF - *Archiveros sin Fronteras España*

AN - Arquivo Nacional

AWB - *Archives Without Borders*

CEIS - Comissão Especial de Investigação Sumária

CIA - Conselho Internacional de Arquivos

CIC - Conselho Internacional de Coordenação

CITRA - *International Conference of Round Table on Archives*

CJF – Conselho da Justiça Federal

CNA - Congresso Nacional de Arquivologia

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CONARQ - Conselho Nacional de Arquivos

CPAD - Comissão Permanente de Avaliação Documental

DUA - Declaração Universal sobre os Arquivos

e-Arq Brasil - Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos

e-Gov - Governo Eletrônico

ICA - *International Council of the Archives*

FABICO - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação

MJDH - Movimento de Justiça e Direitos Humanos

MOREQ - Modelos de Requisitos para sistemas de Arquivos

NOBRADE - Norma Brasileira de Descrição Arquivística

OPALC - Observatório Político da América Latina e do Caribe

ONG - Organizações Não Governamentais

PRONAME - Programa Nacional de Gestão Documental Memória do Poder Judiciário

RIC - Registro de Identidade Civil

RTC - *Real Time Clock*

SEDH - Secretaria Especial dos Direitos Humanos

SAA - *Society American of Archives*

STF - Supremo Tribunal Federal

STJ - Supremo Tribunal de Justiça

SPA - *Section of Professional Associates*

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

TTDD - Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos

TI - Tecnologia da Informação

TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação

TRT 4ª REGIÃO - Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região

UBC - *The University British Columbia*

UCS - Universidade de Caxias do Sul

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

ISAD-G - *General International Standard Archival Description*

ISAAR-CPF – *International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons, and Families*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 PROBLEMÁTICA	18
1.2 OBJETIVOS	20
1.2.1 Objetivos Gerais	20
1.2.2 Objetivos Específicos	20
1.3 CONTEXTUALIZAÇÃO	21
1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	22
1.5 REVISÃO DE LITERATURA	25
2 A VOCAÇÃO SOCIAL DA ARQUIVOLOGIA, MEMÓRIA E DIREITOS HUMANOS	42
2.1 ACESSO E TRANSPARÊNCIA NOS ARQUIVOS DA DITADURA	46
2.2 AS ONGs E A ABERTURA DOS ARQUIVOS NA AMÉRICA LATINA	51
2.2.1 O direito universal de acesso e abertura dos arquivos da ditadura	54
2.2.2 Iniciativas do poder público brasileiro na regulamentação do direito de acesso	56
3 A ARQUIVÍSTICA SOCIAL EM CONSTRUÇÃO	59
3.1 PESQUISA ACADÊMICA E PROJETOS SOCIAIS EM ARQUIVOS	60
3.2 A ARQUIVÍSTICA SOCIAL: NOVAS FRONTEIRAS NAS PESQUISAS	66
3.3 O ARQUIVISTA: ATOR SOCIAL E DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR	67
3.3.1 Dialogando pela implantação de política de arquivos	69
3.3.2 Compartilhar a compreensão de processo documental	72
3.3.3 Arquivista ativista da solidariedade e dos direitos humanos	73
3.4 A DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA, ELO NOS DIREITOS HUMANOS	75
3.5 A DECLARAÇÃO UNIVERSAL SOBRE OS ARQUIVOS (DUA)	78
4 ASSOCIAÇÕES ARQUIVÍSTICAS DE NAÇÕES	83
4.1 O CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS – CIA	85
4.2 OBJETIVO FUNDAMENTAL DO CIA	85
4.3 WIKILEAKS: UM CASO <i>SUI GENERIS</i>	86
5 ANÁLISE DE CASO: ASF DA ESPANHA	89
5.2 AsF: REFERÊNCIA MUNDIAL EM SOLIDARIEDADE ARQUIVÍSTICA	92
5.2.1 Fundação da AsF	93

5.2.2	Objetivos gerais da AsF internacional	94
5.2.3	Lugares da AsF da Espanha	95
5.2.4	A sede da AsF na Espanha e identidade visual.....	96
5.3	A CARTA INTERNACIONAL DA AsF.....	96
5.4	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA AsF	98
5.4.1	O Conselho Internacional de Coordenação	98
5.4.2	O corpo social da AsF.....	98
5.4.3	Assembleia Geral	99
5.4.4	Junta Diretiva.....	99
5.5	ÂMBITO DE ATUAÇÃO DA AsF ESPANHOLA	100
6	ESTUDO DE CAMPO SOBRE A ARQUIVÍSTICA SOCIAL.....	106
6.1	HIPÓTESES LEVANTADAS	106
6.2	OBJETIVOS DA PESQUISA.....	107
6.3	ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS NA PESQUISA	108
6.4	CORRELAÇÃO ENTRE AS HIPÓTESES E OS DADOS OBTIDOS.....	110
6.5	CONSIDERAÇÕES FINAIS EM RELAÇÃO À PESQUISA	111
7	CONCLUSÕES.....	112
	REFERÊNCIAS.....	119
	APÊNDICE A - Formulário de pesquisa: arquivística social e direitos humanos	123
	APÊNDICE B - O Congresso Internacional AWB no Palácio da Paz.....	124
	APÊNDICE C – Uma modelagem teórica para futuras pesquisas	126
	APÊNDICE D – Projetos de cooperação da AsF de Espanha	128
	APÊNDICE E - Levantamento de títulos dos editoriais do periódico da AsF: <i>Boletín</i>	132
	APÊNDICE F – Entrevista com uma arquivista que trabalha em um projeto da AsF Brasil	134
	ANEXO A - Declaração Universal sobre os Arquivos	136
	ANEXO B - Entrevista da Folha de São Paulo.....	137

1 INTRODUÇÃO

Os arquivos constituem a memória das nações e das sociedades, formam sua identidade e são a pedra angular da sociedade da informação. (International Council of Archives - ICA)¹

Com a missão de proteger a riqueza de conhecimento e informação imanente à memória mundial, em 2002, a UNESCO lançou as “Diretrizes para Salvar o Patrimônio Documental”. Muitos povos, países e culturas, que estão à margem da civilidade ou excluídos dos processos de avanços sociais e democráticos, precisam de toda ajuda fraternal possível para preservarem seu patrimônio documental e sua memória histórica. Neste ponto, a Arquivística Social praticada pelas ONGs de arquivistas solidários, tem sido de fundamental importância, cumprindo um papel social e arquivístico, fundamental, que mereceu o empreendimento da presente pesquisa.

Ao longo deste estudo foi possível perceber a configuração de uma nova arquivística social que compartilha a excelência profissional, as experiências e evoluções arquivísticas de nações de forte tradição em arquivos públicos, propagando globalmente melhores práticas. Percebeu-se que as ações solidárias de Associações e ONG são integradas por arquivistas que unidos trabalham conjuntamente, em projetos de cooperação e solidariedade transfronteiras.

Tais projetos de cooperação são realizados por associações arquivísticas transnacionais em seminários e congressos, periódicos destinados a congregar os novos saberes e olhares emergentes, em um contínuo ressocializar da teoria e da *práxis* arquivística, consolidando sua finalidade de servir à sociedade, de contribuir para a própria interpretação da sociedade, pela ótica da memória coletiva imanente ao patrimônio documental de todos os povos.

Cabe citar, também, a relevância destas organizações sociais arquivísticas transnacionais nos esforços normativos, buscando uniformizar procedimentos e metodologias de qualificação de dados e descrição arquivística, tais como as normas: ISAD-G, ISAAR-CPF, e o modelo de requisitos adotado pelo Judiciário

¹ Tradução livre a partir do original em inglês.

nacional, o MOREQ-JUS. Dentre estas organizações estão o Conselho Internacional de Arquivos (CIA), a *Archives Without Borders* (AWB), a *Society American of Archives* (SAA) e a AsF da Espanha.

Imbrincado a este processo associativo de construção coletiva está o direito cidadão de ter a memória resgatada, uma identidade e uma historicidade preservadas no patrimônio documental da humanidade; eis aí os elementos caldeadores da civilidade e cidadania que estão na pauta arquivística mundial de todas as Associações Arquivísticas.

Através de um olhar e saber mais social da Arquivologia, o arquivista poderá evoluir seu pensamento para estar preparado para uma continua adaptação do *modus operandi* do fazer arquivístico, equalizando-o com o modo como as relações sociais acontecem e como o cidadão registra e acessa as informações de que precisa. Pela ótica da arquivística social, vislumbra-se uma ressocialização da Arquivologia clássica, a qual abrirá novos horizontes mentais ao arquivista, enquanto ator social, em relação aos novos processos documentais imanentes às novas formas de expressão e interação social, notadamente da *Internet*, bem como à crescente tendência de imaterialidade dos suportes dos registros humanos na sociedade do conhecimento, nas mídias sociais, dando vazão às inteligências coletivas e à web social, proposta por Lévy (2010).

É preciso desconstruir a acepção clássica da Arquivologia e do arquivista, limitada à fronteira da imagem tradicional do “guardião dos documentos”. Ela está sendo desafiada pelo paradigma emergente, no cenário global, de uma nova Arquivologia, solidária e que socializa seus cabedais arquivístico para o bem da humanidade, conforme evidenciado na Declaração Universal sobre os Arquivos (DUA), elaborada pelo Conselho Internacional de Arquivos, em novembro de 2009.

No conteúdo da DUA, sintetizado em uma página, está retratado o panorama arquivístico global, o qual aponta para uma arquivística social em processo de construção. Pela sua leitura, percebe-se uma reconfiguração tanto na arquivística clássica, como do papel do arquivista, como um ator social e cientista da informação. O seu olhar e saber arquivísticos precisam estar focados na difusão e estabelecimento da consciência social da premência de salvaguardar o patrimônio documental dos povos, dialogando, aberta e solidariamente, com seus pares, espalhando esta nova consciência para toda a sociedade, na aurora do progresso social e da virtualização evidentes no terceiro milênio. Neste contexto, insere-se o

trabalho voluntário e a contribuição relevante das organizações não governamentais (ONGs) e Associações formadas por arquivistas solidários, comprometidos com causas, prementes e comuns, na área dos arquivos, as quais são o cerne da temática desta pesquisa.

No contato com a pauta de algumas destas Associações, inferiu-se o mister de humanizar a formação acadêmica do ator social, arquivista. A formação acadêmica oportuniza os fundamentos e o instrumental metodológico básico para o arquivista fazer frente à alta responsabilidade social e ética de sua profissão. Além de desenvolver a compreensão social da urgência do trabalho conjunto e cooperativo, da relação dialógica com seus pares, esta humanização na sua formação tenderá a desenvolver as potencialidades e possibilidades imanentes ao campo fértil da arquivística social, que está em processo de construção global. Algo que a mera formação tecnicista e clássica jamais conseguirá alcançar.

Uma relação dialógica é inviabilizada pelo monólogo, de onde resulta a necessidade do arquivista desenvolver a habilidade de ouvir o que os outros têm a dizer no diálogo interdisciplinar com seus pares e todos os atores do fazer documental, incluindo aí os usuários dos serviços de arquivos – isto implica em um novo acultramento arquivístico, institucional e social – no aperfeiçoamento do fazer arquivístico.

A nova configuração socializante e mais humanista do arquivista exige que ele esteja sempre disposto a ouvir, tanto o público interno como o externo, com a finalidade de constante aprimoramento do processo documental, de sua gestão arquivística e na melhoria geral na prestação dos serviços de arquivo – com mais transparência, eficiência e acessibilidade. Esta nova atitude proativa do arquivista, enquanto ator social, implica flexibilidade de implementar ajustes periódicos para fazer frente ao ritmo constante das mudanças oriundas dos avanços sociais e tecnológicos, equalizando os serviços de arquivo, ao modo como o seu público-alvo prefere ser atendido no seu direito de acesso.

O imperativo constitucional do direito de acesso é o cerne da missão do arquivista, defendida por ele como uma causa relevante no processo de construção histórica dos direitos humanos, estando atrelada à preservação do patrimônio documental brasileiro. Na proporção em que arquivistas, seu pares, gestores públicos e a sociedade em geral evoluírem nesta causa comum, conquistaremos os melhores indicadores sociais do grau de evolução da democracia e da transparência

de nossa nação. Eis aí a noção do “poder dos arquivos” conforme postulado por Jimerson (2009), o qual está na exata proporção em que serve a sociedade, contribuindo para sua interpretação e evolução social.

A Arquivística Social, ao compartilhar a excelência de gestão arquivísticas de nações de grande tradição arquivística, suas melhores práticas e intercâmbios de experiências, tem voltado seu olhar e saber arquivístico para solucionar graves problemas que implicam riscos à preservação do patrimônio documental brasileiro, tais como: a falta de políticas públicas de arquivos, os assédios ideológicos aos acervos, o descaso para com a coisa pública, o desprezo pela legislação arquivística vigente, a ignorância quanto ao componente social da informação orgânica, e, a irresponsabilidade social, através da qual alguns gestores públicos, técnica e arquivisticamente despreparados comprometem a preservação do patrimônio documental e a construção da memória coletiva, em todas as esferas: federal, estadual, municipal e institucional.

Como assevera a DUA (2009), a consciência da responsabilidade social, inerente à adequada e correta preservação dos arquivos, exige esforços conjuntos de todos os atores sociais. Desse modo, será possível minimizar as dificuldades que atentam contra a integridade do patrimônio documental brasileiro. Nesta linha, urge agregar qualidade arquivística à preservação e conservação documental, visando assegurar sua integridade ao longo dos anos, independente do suporte.

Na esfera institucional e pública, a arquivística social tenderá a contribuir para a harmonização de divergências, promovendo um novo acultramento arquivístico, institucional e social. Para tal, será preciso deixar que sua despontante luz irradie sobre o fenômeno da opacidade dos arquivos cunhado por Jardim (1999) e, por que não dizer, dos serviços de arquivo sobre a opacidade da ignorância acerca do processo documental.

Considerando a presente pesquisa, infere-se que as novas representações sociais, materializadas em Associações e ONGs de arquivistas solidários e os espaços públicos de construção coletiva delas resultantes, sejam referenciais da emergente plataforma de construção solidária universal. Elas consolidam os empreendimentos colaborativos das inteligências coletivas ao tratar e propor soluções às questões arquivísticas globais comuns com um forte enfoque social, solidário, humanitário. Outrossim, o trabalho das ONGs e dos movimentos sociais têm sido cruciais na garantia dos direitos humanos, eles ajudam a construir a

consciência social do patrimônio documental, da informação social e da memória coletiva como elementos inerentes à pertença cidadã. Eis aí o porquê da AsF ter sido escolhida como fonte de corroboração do poder impactante de uma Arquivologia social e solidária como poderá ser contemplado em um estudo de caso, o qual apontou a existência de projetos de cooperação em vários lugares do mundo, bem como na América Latina e até mesmo no Brasil. Consta na pauta da AsF, o controle social e a conscientização em relação à necessidade de abertura dos arquivos das ditaduras da América Latina, acerca do qual houve avanços conforme poderá ser lido na seção 2.

Uma pesquisa realizada entre arquivistas, graduandos e graduados, foi outro recurso metodológico consubstanciador, pois serviu para uma avaliação da noção acerca da Arquivologia Social, como suporte aos direitos humanos, da relevância de um ensino mais humanizado do arquivista, bem como para avaliar o grau de seu conhecimento acerca de algumas ONGs, além de questionar sobre o sentido de Arquivologia que é possível inferir após a leitura da DUA.

Eis o que preconiza uma arquivística mais social: há ainda muito que evoluir no olhar, saber e fazer arquivísticos, entretanto, involuir jamais!

1.1 PROBLEMÁTICA

Eis a problemática desta pesquisa: estudar os novos contornos de uma arquivística social, em processo de construção global. Nos esforços para manter o foco nesta problemática, algumas questões correlacionadas surgiram para delinear e nortear a presente pesquisa; são elas: De que modo os esforços de arquivistas solidários no rumo da construção, coletiva e colaborativa, de uma arquivística social, resultam na compreensão da finalidade socializante da Arquivologia, notadamente no suporte aos direitos humanos, viabilizando o cumprimento do direito cidadão de ter acesso às informações públicas? Qual a influência das ONGs de arquivistas solidários na abertura dos arquivos das ditaduras do Cone Sul? Quão relevante é o papel social das Associações e ONGs de arquivistas na ampliação da consciência social da preservação do patrimônio documental e da memória coletiva? Estarão os arquivistas devidamente preparados para assumir seus novos papéis, dentre eles o

de ativista social, pelo olhar e saber de uma arquivística social?

Há uma nova arquivística sendo esboçada no cenário de recentes seminários internacionais, culminando com os delineamentos proporcionados pela Declaração Universal sobre os Arquivos (DUA). Sua recente publicação e difusão, reforça a tese de que é preciso ressocializar a Arquivologia, inserindo-a para apreciação da opinião pública e promovendo a consciência de que a preservação do patrimônio documental e da memória é uma responsabilidade de toda a sociedade o que implica em um esforço conjunto de todos. Estes primeiros delineamentos, corroboram ser a arquivística Social que tende a expandir-se na configuração de uma nova arquivística mais social, no compartilhar e espriar dos conhecimentos arquivístico, de modo transnacional e transfronteiras; e uma arquivística mais socializante, no sentido de servir ao interesse da sociedade, catalizando a interpretação da sociedade, fomentando a construção colaborativa do conhecimento e da memória coletiva.

Aqui no Brasil, esses esforços internacionais colaborativos têm servido de inspiração à luta por consolidar, amplamente, o imperativo constitucional do direito democrático de livre acesso e seu impacto no processo histórico da defesa dos direitos humanos. É oportuno citar que existem também projetos arquivísticos, colaborativos, com a AsF de Espanha, que têm sido levados a efeito por representantes da AsF no Brasil e na Argentina, os quais serão elencados no estudo de caso desta pesquisa.

No centro dessa pesquisa, está o ator social arquivista. Percebeu-se a premência dele estar mais bem preparado, em sua formação tecnicista, para desenvolver sua vocação humanitária, pois este será o modo mais adequado para que ele possa ter a correta compreensão do “poder dos arquivos”, conforme revelado por Jimerson (2009), e estar alerta aos ventos ideológicos que assediam a integridade dos acervos e obstaculizam a gestão documental integral dos documentos imanente a uma política de arquivos competente.

1.2 OBJETIVOS

Nesta seção serão arrolados os objetivos deste trabalho, em dois segmentos: os objetivos gerais e os objetivos específicos.

1.2.1 Objetivos Gerais

- a) Investigar a Arquivística Social, como causa ativa universal e transfronteiras, cuja construção intelectual e prática é de natureza colaborativa e voluntária, unindo profissionais arquivistas ativistas e solidários, consolidando esforços na solução de problemáticas arquivísticas comuns;
- b) Estudar a relevância dos trabalhos da rede de arquivistas solidários, contextualizada na defesa da consciência social da salvaguarda do patrimônio documental da humanidade, de sua preservação e na garantia de sua acessibilidade, primando pelo resgate da memória coletiva e pela defesa dos direitos humanos.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Analisar e refletir sobre a Arquivística Social, seus primeiros delineamentos teóricos e sua inserção prática no paradigma da construção colaborativa das ONGs de arquivistas solidários.
- b) Contextualizar e correlacionar a Arquivística Social com as Associações e ações de ONGs integradas por arquivistas solidários, atuantes na defesa do livre acesso, do resgate do patrimônio documental, na construção da memória coletiva e sua relevância no suporte aos direitos humanos com foco na abertura dos arquivos das ditaduras do Cone Sul;
- c) Avaliar a importância da formação humanista do arquivista e o impacto social da Declaração Universal sobre os Arquivos (DUA);

- d) Estudo de caso da AsF – Arquivistas sem Fronteiras da Espanha. É um estudo amostral do grau de conhecimento dos arquivistas em relação às ONGs e sobre a relevância da Arquivologia na defesa dos Direitos Humanos.

1.3 CONTEXTUALIZAÇÃO

É importante contextualizar neste estudo, o ideário dinâmico de uma arquivística social que solidariza o conhecimento arquivístico e melhores práticas e compartilha experiências entre as nações, através de projetos de cooperação e convênios, com países com pouca ou nenhuma tradição arquivística.

Foi possível verificar a relevância do trabalho de Associações de referência como o CIA e AsF da Espanha, que incluem em seus projetos, ações efetivas em comunidades de povos marginalizados e excluídos, como as ações realizadas em países africanos.

O presente estudo oportuniza uma reflexão no contexto emergente das realizações da rede de arquivistas solidários que, pela via do trabalho voluntário, contribuem para re-dimensionar e ressocializar as fronteiras do saber e fazer arquivísticos, promovendo o mister da inclusão social, oportunizando conhecimento arquivístico, em lugares privados da consciência social em relação à preservação do patrimônio documental. Tais ações estão em linha com a ética evidente na deontologia dos Arquivistas, publicada no Portal do CIA, e em conexão direta com o que preceitua a Declaração Universal sobre os Arquivos (DUA). Entre outros pontos, contemplar a alternativa de recorrer às fontes de narrativas orais na busca por salvaguardar o patrimônio documental de todos os povos, especialmente aquelas comunidades ditas invisíveis nos grandes centros urbanos, tais como: ciganos, índios, etc.

A arquivística social é materializada em ações efetivas que servem ao interesse social, no que tange ao processo de construção da memória coletiva, do conhecimento, expandindo assim o espectro e a penetração da Arquivologia clássica.

1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para investigar os atuais desdobramentos de uma arquivística social empreendeu-se uma revisão bibliográfica em relação ao verbete “Arquivologia Social”, “Arquivística Social” e “*Social Archives*” na literatura nacional, internacional e na Internet.

Na ausência de literatura brasileira, específica, que trate do tema da arquivística social em profundidade, foi necessário recorrer à literatura espanhola, e ao autor Fugueras (2003) em sua obra: *Los Archivos, entre la memoria histórica y la sociedad del conocimiento*, foi a principal referência para a presente pesquisa. Através desta obra, foi possível delinear os contornos essenciais para a formação de uma Associação nacional e transnacional de arquivistas, bem como compreender o seu dinamismo social e humanitário. Contemplou-se um levantamento das Associações, nacionais e transnacionais, nas nações de maior tradição arquivística.

Ao buscar refletir sobre a dinâmica processual e seu paradigma de construção colaborativa, foi imprescindível recorrer aos eventos arquivísticos de renomadas associações internacionais, culminando com uma pesquisa em fontes documentais de periódicos *online*, oriundos de publicações de seminários e congressos arquivísticos, recentemente realizados, dentre eles o congresso internacional de Arquivistas: “*Archives Without Borders – AWB*”², ocorrido no Palácio da Paz, em Haia, na Holanda, durante os dias 30 e 31 de agosto de 2010.

O congresso AWB, em sua edição centenária, foi uma referência fundamental, haja vista os delineamentos apontados em suas seções temáticas. Eis dois pontos chaves (os demais dois pontos restantes, estão disponibilizados no APÊNDICE B), que foram abordados nas quatro sessões do Congresso AWB e que serviram de linha mestra à delimitação da temática do presente estudo:

As sessões serão organizadas sobre os seguintes tópicos:

1. Solidariedade Arquivística

Quais são as possibilidades e dificuldades em relação ao apoio transfronteira de profissionais arquivistas para os seus colegas em outras partes do mundo? Qual é o papel das associações de profissionais? Qual a relevância da Declaração Universal sobre os Arquivos proposta pelo ICA?

2. Direitos Humanos e Arquivos

Os arquivos podem ser considerados "testemunhas silenciosas" e, sua

² <http://www.archiveswithoutborders.org/?pid=185>

relevância é particularmente clara quando os direitos humanos estão em pauta. Como podem os arquivos salvaguardar os direitos humanos? Quem pode ter acesso aos arquivos e a quem o acesso é negado? Como a questão da acessibilidade impacta na proteção dos direitos humanos? (Congresso AWB, 2010, tradução livre).

Ao investigar o processo de reconfiguração da Arquivologia em busca de uma episteme própria, com foco no seu espectro social, tese defendida por Fonseca (2007), encontrou-se, em suas reflexões, delineamentos teóricos corroborativos. Foi necessário também aprimorar a compreensão de espaço público e suas múltiplas representações sociais, proposta por Jovchelovitch (2000), como será mais bem demonstrado na seção de revisão de literatura.

Mantendo o recorte desta pesquisa nas ONGs formadas por arquivistas solidários, em nível global, realizou-se uma análise sucinta dos propósitos e da missão das Associações Arquivísticas das principais nações neste campo, bem como empreendeu-se uma análise breve de uma organização de referência mundial para a Arquivologia internacional: *International Council of the Archives (ICA)* ou Conselho Internacional de Arquivos (CIA).

Infere-se que a Arquivística Social tem vocação de dialogar com seus pares, expandindo sua melhor compreensão e compartilhando, através da plataforma das “inteligências coletivas”, todas as conquistas que nações mais avançadas em Arquivologia, têm conseguido ao implementar políticas eficientes e transparentes de arquivo. Outrossim, o novo espaço público do ciberespaço e da cibercultura, são úteis ao registrar novas tendências como a ONG *Wikileaks*, a qual tem gerado muita polêmica por disponibilizar para acesso ostensivo na *Internet*, documentos classificados como secretos. Buscando polarizar e estimular a reflexão crítica, apresentou-se uma breve análise desta ONG muito *sui generis* de grande repercussão na mídia social global.

Empreendeu-se então um estudo de caso da AsF, considerada a número um dos esforços solidários internacionais concretizados em projetos de cooperação transfronteiras. Na busca de encontrar um organismo que tanto corrobora como materializa o espírito inerente à uma arquivística social e socializante, em processo de construção, coletiva e colaborativa, de âmbito global, foi natural recorrer à *Archiveros sin Fronteras España (AsF)*, a qual têm representações em várias partes do mundo, inclusive no Brasil.

O estudo de caso foi o método escolhido para refletir sobre a AsF, a partir de informações selecionadas no portal institucional da organização com sede em Barcelona, na Espanha. Tal metodologia para Goode e Hatt (1969, p.422) "[. . .] não é uma técnica específica. É um meio de organizar dados sociais preservando o caráter unitário do objeto social estudado."

Yin (1989, p. 23) corrobora o acerto da escolha desta alternativa de pesquisa, ao asseverar que:

[. . .] o estudo de caso é uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas.

Utilizou-se a metodologia do *survey*, ou levantamento, no portal institucional da AsF, disponível *online*, o qual tem uma estruturação de conteúdos norteada pela recomendação arquivística de ser simples e funcional, a qual contemplou os seguintes pontos:

- 1) Estrutura organizacional, gestão e membros no Brasil;
- 2) Levantamento de alguns projetos de cooperação em andamento;
- 3) Levantamento de alguns projetos de cooperação concluídos;
- 4) Levantamento dos títulos dos editoriais do periódico da AsF: *Boletim*;
- 5) Registro dos projetos de cooperação, convênios da AsF Brasil em nosso país e na América Latina – informações fornecidas pelo representante da AsF Brasil, o professor e Arquivista Jorge Vivar;
- 6) Uma entrevista com a arquivista graduanda, Roberta Pinto de Medeiros, que trabalhou em um dos projetos de cooperação da AsF Brasil em convênio com o MJDH.

O presente estudo finaliza com uma pesquisa de campo realizada entre arquivistas, graduandos e graduados, que buscou inferir a noção existente da Arquivística Social, num estudo amostral. Foram definidas algumas hipóteses e realizada a ulterior confrontação com os dados compilados a partir das respostas. Espera-se, assim, ter contribuído para a reflexão e abertura de um diálogo em relação a uma despontante arquivística social e solidária!

1.5 REVISÃO DE LITERATURA

A única referência que apresenta um conceito arquivístico clássico para os Arquivos Sociais, como uma subcategoria dos arquivos privados, encontra-se na obra de Bellotto (2005). Entretanto, a autora não expande esta conceituação restringindo-se a dissertar sobre a tradição documental e sobre a diversidade de emanção dos documentos de arquivos sociais, que são arquivos gerados por organismos não governamentais, oriundos de famílias ou produzido por indivíduos. Menciona Bellotto (2005), que os Arquivos Sociais incluem os acervos documentais religiosos, notariais, os de movimentos sociais e os de entidades políticas.

A reflexão crítica proposta neste estudo buscará expandir o conceito de arquivos sociais, para abarcar o dinamismo de interação social que acontece tanto nas novas formas de produção documental, como nas relações sociais. Os novos modos como o cidadão acessa as informações, notadamente pela via da Internet, tende a impactar na necessidade de adaptar os serviços de arquivo para fazer frente às novas demandas informacionais da sociedade.

A referência de literatura para embasar os novos contornos de uma arquivística social, que está sendo construída pela ação de arquivistas solidários, em um plano transnacional e transfronteiras, vem do novo fazer arquivístico de instituições públicas de nações de grande tradição arquivística e de notória evolução no saber e fazer arquivísticos, como França, Alemanha, Itália, Inglaterra, Estados Unidos, etc. Tal referencial, se estabelece na tese de Lévy (2010) da união de “inteligências coletivas” num processo contínuo de construção colaborativa, que aproveita este cabedal de conhecimentos arquivísticos compartilhados por notáveis arquivistas, em seminários e congressos anuais. Este circuito de novos olhares e saberes arquivísticos, aberto e compartilhado a todos, na visão deste pesquisador, constitui-se no *Tao*³ da Arquivística Social. O livre intercâmbio de ideias, em seminários e congressos anuais, tem sido o catalizador do processo de adaptação e mutação imanente à Arquivística Social no servir ao interesse da sociedade.

Neste esforço por adaptação, cabe refletir sobre a tese de Bellotto (2005), da “homogeneização” de tipologias documentais e sua aplicabilidade materializada

³ No original do vocábulo chinês “*Dao*” tem o significado de caminho, essência, parte fundamental.

em esforços colaborativos, empreendidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), visando uma possível uniformização, padronização e integração dos tribunais brasileiros, naquilo que seja viável uniformizar no *modus operandi* de suas gestões documentais, em todas as esferas do Poder Judiciário, incluindo a gestão dos documentos eletrônicos.

Esta tese da uniformização documental seria impensável e improvável, sem a contribuição da Arquivologia, a julgar pelos esforços e resultados até aqui alcançados pelo CNJ, como o recente lançamento das propostas de Tabela de Temporalidade, para todo judiciário nacional. Ela entrou em consulta pública demonstrando que a uniformização integra a pauta do planejamento estratégico empreendido por este Conselho. Este relato demonstra a relevância do papel do arquivista em dar novos contornos e aplicações a conceitos arquivísticos clássicos, como o da uniformização de tipologias documentais e o uso da tabela de temporalidade. Também corrobora a tese da construção coletiva e colaborativa, que impulsiona a arquivística social, pois estes esforços têm sido empreendidos pelos esforços conjuntos de arquivistas de vários estados, servidores de diferentes esferas do judiciário, que são convocados pelo CNJ para se reunirem em Brasília para tratar das questões do Programa Nacional de Gestão Documental Memória do Poder Judiciário (PRONAME).

Este pesquisador foi um dos pioneiros a participar, de modo colaborativo, num dos fóruns do CNJ intitulado: Gestão Documental e Preservação da Memória⁴, a partir de janeiro de 2009, tendo postado, até o momento, 197 colaborações, totalizando: 17,42 % de todas as mensagens. Este fórum de Gestão Documental do judiciário, pioneiro no Brasil e talvez no mundo, em sua especificidade de ser um fórum voltado para a construção coletiva e colaborativa, aberto à participação de diversos atores sociais, é uma referência viva e dinâmica. Este fórum interessa à presente pesquisa para buscar evidências de um processo arquivístico e social de construção que tem conquistado espaços públicos de interação em lugares onde, antes, não era oportunizada tal abertura construtiva e democrática da informação e do conhecimento. O fórum é coordenado pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias – DPJ do CNJ, tendo como principais objetivos:

⁴ O fórum CNJ é aberto aos profissionais e ao público em geral no link: <<http://www.cnj.jus.br/forumcnj/>>.

- Incentivar a troca de experiências;
- Divulgar boas práticas de Gestão Documental;
- Estabelecer um canal de comunicação com gestores da área documental;
- Incentivar a padronização e melhoria dos processos de trabalho;
- Divulgar eventos relacionados à questão arquivística. (Fóruns do CNJ – *site*).

Interessa à arquivística social, revisitar conceitos clássicos, como o tradicional conceito de documento, o qual tem evoluído substancialmente através dos tempos, conforme evidenciado no texto de (FONSECA, 2007, p. 56 *apud* OTLET, 1937, p. 15): “[. . .] o termo documentação está, hoje em dia, indissolúvelmente ligado à cadeia destes seis termos: ciência, técnica, cultura, educação, organização social, civilização universal.” Esta abordagem é corroborativa ao presente estudo, pois é atemporal. Ela é reforçada em outro texto de sua obra, transcrito abaixo, onde conclama a uma constante reflexão do processo reestruturador dos novos espaços e novas dimensões da Arquivologia:

Refletirmos sobre novas dimensões da Arquivologia leva-nos, portanto, à hipótese de que a área encontra-se em via de um profundo redimensionamento, num processo reestruturador dos seus espaços. Espaços científicos, tecnológicos, sociais. Espaços de crise e crescimento. (FONSECA, 2007, p. 54).

Importa contemplar e contemporizar a arquivística social, em seu processo de construção, no contexto de uma Arquivologia pós-moderna ou pós-custodial, teoria que foi lançada em 1991, no Canadá, tendo como mentor Terry Cook (1997), que afirmou:

O pós-moderno desconfia da ideia da verdade absoluta baseada no racionalismo e no método científico. O contexto por trás do texto, as relações de poder que conformam a herança documental lhe dizem tanto ou mais que o próprio assunto que é o conteúdo do texto. Nada é neutro. Nada é imparcial. Tudo é conformado, apresentado, representado, simbolizado, significado, assinado para aquele que fala, fotografa, escreve ou pelo burocrata governamental, com um propósito definido, dirigido a uma determinada audiência. (...) Os pós-modernistas tomam tais fenômenos “naturais” - seja o patriarcalismo, o capitalismo, a religião ou, poderia eu acrescentar, a ciência arquivística tradicional – e afirmam que são

“antinaturais”, ou “culturais” ou, no mínimo, “construções sociais” de um tempo, lugar, classe, gênero, raça, etc. específicos. (FONSECA, 2007 *apud* COOK, 1997, p. 15-16).

Refere-se Bellotto (2005) sobre o contexto dos arquivos sociais e sua afinidade com os arquivos privados, em conexão com o patrimônio documental:

Os arquivos privados ainda são, no Brasil, uma questão de “causa”, ainda necessitam que se “levantem bandeiras”. Para tanto, pode-se sugerir as mesmas propostas aventadas por Cesar Garcia Belsunce com referência ao patrimônio documental, adaptando-as ao caso: é preciso conscientizar, integrar e institucionalizar. Na presente questão, trata-se de fomentar o desenvolvimento de uma consciência sobre o valor dos arquivos privados junto a seus detentores, ao grande público, aos historiadores e aos “formadores de opinião” dos meios de comunicação de massa. O sentido de integrar é que a problemática dos arquivos privados esteja unida à dos arquivos públicos e à do desenvolvimento arquivístico. O patrimônio documental deve ser concebido como parte do desenvolvimento nacional e integrado a um projeto nacional de salvação e resgate dos valores fundamentais da nacionalidade. (BELLOTTO, 2005, p. 259).

A asserção acima atrelando o “desenvolvimento nacional integrado a um projeto de salvação e resgate dos valores fundamentais” intrínsecos ao patrimônio documental é representativa no plano da arquivística social. Inserida neste contexto, está a Lei Federal 8.159, de 8 de janeiro de 1991, popularizada como a “Lei de Arquivos”, a qual dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e as devidas competências na esfera pública. Ela representou uma grande contribuição para a formação da consciência social em relação à Arquivologia e a relevância da gestão documental atrelando-a à responsabilidade social dos gestores públicos. A frase: “O patrimônio documental deve ser concebido como parte do desenvolvimento nacional e integrado a um projeto nacional de salvação e resgate dos valores fundamentais da nacionalidade.” poderia bem ser a nota tônica da arquivística social e solidária, seja qual for o âmbito em que ela seja desenvolvida – federal, estadual, municipal ou institucional.

Num olhar transdisciplinar, tendendo a configurar-se como um novo paradigma da Arquivologia – “sua dimensão cidadã”, Fugueras (2003) – infere-se esta dimensão ser a catalizadora da interpretação social e histórica de nossas sociedades. É mister, pela ótica de uma arquivística solidária, compreender a

dimensão do valor humanitário do eixo quádruplo: patrimônio – memória – identidade - conhecimento, num vislumbre vanguardista de Fugueras (2003) que expande a arquivologia para a tese emergente da interpretação da sociedade:

A justificação da necessidade de atender adequadamente os arquivos alcança sua verdadeira dimensão cidadã revelando sua associação inseparável a conceitos percebidos como positivos pela sociedade como o de patrimônio, memória, identidade e conhecimento. (FUGUERAS, 2003, p. 200).

Na exata medida do despertar da consciência social em relação ao valor do patrimônio documental, tanto nacional como institucional, que os conjuntos documentais serão adequadamente preservados, de modo arquivístico e profissional. Nesta exata medida, a sociedade conscientizar-se-á do mérito das dimensões de valor dos documentos – em sua significação ampla, incluindo os tesouros dos registros de narrativas orais: valor de testemunho, de prova material, informativo, cultural e científico, bem como seu caráter histórico como fontes primárias de conhecimento e pesquisa.

Fugueras (2003) agrega a esses valores outros elementos essenciais ao patrimônio documental da humanidade, valores proeminentes que interessam à sociedade: o valor de memória, de identidade e de conhecimento. Eis aí uma dimensão social nova para a Arquivologia clássica, a qual infere ser uma mudança paradigmática que convida a uma ressocialização de sua teoria e de sua prática – no sentido de incluir, como elemento da gestão documental, a gestão do conhecimento voltada a ser um catalizador da interpretação social.

A construção processual e colaborativa de uma arquivística social tem sido empreendida por meio de ações transnacionais de arquivistas solidários, engajados nas causas de dimensões cidadãs e sociais, atreladas ao patrimônio documental, à memória, à identidade. Esta plataforma emergente de cooperação conjunta da construção do conhecimento arquivístico, compartilhando soluções, às problemáticas arquivísticas comuns de diferentes localidades e países em situação de conflito e eminente risco ao patrimônio documental, lembra a tese da “construção coletiva do conhecimento” preconizada por Lévy (2010). Ela também tem sido consubstanciada na idealização multi e interdisciplinar, proposta por Fugueras

(2003), como demonstrado na citação abaixo, onde ele amplia o conceito da transversalidade da arquivística atual, reforçando sua proximidade primordial com as Ciências Sociais mais do que com a tecnologia:

A arquivística encontra-se atualmente na confluência de numerosas disciplinas, algumas tradicionais como a História, a Paleografia, a Diplomática; outras novas e frequentemente desatendidas como a Ciência da Gestão, a Ciência da Informação e da Comunicação, mais próximas da Sociologia que da Tecnologia. (FUGUERAS, 2003, p. 12).

A Arquivologia Social, em seu atual processo de construção global, na concepção deste pesquisador, tem fomentado um construtivo diálogo interdisciplinar entre os pares da Ciência da Informação e das Ciências Sociais, o qual contribuirá para romper barreiras ideológicas difusas que assediam os acervos, minando qualquer tentativa de implementar políticas públicas de arquivos e inviabilizando uma gestão documental arquivística.

Este diálogo aberto e de alto nível entre profissionais, em contraste com a ditadura de linhas de pensamentos que criam situações de embate e buscam obstaculizar os esforços tanto do Arquivo Nacional como dos Conselhos Superiores da Justiça para implementar suas políticas de arquivos, despertará a consciência para a necessidade de gestão documental integral, preservação técnica e profissional, a ser realizada por arquivistas com formação superior de qualidade.

A Arquivística Social abarca a questão do “poder dos arquivos” apresentada por Jimerson (2009). Infere-se que existe uma correlação entre poder, os conflitos e as ideologias com a implementação de políticas de arquivos transparentes que primem pela eficiência de gestão pública. A questão fundamental da existência de uma política pública de arquivos, conforme Santos (2009), é a de que ela seja “bem nascida”, ou seja, que emane dos mais altos pontos da hierarquia institucional, que ela seja formulada por Conselhos Superiores.

Mencionando o mesmo exemplo de Santos (2009), no caso do Judiciário Federal, sua política pública de arquivos, reconhecida referência nacional de gestão documental transparente e eficiente, emanou do Conselho da Justiça Federal (CJF) e tem sido a catalizadora de ações efetivas de grande impacto normativo, como o caso da eliminação controlada de documentos judiciais no Judiciário Federal que, se

por um lado escandaliza alguns historiadores, demonstrar o que afirmou a colega Arquivista, Historiadora e servidora do Judiciário Federal, atuante na área de arquivos e na adequação dos Modelos de Requisitos – Moreq-Jus junto ao CNJ, Marieta Low, ao declarar: “Eliminar também é preservar!” (informação verbal).

Tal afirmação é uma convicção, asseverada com a segurança institucional que está embasada numa política de arquivos bem delineada que existe na Justiça Federal, a qual regulamenta e autoriza o descarte em todo o território nacional, como elemento natural encadeado no processo documental, conforme preceitua a Arquivologia e como parte da harmonização resultante da implementação de uma política pública de arquivos oriunda das mais altas instâncias de poder normativo. Contra fatos, não há argumentos, só existe a eliminação segura, autorizada, legal e rotineira, quando ela é compreendida como parte integrante do processo documental avalizado por uma política de arquivos, que privilegia a ação gestora da Comissão de Avaliação Documental (CPAD) em estrito cumprimento da legislação arquivística vigente.

Na ausência de uma política de arquivos, que conte com o assessoramento profissional de Arquivistas, cria-se um espaço para práticas ideológicas que se focalizam numa só parte dos acervos documentais, esquecendo-se de que, uma gestão documental efetiva precisar ser arquivística e contemplar as duas fontes de emanção documental: área fim e meio – contrariamente a este imperativo a gestão documental não passa de uma utopia, ela representará uma expressão vazia que não se materializa em ações práticas e efetivas.

Em outro trabalho dissertativo deste pesquisador (SANTOS, 2009, documento eletrônico) intitulado: “A Descrição Arquivística Elo Pontífice Documento – Memória - Cidadão no caldear de nossa civilidade”, no item: “Ausência de uma política institucional, ideologia e a gestão documental, da informação e do conhecimento” foi abordada a necessidade primordial de estabelecer e implantar políticas de arquivos, em contrapartida às ideologias nefastas que assolam os acervos, privando-os de uma gestão documental profissional e da preservação arquivísticas, privando o patrimônio documental da ação qualificada do profissional arquivista.

O arquivista profissional, de formação superior, está apto para implementar políticas de arquivo, que otimizem a gestão documental integral de todo o conjunto documental, promovendo a compreensão do processo documental em sua integralidade – no escopo integral dos mananciais documentais – área meio e fim -,

agregando otimização ao fluxo informacional e viabilizando o resgate da memória institucional e social, através da preservação arquivística do patrimônio documental.

Tal dinâmica processual é capaz de viabilizar um novo acultramento institucional em relação à produção documental, seja qual for o suporte: seja em suporte papel ou no suporte imaterial dos documentos eletrônicos. Santos (2009) propõe a seguinte reflexão em relação à antítese institucional: política pública de arquivos *versus* ideologias que assolam a preservação arquivística e profissional dos acervos documentais:

Assevera Benayon que a “Ideologia é tese para defender interesses especiais” (BENAYON, 1998), portanto, tanto a ausência de uma política como a existência de uma pseudopolítica, que dá vazão à satisfação de interesses desconexos, movidos por ideologias emblemáticas que estão na contramão da gestão arquivística, são práticas que precisam ser detectadas e contidas de forma veemente, pois elas tendem ao descaso e comprometem a integridade dos acervos, primando pela inação e amadorismo no definir políticas de arquivos. (SANTOS, 2009, p.25 *apud* BENAYON, 1998).

Como preceitua a Arquivologia clássica, corroborada pela deontologia do profissional Arquivista do CIA, o interesse primordial do arquivista é servir à administração, resistindo às pressões externas, interesses classistas, conflitos e disputa de poderes. Ele prima pela atitude ética de não se deixar seduzir ou afetar por ideologias desconexas, que inviabilizam a preservação integral dos acervos, mas isto não significa neutralidade, antes pelo contrário, significa uma coerência absoluta com a objetividade. No entendimento deste pesquisador, este é o único caminho para consolidar a preservação do patrimônio documental, o que não implica em quantidade e volume de massas documentais, que acabam se destruindo por si mesmas com o passar dos anos, quando privadas das condições ideais de acondicionamento e do correto tratamento documental e arquivístico, mas sim na qualidade e responsabilidade social inerentes a este compromisso público cidadão.

Este princípio ético está consubstanciado numa interessante congruência com uma arquivística social, cujo foco é centrar-se, primordialmente, na preservação do patrimônio documental e sua disponibilização ao público, para cumprir a finalidade socializante da informação orgânica dos documentos. Vale uma oportuna reflexão sobre a Lei Federal que regulamenta a profissão de Arquivista, no seu aspecto de

cabe a ele a direção dos serviços de arquivos, pois só este profissional recebe a formação acadêmica adequada para lidar com conjuntos documentais, de ambas as áreas meio e fim. Diz a lei dos Arquivistas:

Art. 2º - São atribuições dos Arquivistas:

I - planejamento, organização e direção de serviços de Arquivo;

II - planejamento, orientação e acompanhamento do processo documental e informativo. (Lei Federal nº 6.546, 1978).

A valorização do Arquivista interessa à Arquivologia social, passa pela compreensão de seu valor como ator social e está na exata proporção do valor que cada instituição dá aos acervos que integram o seu patrimônio documental. Acervos que servem como base à construção da memória, do mosaico de sua historicidade e biografemas de seus atores institucionais, de suas relações sociais, seus conflitos, bem como serve para registrar as involuções e evoluções, ao longo dos anos.

Infere-se que a Arquivologia social, em conformidade com a presente pesquisa, deriva sua sociabilidade, solidariedade e espírito colaborativo das relações interdisciplinares inerentes ao campo da ciência social e da informação, de onde assume sua vocação ao diálogo interdisciplinar, conforme leciona Fonseca:

(. . .) a ciência da informação é uma dessas novas interdisciplinas, um destes novos campos de conhecimento onde colaboram entre si, principalmente, a psicologia, a linguística, a informática, a matemática, a lógica, a estatística, a sociologia, a economia, o direito, a filosofia, a política e as telecomunicações. (FONSECA, 2007 *apud* Le Coadic, 1996, p.22).

Na aurora de uma Arquivologia social aqui trazida à reflexão, fortemente atrelada ao progresso da sociedade, na busca por estar em constante processo de adaptação, é importante refletir sobre a noção do avanço social, a que Lévy e Lemos (2010, p.39) chamam de “ideia de progresso”. Afirmam que esta noção emergente não implica, necessariamente, em objetivos pontuais pré-fixados. Eles atrelam esta noção ao aumento da potência humana, ao qual assevera que ela “só pode se inventar em se refazendo, já que ela é justamente um processo inteligente de autocriação e não a execução de um plano.” Os autores continuam explicando

que esse progresso precisa ser moral e ético como uma condição *si ne qua non*. Entretanto, eles explicam que este progresso não tem necessariamente um “polo fixo do bem”. Como podemos inferir do excerto abaixo:

Ao contrário, o aumento da potência humana, alargando nosso campo de ação, faz surgir constantemente novas paisagens de sentido que nos obrigam a colocar em questão nossas antigas categorizações e exercer nossas capacidades de discernimento. Sendo um processo de criação, o progresso moral implica que forjemos constantemente instrumentos de orientação ética adaptados a espaços de significação sempre mais amplos. Para ficar apenas em dois exemplos, nossa capacidade de dirigir a evolução biológica, ou de conhecer no detalhe as injustiças cometidas sobre toda a superfície do planeta, nos coloca diante de novos problemas que nenhum código antigo nos permite resolver de maneira simplória. O progresso da inteligência coletiva não nos leva para um “melhor” já concebido, que seria uma visão eufórica do presente, mas em direção a uma expansão dos espaços de sentido e da liberdade que podem tomar a forma de uma assustadora alteridade, se perdermos a coragem que a atualidade exige, ou seja, a entrada nos novos reinos de liberdade e da responsabilidade planetária e coletiva.” (LÉVY e LEMOS, 2010, p. 39).

A Arquivística Social preocupa-se com a inserção dos serviços de arquivos no uso maciço das novas tecnologias, como o uso da Internet. Lévy (2010) corrobora que o uso da Internet tem revolucionado o paradigma da interação social e da comunicação de massa, no qual a informação era gerada por apenas um polo emissor. Hoje, no contexto do ciberespaço, da cibercultura e de uma possível “ciberdemocracia”, proposta por Lévy e Lemos (2010) é possível que aconteçam fatos antes inimagináveis, como o do dissidente e ativista dos direitos humanos, o chinês Liu Xiaobo, que ganhou o Prêmio Nobel da Paz de 2010. Mesmo no cárcere, privado de liberdades democráticas, inexistentes na China, ele usou sua coragem moral para, através do ciberespaço, publicar seus ideais humanitários e libertários que culminou na assinatura de uma petição *online* que exigia a democratização e o respeito aos direitos humanos na China – uma petição *online* é outro exemplo atual de novos documentos e suportes arquivísticos, a serem contemplados pela arquivística social – a assinatura desta petição *online*, agravou sua penalização por parte do governo chinês, que também mantém sua esposa em cárcere privado.

Há diversos exemplos que reforçam a presente idealização da dinâmica viva de uma arquivística social, em processo de construção, no Brasil. Cabe citar três

exemplos, que servem de referência nesta dinâmica processual de movimentos sociais que se consolidaram em ONGs de propósitos diferenciados: Movimento Ficha Limpa e a Transparência Brasil (área política) e a ONG Artigo 19 (liberdade de expressão e do acesso à informação).

O recente movimento social que resultou na lei da ficha limpa concebida pela ONG “Articulação Brasileira Contra a Corrupção e a Impunidade”, a qual começou a ser construída no ambiente virtual, como pode ser acompanhado em tempo real, no site www.fichalimpa.org.br.⁵ Esse esforço de construção coletiva gerou uma ação popular que resultou na formulação e aprovação pelo Congresso Nacional, de uma nova lei eleitoral – a Lei Complementar nº 135 de 4 de junho de 2010⁶, popularmente conhecida com Lei da Ficha Limpa - aprovada em tempo recorde, que impede a eleição de políticos que tenham condenações na justiça.

Outro movimento social que serve de referência e corroboração no delineamento de uma arquivística socializante é o site Transparência Brasil – e seu Projeto Excelências⁷ que tem uma base de dados sobre todos os projetos apresentados pelos parlamentares, colhidos das casas legislativas bem como dos dados da ONG Transparência Brasil. Não seria preciso mencionar que todos os dados, ali publicados, baseiam-se em levantamentos realizados em registros públicos, notadamente de ações que transitam na justiça comum, portanto usam fontes documentais. Interessa à Arquivística social, pesquisar como preservar estas informações, pois elas contribuem para agregar conhecimento ao mosaico político social brasileiro e são testemunhos vivos da luta contra as mazelas sociais, neste caso contra a corrupção.

O terceiro exemplo, que ilustrou uma investigação que precisou fugir do convencional para descobrir elementos consubstanciadores no ciberespaço, da materialização de esforços coletivos transnacionais, foi a ONG Artigo 19.⁸ Que exemplifica a relação dialógica e produção independente e colaborativa para defender a causa da liberdade de expressão e o direito de acesso à informação o qual foi fundada, em Londres, no ano de 1987.

Esta dinâmica social de produção de novos registros públicos e seus desdobramentos serve como uma referência na presente pesquisa, pois ela

⁵ Disponível em: <<http://www.fichalimpa.org.br/>>.

⁶ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp135.htm>.

⁷ Disponível em: <<http://www.excelencias.org.br/>>.

⁸ Disponível em: <http://artigo19.org/site/?page_id=17 >.

expande o princípio clássico de que o documento registra uma atividade orgânica, para o registro vivo e processual das novas expressões da vontade popular e suas atividades sociais, as quais espelham aspirações sociais comuns em relação à causas relevantes, em suportes imateriais, não convencionais. Investigar o quanto tais organizações teriam gerado de documentos, o quanto elas têm preservado seu patrimônio documental, seria um tema, tão amplo, que daria outra pesquisa.

Duas propostas de novas metodologias, inseridas no contexto da Arquivologia Social, foram apresentadas no manifesto emergente pela Arquivologia 2.0, proposta por Luz (2010), Arquivista e Consultor e ex-aluno do Curso de Arquivologia da UFRGS, e são desdobramentos de esforços arquivísticos servíveis à presente pesquisa. Evitando aprofundar-se para não fugir de sua temática, são elas o uso da taxonomia e folksonomia as quais cabe mencionar no excerto abaixo:

A taxonomia é um sistema que classifica e facilita o acesso à informação. Permite alocar, recuperar e comunicar informações dentro de um sistema, de forma lógica. A classificação hierárquica pode auxiliar os usuários a entender como o conhecimento explícito pode ser agrupado e categorizado. Ela serve, além de facilitar a navegação em interfaces, para indexar conteúdos e estruturar bases de documentos. [. . .] representa conceitos, agiliza a comunicação entre produtores e públicos (interno/externo) da informação, controla a diversidade de expressão do conhecimento, oferece um mapa de navegação e serve como guia em processos de conhecimento. [. . .] A folksonomia pode ter várias definições. A maioria delas referentes à atividade de etiquetar, no entanto, outros destacam a questão “social/coletiva”. São metadados atribuídos por uma inteligência coletiva; é aqui que reside o seu diferencial e o maior desafio dos profissionais da informação: incorporar essas novidades e saber como tratá-las. O impacto da folksonomia nos metadados é que cria esse paradigma e origina uma abordagem de organização dos recursos da web, ou como dizem uma etnoclassificação, isto é a classificação popular. (LUZ, 2010, p. 83, 84).

Na presente revisão de literatura, contemplaram-se os estudos realizados por Fonseca (2007, p.65), onde ela apresenta a análise realizada por Cook (1997b, p. 26) que desconstruiu a tese da concepção clássica da Arquivologia, face à mutabilidade inerente ao avanço social no cenário do ideário político transnacional:

A teoria arquivística evoluiu através de amplas fases da história social e as refletiu: do positivismo europeu do século XIX ao “administrativismo” do New Deal americano e, mais recentemente, do macluhanismo centrado na mídia dos anos 1960 ao historicismo pós-moderno. Se reconhecida, essa

natureza mutante da teoria arquivística será sua força, e não sua fraqueza. (FONSECA, 2007, p. 65 apud COOK , 1997b, p.26).

Esta “natureza mutante” da teoria arquivística agrega-se ao processo de construção que a presente pesquisa busca mapear, oportunizando uma relação dialógica aberta, entre a comunidade, a acadêmica e a sociedade, buscando registrar como tem se desenvolvido a construção coletiva e colaborativa de uma Arquivística Social, impulsionada pelo ativismo e engajamento das Associações e ONGs de arquivistas solidários e seus desdobramentos, no mundo todo. Elementar a inexistência da neutralidade, entretanto as divergências coletivas são harmonizadas e equalizadas na objetividade e no centrar os esforços arquivísticos no bem comum e no servir ao interesse da sociedade.

Fonseca (2007, p.65), ao dar sequência à linha de raciocínio proposta no texto supracitado, menciona como sendo “bastante inquietante pensar em termos de uma Arquivologia pós-moderna, destinada a lidar com os registros humanos de uma realidade cada vez mais “virtual”. Na sequência, no texto abaixo, ela menciona uma parte de um texto conjunto de Jardim e Fonseca (2003), que faz uma fotografia do cenário arquivístico latino-americano da luta por sua visibilidade social:

(...) Os arquivistas latino-americanos constituem um coletivo profissional no qual se inserem diversos perfis, mas têm em comum a sua inserção em sociedades profundamente desiguais, periféricas na ordem internacional da informação. (...) um arquivista latino-americano deve, em princípio, confrontar-se com problemas semelhantes, no gerenciamento arquivístico, aos de seus colegas do chamado Primeiro Mundo, não conta com políticas públicas de arquivos, administra um enorme déficit de gestão arquivística causado por anos de negligência do Estado e tem uma escassa visibilidade social. (FONSECA, 2007, p. 65-66 *apud* JARDIM e FONSECA, 2003).

O acima mencionado “déficit de gestão arquivística” e o contexto das “sociedades profundamente desiguais” têm sido uma preocupação recorrente inserida na pauta arquivística global. Infere-se que daí resulta a busca por dar visibilidade social à Arquivologia e a premência de dar visibilidade às causas arquivísticas de alta relevância a todos os povos, como demonstrada nas “Diretrizes para Salvaguarda do Patrimônio Documental” produzida pela UNESCO, em 2002 , diz o documento:

A Memória do Mundo é a memória coletiva e documentada dos povos do mundo – seu patrimônio documental - que, por sua vez, representa boa parte do patrimônio cultural mundial. Ela traça a evolução do pensamento, dos descobrimentos e das realizações da sociedade humana. É o legado do passado para a comunidade mundial presente e futura. (UNESCO, 2002).

Importa aqui também refletir sobre a noção de patrimônio cultural dos povos. Este conceito está no seguinte texto da professora e doutora Lizete Dias de Oliveira, historiadora e arqueóloga, incluído em um relatório realizado por ela na oportunidade de um levantamento arqueológico no litoral do Rio Grande do Sul:

O conceito de Patrimônio Cultural adotado para o levantamento baseia-se na Constituição da República (...), que, no Artigo 216, o define como sendo o conjunto de bens de natureza tanto material como imaterial que, individualmente ou em conjunto, sejam portadores de referências à identidade, à ação e à memória dos grupos que formam a sociedade brasileira. Tal definição é bastante ampla, dando margem a várias interpretações. Aqui, parte-se do entendimento de que o Patrimônio Cultural engloba não somente os bens culturais materiais e imateriais, mas igualmente uma contextualização histórica. (...) Os bens culturais consistem nas soluções desenvolvidas, adaptadas ou adquiridas pela população local mesclando a tradição e o modo de viver dos antigos habitantes e as inovações e adaptações feitas pelos novos que chegaram ao longo dos anos. Assim, esses modos de viver, fazer e pensar devem ser entendidos na dinâmica das relações sociais dentro das quais se formam, transformam-se, desaparecem ou sobrevivem. (OLIVEIRA, 2003, *passim*).

O texto acima, ao dar uma interessante definição para patrimônio cultural, contextualizada nos bens culturais imateriais, inseridos na historicidade de uma dinâmica social processual, é muito ilustrativo e ratifica bem a necessidade de um diálogo interdisciplinar com todos os atores sociais envolvidos na preservação do patrimônio cultural. Ele serve bem de corroboração à ressocialização de conceitos e práticas vislumbrada por este pesquisador na Arquivística Social.

Os pesquisadores Reilly e Newman (2007) relataram os resultados de sua pesquisa realizada para o Conselho de Museus, Bibliotecas e Arquivos – (*Museums, Libraries and Archives Council – MLA*) no sentido de desenvolver uma metodologia de aquisição e captura de algumas informações fornecidas pelos usuários para incluí-las nas descrições arquivísticas dos acervos, contemplando os arquivos de

comunidades invisíveis. Eis abaixo um resumo sucinto de autoria do Arquivista Sênior inglês, Michael Cook, que ilustra as linhas gerais desta pesquisa agregando o conceito de uma proposta de nova categorização para os dados, em descrições arquivísticas:

Um reforço para essa política veio dos crescentes esforços para descobrir, gerenciar e explorar os arquivos de comunidades, inclusive de comunidades 'invisíveis', de minorias e, às vezes, de perseguidos, tais como os ciganos e outros grupos deslocados. A tudo isso se somou um contexto de espontâneo crescimento de atividades de pessoas comuns, por exemplo: as que publicam blogs e outros materiais na Internet, ou as que investigam tópicos populares de pesquisa, tais como história familiar. Assim, podemos agora empregar a ideia de toda uma nova categoria de dados em descrições arquivísticas: catalogação gerada por usuários. (COOK, 2007, p. 125).

A proposta metodológica de Cook de primar por uma descrição arquivística orientada pelo usuário, contemplando aspectos imateriais das culturas de comunidades aparentemente invisíveis à sociedade, exemplifica os esforços de adaptação dos serviços de arquivo às novas tendências, à diversidade cultural e a evolução do pensamento social que prima pela inclusão de novas comunidades de usuários. A sua ideia da catalogação gerada pelo usuário, *User-Generated Cataloguing (UGC)* - é uma plataforma emergente que vem ao encontro das aspirações de uma Arquivologia que prima pela interação social e sua vocação socializante da informação e do conhecimento inerente ao patrimônio documental, que seja sensível à temática da inclusão social e tecnológica.

Para fechar este ponto de revisão de literatura cabe mencionar o vislumbre de Luz (2010) em relação a uma Arquivologia social ou Arquivologia 2.0 e o papel do Arquivista 2.0:

O arquivista 2.0 deve entender a informação orgânica e ver o que deve fazer com o conteúdo gerado nos blogs, wikis e nas ferramentas de interação humana no mundo digital. Esse novo mundo 2.0 é espelhado através da informação orgânica, registro da inteligência coletiva, das decisões das pessoas, instituições e do relacionamento profissional. É a prova da ação humana e o registro das suas atividades nos processos. Afinal, o arquivista 2.0 deve ser o especialista em informações humanas digitais. (LUZ, 2010, p. 116, 117).

Na corroboração prática da Arquivística Social, cabe destacar os esforços do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), como exemplificação do processo de construção colaborativa que tem sido viabilizado por esforços de profissionais arquivistas, focados no cenário das políticas de arquivos públicos concretizados através do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória (PRONAME), o qual celebrou um acordo de cooperação técnica com o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), consta de sua missão:

O Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário – PRONAME - tem como principal objetivo implantar uma política nacional de gestão documental e de preservação da memória do Poder Judiciário. As ações do PRONAME são voltadas à integração dos Tribunais, à padronização e utilização das melhores práticas de gestão documental, visando à acessibilidade e à preservação das informações contidas nos autos judiciais a fim de melhor suportar a prestação dos serviços jurisdicionais e a utilização dos acervos judiciais na construção da História. (CNJ *site*).

Na linha de ilustrar a dinâmica processual de ações solidárias, este pesquisador participou da consulta pública referente à definição dos 79 elementos essenciais de metadados que integraram a parte II do Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (e-Arq Brasil). O formulário com as sugestões foi analisado pelo CONARQ e devolvido, por e-mail, com as devidas justificativas de recusa ou aproveitamento de cada sugestão. Algumas das sugestões propostas por este pesquisador foram aceitas sem modificação, o que proporcionou uma sensação de pertencimento a um processo de construção arquivístico com viés de recomendação normativa. Este trabalho de cooperação foi realizado na qualidade de estudante acadêmico, no curso de Arquivologia da FABICO/UFRGS.

A Arquivística Social, ao primar pelo diálogo entre os pares, propõem um espaço público de interação política e social, onde as divergências poderão ser harmonizadas, em prol do bem comum, na defesa do patrimônio documental, no resgate da memória coletiva e no interesse da sociedade.

Como atores sociais e arquivistas, estamos escrevendo juntos no tempo presente, com nossas atitudes engajadas na causa arquivística nacional, o que

futuramente os livros poderão registrar como os primeiros delineamentos processuais da definição dos objetivos e de uma possível episteme da arquivística social emergente em construção global.

A frase final da obra de (LUZ, 2010, p.118, grifos do autor) é representativa no contexto social do poder dos arquivos e das potencialidades da Arquivística Social, em processo de construção global: “O que difere o **Mundo** 1.0 do **2.0** é a **atitude.**”

2 A VOCAÇÃO SOCIAL DA ARQUIVOLOGIA, MEMÓRIA E DIREITOS HUMANOS

Ao investigar o cenário arquivístico atual e suas novas tendências, infere-se uma convergência de esforços transnacionais e transfronteiras, oriundos da iniciativa de profissionais arquivistas solidários, ativistas voluntários no intercâmbio de ideias e experiências na defesa da causa dos arquivos em sua finalidade de servir à sociedade e à construção da memória.

No centro do presente estudo está o profissional arquivista no desempenho ético de seu papel como um ator social, como agente ativo da construção da memória coletiva, um autenticador especializado de fontes documentais pelo instrumental da descrição arquivística. Integra a pauta da arquivística global, inserida nos preceitos e na ordem do dia de diferentes Associações e ONGs integradas por arquivistas, a busca constante por excelência profissional. Tal excelência transita por uma continuada e sistemática atualização de seus conhecimentos arquivísticos e aprimora-se no compartilhar os resultados de suas pesquisas e experiências. Tal comportamento ético é um imperativo do Código de Deontologia Profissional⁹, elaborado pelo Conselho Nacional de Arquivos (CIA), no seu item 9.

Foi possível, por meio da pesquisa realizada nos preceitos e proposições de algumas Associações renomadas, como o Conselho Internacional de Arquivos, pela ótica do pesquisador Fugueras (2003), uma vigilância constante no que tange a relevância da Arquivologia como suporte ao processo histórico dos direitos humanos, dentre estes o direito de livre acesso à informação. Fugueras (2003) afirma que a transparência e a publicidade são parâmetros cruciais para avaliar o grau de evolução social e democratização dos governos. Neste contexto, insere-se a temática da abertura dos arquivos das ditaduras do Cone Sul, a qual é um dos itens da pauta tanto de Associações como de ONGs, integradas por arquivistas solidários, e que servem como construtiva pressão social e até controle social cidadão.

A vocação social da Arquivologia não é uma utopia. Ela extrapola a mera crítica social e está atrelada à consciência social em relação à salvaguarda do patrimônio documental da humanidade e da relevância do resgate da memória

⁹ <<http://www.ica.org/sites/default/files/EthicsES.pdf> >

mundial – o que tem sido estabelecido pela UNESCO como uma prioridade em sua pauta global. Esta premência social tem sensibilizado alguns governos da América Latina que já abriram os arquivos do período repressivo. Esta conscientização social pela transparência e publicidade dos arquivos encontra eco aqui no Brasil também, pois, em março, o Ministro Paulo Vanucchi, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), vinculada à Presidência da República, segundo o Portal da Observatório Político da América Latina e do Caribe (OPALC), solicitou que os documentos da ditadura brasileira fossem incluídos no patrimônio documental da humanidade:

[. . .] a recente descoberta do arquivo secreto em Santos, sob a ação de traças, cupins e poeira, justifica que o ministro Vannuchi tenha pedido à UNESCO, no dia 03 de março, que esta entidade supranacional proteja os arquivos da repressão no Brasil. Esta transformação dos arquivos da ditadura em "patrimônio da humanidade" foi pedida igualmente por Chile, Argentina e Paraguai. (OPALC *site* institucional).

A vocação social da Arquivologia expressada em sua parceria na defesa dos direitos humanos, engajada na causa dos arquivos e em sua melhor e maior difusão para toda a sociedade, promovendo assim um novo acultramento de que a responsabilidade social pela preservação do patrimônio documental não é somente dos arquivistas, mas é um compromisso de toda a sociedade. Tal novo modo de pensar a questão dos arquivos está registrado na Declaração Universal sobre os Arquivos (DUA). A tese de ser a preservação do patrimônio documental, bem como da memória coletiva a ele imanente, um compromisso de todos, é um paradigma novo para a Arquivologia clássica, pois se alinha com as novas configurações que a Arquivologia tem assumido globalmente, em sua busca por estar à altura das exigências e avanços, tanto sociais como tecnológicos, do terceiro milênio.

Fonseca (2007) desenvolve bem o modo como a Arquivologia clássica tem evoluído na direção de uma Arquivologia “pós-moderna” ou “pós-custodial”, segundo ela nascida no Canadá, no início da década de 1990, descrevendo a desconstrução de fronteiras que estamos vivenciando na atualidade; ela assevera citando Cook:

Embora a manutenção dos registros arquivísticos para assegurar a prestação de contas e a continuidade administrativa governamentais e a proteção dos direitos individuais dos cidadãos ainda seja considerada um dos propósitos fundamentais para a preservação dos arquivos, a “principal justificativa para a existência dos arquivos para a maioria dos usuários e para o público em geral repousa no fato de os arquivos serem capazes de oferecer aos cidadãos um senso de identidade, de história, de cultura e de memória pessoal e coletiva”. Essa perspectiva de transbordamento da noção de arquivo para além dos limites institucionais (...). (FONSECA, 2007, p.61 apud COOK, 1997b, p.24).

Os registros humanos – atividades, relações, conflitos entre o público e o privado, tensões sociais históricas inscritos na diversidade do patrimônio documental brasileiro - servem de testemunho histórico, bem como prova material na garantia de direitos humanos elementares. Observou-se, ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, que tal temática é recorrente e figura na agenda arquivística global, em vários organismos internacionais, como o CIA, a AWB e a AsF. Para Jimerson (2005), o poder dos arquivos está atrelado à sua vocação social, como demonstrado no texto abaixo:

Os arquivistas devem usar seu poder - ao determinar quais registros serão preservados para as gerações futuras e ao interpretar esta documentação para os pesquisadores - para o benefício de todos os membros da sociedade. Ao adotar uma consciência social para a profissão, podem comprometer-se com a participação ativa na arena pública. Os arquivistas podem usar o poder dos arquivos para promover a responsabilidade, a governança aberta, a diversidade e a justiça social. Ao fazer isso, é essencial distinguir a objetividade da neutralidade. O ativismo e a defesa de causas podem tratar das questões sociais, sem abandonar os padrões profissionais de justiça, honestidade, desprendimento e transparência. (JIMERSON, documento eletrônico).

Cabe ressaltar a iniciativa da Academia no sentido de inserção do Curso de Arquivologia em dinâmicas de processos sociais, que contribuem na formação menos tecnicista e mais humanista do Arquivista, na busca da excelência de conhecimento e profissional. Neste contexto, cabe mencionar aqui a iniciativa experimental do Professor e Arquivista, Jorge Vivar, representante da Associação de Arquivista sem Fronteiras (AsF) no Brasil, por seus esforços pioneiros no inserir a temática dos Arquivos Sociais como suporte aos direitos humanos, nos seminários em Arquivologia I, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, dentro da grade

curricular do Curso de Arquivologia.

Tais seminários semestrais oportunizaram um diálogo aberto e uma reflexão crítica-intelectual e cultural, na história dos desaparecidos durante a chamada Operação Condor – desencadeada por forças militares opressivas inseridas dentro do terrorismo de Estado das ditaduras latinas. Esta proposta inovadora trouxe à tela do pensamento dos alunos, uma seleção de documentários e palestrantes que ajudaram a abrir os horizontes mentais em relação aos meandros do contexto da ditadura e à relevância da arquivística na garantia dos Direitos Humanos. Entre os palestrantes convidados estavam: Jair Krischke, do Movimento dos Direitos Humanos e Universindo Diaz, que junto com sua esposa, Lilian Celiberti, foi vitimado pelo braço brasileiro da Operação Condor. Estes seminários ultrapassaram as expectativas e foram decisivos no delineamento e delimitações da temática aqui investigada. A Arquivologia, nesta academia, inserida no campo da Ciência da Informação, transita entre os saberes e olhares interdisciplinares da Biblioteconomia, da História dos registros humanos e da Museologia em busca de sua identidade e episteme original e dinâmica, seja como metodologia, como técnica ou como uma ciência em constante evolução.

Uma formação mais humanista do arquivista, tanto no seu lado profissional, como de um ativista consciente de mente aberta, engajado nas questões humanitárias, globais e prementes, no que tange à defesa do patrimônio documental e o direito humano de acesso livre à informação social e cidadã é uma necessidade para prepará-lo, integralmente, para assumir o “poder dos arquivos”, apresentado por Jimerson (2005, documento eletrônico), e sua vocação para servir à sociedade. Sua formação tecnicista precisa complementar-se com um olhar e saber mais humanista, alinhado com os anseios e as expectativas de um mundo melhor, mais justo, onde a informação seja tratada não como arma estratégica de destruição, conforme Fugueras (2003), e, onde o conhecimento não seja passível de ser privatizado.¹⁰ Torna-se mister que a informação e o conhecimento, possam também ser compreendidos como um direito fundamental, relevante ao aperfeiçoamento do processo de evolução democrática e para servir à consolidação das garantias e direitos individuais e coletivos.

¹⁰ Há no ANEXO B uma cópia do artigo: “A privatização do conhecimento é alvo de críticas” que menciona o posicionamento de Peter Burke e Robert Darnton em relação as políticas dos direitos autorais na FLIP 2010 em Parati.

Os arquivistas solidários têm primado por empreender esforços conjuntos, transnacionais, por espriar o conhecimento arquivístico nos quatro cantos do mundo, como medida social, profilática e terapêutica, na conservação e preservação do patrimônio documental dos povos, cujo valor é incomensurável na construção da memória mundial. As Associações e ONGs integradas por arquivistas, bem como os Movimentos Sociais, por meio de seus projetos de cooperação transnacionais e transfronteiras, oportunizam inclusão social e digital de comunidades onde são formados multiplicadores e inseridos povos marginalizados no aprendizado e uso das novas tecnologias para que despertem para a consciência social do direito universal de livre acesso à informação. Alguns destes projetos de cooperação estão contemplados na análise de caso da AsF e estão listados no APÊNDICE D. A partir deste estudo, infere-se que uma Arquivística Social, em congruência com a Ciência da Informação e tangenciando à Ciência Social, caminha *pari passu* com a evolução social e tecnológica da humanidade.

2.1 ACESSO E TRANSPARÊNCIA NOS ARQUIVOS DA DITADURA

Ao longo do presente estudo, infere-se que arquivística social está sendo desenvolvida, globalmente, em regime de parceria com os movimentos sociais de direitos humanos pela simples razão de que o direito de acesso é um elemento integrante dos mesmos. No texto abaixo, o direito de acesso é ampliado em sua premente compreensão e relevância social pela correlação realizada por Fugueras (2003):

(...) a transparência e a publicidade das ações dos administradores se convertem, neste momento, num iniludível corolário da democracia e um elemento fundamental de sua legitimação, de modo que o nível de efetividade do direito de acesso aos documentos constituirá, no futuro, um parâmetro muito significativo do grau de democratização das instituições públicas. (FUGUERAS, 2003, p. 197).

A luta persistente no processo histórico dos Direitos Humanos, no contexto do

recorte proposto nesta pesquisa, encontra apoio aberto traduzidos em esforços voluntários, solidários e engajados de várias organizações não governamentais, dentre elas o Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH), o qual trabalha com total independência e liberdade cumprindo sua missão de lutar para a construção do processo histórico dos direitos humanos, empreendendo uma luta diária pela verdade, a memória e justiça.

É natural e inerente à democracia plena, que a força política da governabilidade e o poder legítimo venham do povo. É, portanto, a *vox populi* ou o clamor popular que está exigindo o direito cidadão de conhecer e saber a verdade, ter a memória e a história preservadas através do patrimônio documental brasileiro e viabilizada pelo acesso aos arquivos da ditadura. Os esforços coletivos e a luta consolidada pelo MJDH têm sido impulsionados pela dinâmica social inerente às imperativas exigências dos familiares de vítimas de desaparecidos, durante os regimes ditatoriais na América Latina.

Nesta linha, entende-se que só a abertura do acesso aos documentos da ditadura pode consolidar e concretizar as esperanças, honestas e justas, daqueles que não tiveram a chance de enterrar seus mortos. Este exemplo histórico dos desaparecidos durante a ditadura serve para afirmar a importância capital e o imperativo de cumprir, e, fazer cumprir o direito cidadão de acesso amplamente consagrado em nossa atual Carta Magna, assinada por todos os brasileiros que confiaram em um governo democrático e justo. Esta é uma bandeira defendida pela Arquivologia social. Abaixo, um texto do diretor da UNESCO que espelha o esforço coletivo, diário, pela defesa dos direitos humanos, incluindo aí a liberdade de acesso no atendimento ao clamor da *vox populi* internacional – ou seja, é um compromisso de toda a sociedade brasileira para com a opinião pública internacional:

Ao continuarmos a tarefa diária de sustentar e respeitar os direitos humanos, façamos tudo o que estiver em nosso poder para assegurar que a sociedade do século 21 esteja nas mãos de sucessivas gerações de adultos bem-educados, que compreendam e respeitem profundamente os direitos humanos, as liberdades fundamentais e a dignidade absoluta de todos os seres humanos. (Koichiro Matsuura, 1999, documento eletrônico).

O papel do MJDH e o fato da liberdade de acesso estar inserida na pauta das

Associações e ONGs de arquivistas solidários, denotam ativismo social e seu impacto, pressionando os governos na América Latina pela abertura dos arquivos secretos do período do terror de Estado. Também são exemplos oportunos da dinâmica social da causa, ideia e ação - uma tríade de fraternidade e solidariedade que alimenta e motiva o campo das organizações sociais - aproximando-se da definição do foco primordial desta pesquisa, em relação à relevância das Associações e ONGs formada por arquivistas.

Acessibilidade, valorização e transparência dos arquivos são três pontos-chaves identificados no levantamento dos projetos de cooperação da AsF da Espanha, os quais têm ajudado, solidariamente, países com enormes dificuldades em estabelecer a consciência social da preservação do seu patrimônio documental, do resgate de sua memória e história, e, por conseguinte, não têm garantido o direito cidadão de acesso aos documentos públicos, face a truculência de governos não democráticos.

Perceber a íntima ligação entre o patrimônio documental e a memória foi crucial ao delineamento do tema da Arquivologia social, neste estudo. Também foi crucial investigar as potencialidades e desdobramentos globais e nacionais destes esforços arquivísticos solidários. Outrossim, coube investigar a reconfiguração dos arquivistas, enquanto ator social, como assevera Fonseca (2007 *apud* COOK, 2000, p.11), ao qualificar o arquivista como “mediador ativo” na “formação da memória coletiva através dos arquivos”. Abaixo a sequência da ideia, proposta por Fonseca (2007), a qual expande a nova dimensão de entendimento de uma Arquivologia social, no tensionar a academia para a necessidade de uma formação mais humanista do arquivista, que contemple sua parcela de contribuição como mediador ativo na construção da memória arquivística e social:

Os arquivistas evoluíram de ascéticos e frios guardiões de uma herança documental para se transformarem em agentes intervenientes, que determinam padrões de preservação e gestão, selecionando para preservação somente uma minúscula parcela do grande universo de informações registradas. Os arquivistas se transformam em ativos construtores de suas “casas de memória”. Assim, devem estar sempre atentos ao exame de suas políticas nos processos de criação e formação da memória arquivística. (FONSECA, 2007, p.64 *apud* COOK, 1997, p.26).

Cabe registrar aqui, outra construção processual histórica que foi crucial no delinear os contornos de uma arquivística social, o qual foi um marco histórico na luta pelos direito de saber sobre os desaparecidos, na América Latina: o movimento das Mães da Praça de Maio, na Argentina. Foram as mães da Praça de Maio - lugar central no centro de Buenos Aires - que impulsionaram a causa que hoje serve de motivação e inspiração ao processo histórico de construção dos direitos humanos, em toda a América Latina. Este é um exemplo corroborador que demonstra o princípio democrático de que todo o poder emana do povo, pois foi este poder que impulsionou os esforços de todas aquelas mães, deu-lhes força e liberdade de expressão, além da coragem moral para protestar, mesmo durante o período de repressão. A firmeza de propósito daquelas memoráveis mães se tornou um símbolo nacional argentino, ou uma representação social inserida no contexto do terrorismo de Estado, entre 1976 e 1983.

À Arquivologia social interessa, dentro da dinâmica da crescente diversidade de suportes, tendendo à imaterialidade, conceber novos espaços como a Praça de Maio, como um tipo de suporte imaterial de registros humanos, a céu aberto. Um espaço social e público, cenário que registrou e registra manifestações populares, a qual tem uma profunda representação social, haja vista que está localizada bem em frente à Casa Rosada, no centro do governo argentino, o que lhe confere um tipo de organicidade especial.

Abaixo, uma foto recente da Praça de Maio, um suporte imaterial onde emoções, sentimentos e lágrimas registraram ali a vontade popular, protestos por justiça, pelo direito de acessar as informações, o direito de saber a verdade, de enterrar seus mortos e outros clamores da *vox populi* argentina que aconteceram ao longo de sua história.



FIGURA 1: Praça de Maio, no centro de Buenos Aires. Fonte: Jackson Guterres. Set.2010.

Abierta.¹¹ Trata-se de uma ação conjunta e coordenada de organizações argentinas de Direitos Humanos, cuja missão é aumentar o nível de informação e consciência social sobre o terrorismo de Estado para enriquecer a cultura democrática. O objetivo principal, conforme o portal *Memoria Abierta*, é “registrar os acontecimentos ocorridos durante a última ditadura militar e suas consequências, para que estes registros sejam acessíveis e sirvam aos fins de investigação e educação das futuras gerações.” Tal atitude fraternal e solidária impacta na formação da memória mundial, na opinião pública, na educação e também serve para consolidar a consciência social, ampla e geral, de que tais atrocidades e crimes de lesa humanidade nunca mais se repitam. Parte deste projeto, no que tange à descrição de alguns acervos, para posterior disponibilização na Internet, também foi realizado em convênio com a AsF do Brasil.

2.2 AS ONGs E A ABERTURA DOS ARQUIVOS NA AMÉRICA LATINA

Se o processo histórico da abertura dos arquivos e a conseqüente pressão democrática popular e cidadã, em seu apoio, encontram oposição e silêncio por parte de alguns governos latino-americanos, resulta daí a relevância do apoio e ação dos organismos e associações arquivísticas internacionais e das ONGs de incluir a abertura dos arquivos, como uma prioridade essencial na pauta de reivindicações da comunidade arquivística mundial. Dentre estas ONGs, está a AsF de Espanha, que será aqui objeto de um estudo de caso.

Como um dos vetores humanizantes da Arquivística Social, em seu processo de construção está a “perspectiva de universalizar o direito de acesso” (FUGUERAS, 2003, p. 193). O direito universal de acesso à informação, deriva dos Direitos Humanos, como é possível inferir pela leitura do item 1, do Artigo 13, do Pacto de San José da Costa Rica, também conhecido como Convenção Americana Sobre Direitos Humanos, 1969, sob o título “Liberdade de Pensamento e Expressão”:

¹¹ Disponível em: <<http://www.memoriaabierta.org.ar/principal.php>>.

1º) Toda pessoa tem o direito à liberdade de pensamento e de expressão. Esse direito inclui a liberdade de procurar, receber e difundir informações e ideias de qualquer natureza, sem considerações de fronteiras, verbalmente ou por escrito, ou em forma impressa ou artística, ou por qualquer meio de sua escolha. (Pacto de San José da Costa Rica, 1969¹²).

Todo e qualquer obstáculo colocado entre o documento que contenha informação social e cidadã, seja qual for o local onde ele está custodiado, à luz do artigo 13, supracitado, é uma agressão frontal ao seu cumprimento e poderia até ser considerado um crime de lesa-humanidade, por privar o cidadão do direito universal de acessar a informação que lhe seja necessária, ao curso normal e harmonização de sua vida, no contexto social em que vive. Importa mencionar que o Brasil foi signatário deste memorável pacto.

O arquivista, em sua responsabilidade social, responde ao dever e cumpre a legislação que trata das classificações de sigilo dos documentos. Este tipo de lacuna de acesso é compreensível à luz do preceito constitucional e da legislação arquivística vigente, em relação à segurança nacional, do respeito à privacidade e da preservação da intimidade, da honra e da imagem das pessoas. Entretanto, é importante fazer uma crítica social sobre a perenização do sigilo dos arquivos secretos da ditadura, mantendo-os afastado do acesso público. Tal obstrução de acesso é uma agressão frontal ao princípio estabelecido no artigo 13, da convenção supracitada, além de representar um ponto de involução na construção coletiva do processo histórico da democracia brasileira e dos direitos humanos. Até quando este patrimônio documental da sociedade brasileira ficará ocultado? Eis uma pergunta chave que serve ao contexto de uma Arquivologia socializante global, que prima por estar sempre acompanhando, com seu olhar crítico, a evolução da abertura dos arquivos nos países vizinhos do Brasil, na América Latina e seus desdobramentos no Brasil.

Um artigo da ONG Observatório Político da América Latina e do Caribe – OPALC, intitulado: “Abertura e conservação dos arquivos das ditaduras da América Latina”, apresenta um resumo de como está evoluindo a questão social da abertura dos arquivos das ditaduras na América Latina - AL, ilustrando bem a relevância das ONGs neste tipo de processo na plataforma de construção, colaborativa e coletiva

¹² Disponível em: <<http://www.portaldafamilia.org.br/artigos/texto065.shtml>>.

do conhecimento, dando informações sucintas e precisas, que ajudam a compreender o atual cenário da cronologia da abertura dos arquivos na AL e as revelações em torno da Operação Condor.

No caso paraguaio, os arquivos foram abertos em 14 de outubro de 2009, após um acordo entre o presidente socialista Fernando Lugo e organizações de defesa dos direitos humanos. Foram reveladas diversas informações relativas à Operação Condor (colaboração entre os regimes autoritários da América Latina para lutar, entre os anos 70 e 80, contra opositores políticos). O Paraguai esteve sob uma ditadura militar de 35 anos, entre 1954 e 1989, dirigida pelo general Alfredo Stroessner.

Em 06 de janeiro de 2010, foi a vez da Argentina, que esteve sob a égide de um regime militar entre 1976 e 1983, de abrir os arquivos relativos ao regime de exceção. Por meio de um decreto assinado pela presidenta Cristina Kirchner e pelos ministros da Defesa e da Justiça argentinos, foi determinada a abertura de "toda informação e documentação vinculada à atuação das Forças Armadas" entre 1976 e 1983, salvo aquela relacionada ao "conflito bélico do Atlântico Sul [Guerra das Malvinas] e a qualquer outro conflito interestatal". No caso argentino, os documentos já podiam ser acessados pelo público, mas era necessário um decreto autorizando cada acesso.

Por fim, em fevereiro de 2010, o presidente boliviano Evo Morales pediu ao Poder Judiciário de seu país que determinasse a abertura dos arquivos da ditadura militar a que o país esteve submetido entre 1964 e 1982. Em 03 de março do mesmo ano, o oitavo juiz de instrução da Vara Penal de La Paz, Roger Valverde, ordenou a entrega, aos procuradores do Ministério Público, da documentação exigida por eles para a investigação da desaparecimento de ex-dirigentes da esquerda boliviana. Os documentos, a serem entregues pelas Forças Armadas, correspondem ao governo do general Luis Garcia Mesa, existente durante o início da década de 80. A decisão, embora permita o acesso dos procuradores aos documentos, determina que seu conteúdo não seja divulgado.

Entretanto, a abertura dos arquivos da ditadura ainda é uma meta perseguida por setores do governo e da sociedade civil em alguns países da América Latina, como o Brasil (submetido a uma ditadura militar entre 1964 e 1985). No caso brasileiro, a abertura dos referidos arquivos é defendida há anos por autoridades como o ex-ministro da Justiça Tarso Genro e o ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Paulo de Tarso Vannuchi. Além disso, quando da abertura dos arquivos argentinos, a Ordem dos Advogados do Brasil declarou que o Brasil "deveria seguir o exemplo" do país vizinho. (OPALC *site*, 2010)

O corolário de que é do povo e pelo povo, que emana todo o poder democrático, legitimamente constituído, tem sido bem assimilado dentro do processo de construção histórica e até coletiva da democracia universal, o qual se reflete na construção da democracia nacional. Ela se fortalece a cada escrutínio popular das urnas. A abertura dos arquivos da ditadura é um clamor popular, portanto uma aspiração legítima do povo brasileiro.

Os avanços sociais que a abertura dos arquivos da ditadura ajuda a consolidar originam-se a partir da união de vozes numa luta contínua e solidária - a qual clama por um governo mais justo, igualitário, laico, que prime pela eficiência e transparência da gestão pública, pela liberdade de expressão, de acesso e pelo despertar da consciência social em relação à necessidade de salvaguardar o patrimônio documental brasileiro para a construção da memória nacional, da história e da cidadania. O poder dos arquivos está na exata medida em que o seu acervo serve a sociedade pela via da descrição arquivística. Como está ilustrado nas três metáforas para os arquivos apresentadas por Jimerson (2009) no texto abaixo:

Ao invés de esconder o nosso poder no reino da memória, da história e do passado, espero que os arquivistas abracem o **poder dos arquivos** e usem-no para o bem da humanidade. Antes de analisarmos as respostas a este desafio de usar o poder dos arquivos, precisamos entender algumas de suas manifestações. Há três aspectos essenciais do **poder** dos arquivos, refletidos nas metáforas abaixo:

- O TEMPLO: autoridade e controle sobre a memória (coletiva) social;
- A PRISÃO: o controle sobre a preservação e segurança dos documentos de arquivos;
- O RESTAURANTE: o papel do arquivista como intérprete e mediador entre os documentos e os usuários. (JIMERSON, 2009. p. 32, tradução e grifo nosso)

2.2.1 O direito universal de acesso e abertura dos arquivos da ditadura

Somos uma geração privilegiada, pois rompemos um milênio e estamos, a cada dia, assimilando melhor a diferença entre ocultar informações de modo intransigente e, contrariamente, ao clamor social e a opinião pública e manter sigilo no atendimento às exigências legais que o justifiquem.

Soou a hora de nossos governantes e o judiciário olharem pela janela de seus gabinetes, para perceber as legítimas e históricas exigências e demandas sociais, inerentes à construção do processo histórico da democracia e da consolidação dos direitos humanos – àqueles anseios que extrapolam a tese da mera reparação - para a descoberta da verdade do que realmente aconteceu com os cidadãos brasileiros, desaparecidos, durante o terrorismo de Estado.

A abertura dos arquivos por parte de alguns países da América Latina

demonstra que eles não só promoveram a abertura dos arquivos de suas ditaduras, mas tiveram a coragem moral de seguir a lógica democrática de atendimento aos legítimos anseios cidadãos de conhecer a verdade, resgatar a memória e demonstrar ao mundo um alto grau de democracia e justiça através da punição exemplar dos responsáveis pelas torturas e demais atrocidades do terrorismo de Estado, que promoveram hediondos crimes de lesa-humanidade. Tais iniciativas pioneiras, conforme apresentadas no artigo da OPALC, supracitado, alinham-se com a pauta de reivindicações das Associações e ONGs integrada por arquivistas.

Este processo histórico de abertura dos arquivos da ditadura serviu de decisiva inspiração na delimitação do tema deste estudo, no explorar a conexão do que aqui estamos chamando de Arquivologia social com os direitos humanos. O artigo da OPALC, supracitado, em sua continuação, dá o tom desta nova configuração da Arquivologia e da transparência que cidadania exige, no processo nacional de abertura destes arquivos, como pode ser evidenciado no excerto abaixo:

Outro fato que justifica a crença na existência de arquivos secretos da ditadura militar brasileira é a entrega ao Arquivo Nacional, pela Aeronáutica do país, de ao menos parte dos documentos secretos que ela detém sobre o período. A entrega, ocorrida no início de fevereiro de 2010, já havia sido requerida pelo governo nacional, mas a Aeronáutica afirmava ter destruído os referidos documentos.

Nota-se o desejo do Poder Público brasileiro de que sejam entregues todos os documentos relativos ao regime militar, para sua centralização e conservação em Arquivos oficiais. Ademais, a recente descoberta do arquivo secreto em Santos, sob a ação de traças, cupins e poeira, justifica que o ministro Vannuchi tenha pedido à Unesco, no dia 03 de março, que esta entidade supranacional proteja os arquivos da repressão no Brasil. Esta transformação dos arquivos da ditadura em "patrimônio da humanidade" foi pedida igualmente por Chile, Argentina e Paraguai. (OPALC site institucional, 2010).

Entre os piores casos de obstáculos e flagrante violação do direito de acesso à informação estão os países onde inexiste uma política pública na área de arquivos, ou, onde o sistema de governo é ditatorial e priva o cidadão de seus direitos. Há também aqueles países onde o patrimônio documental está em eminente risco de perda, seja em consequência do descaso, guerras, ou pelos efeitos de catástrofes e cataclismas das forças da natureza, tais como inundações, terremotos, incêndio, etc. É oportuno considerar-se, também, o efeito agressivo e

perigoso da presença de más intenções de maldosos especialistas que visitam arquivos, bibliotecas e museus, com a finalidade de apropriar-se de exemplares raros, visando o lucro criminoso. Outrossim, a própria má intencionalidade dos regimes ditatoriais e repressivos de tentar destruir impunemente aqueles registros que possam comprometer-lhes num julgamento futuro.

O presente estudo apontou que a AsF tem como um de seus objetivos prestar socorro e assistência aos casos onde os acervos estão sob eminente risco, este ato solidário e voluntário, por si só é capaz de dar uma noção correta do âmbito de atuação da arquivística social, transnacional e transfronteiras. Este fato poderá ser corroborado na análise dos projetos de cooperação inserido no estudo de caso da AsF, cujas amostras estão disponibilizados numa tabela no APÊNDICE D.

2.2.2 Iniciativas do poder público brasileiro na regulamentação do direito de acesso

No Brasil, o Arquivo Nacional está ligado à Casa Civil, a qual está ligada diretamente à Presidência da República, tal hierarquia denota o que Jimerson (2009) chama de “poder dos arquivos”. Por outro lado, demonstra que um organismo de referência e tamanha representatividade social, como o Arquivo Nacional, está corretamente posicionado e suas necessidades de recursos financeiros e humanos, para continuar levando a efeito seu mister de órgão normativo, possa estar sendo bem atendido.

O trabalho do Arquivo Nacional tem sido nacional e internacionalmente reconhecido como sendo de alta qualidade, notadamente pela competência de seus Conselhos e Câmaras Técnicas que tratam, tecnicamente, dos diferentes assuntos da pauta arquivística nacional.

São muitos os desdobramentos e ações do poder público, em termos de leis, recomendações e normativas, dentre estas está, a proposta de lei que regulamenta o direito de acesso às informações públicas e a construção democrática do processo histórico da abertura dos arquivos da ditadura.

A nova lei que regula o acesso a informação, proposta pela Ministra Dilma Rousseff conjuntamente com o Ministro Tarso Genro, a PL-5228/2009 está

tramitando no Congresso Nacional,¹³ em regime de urgência, e tem sido amplamente apoiada por vários organismos internacionais, dentre eles, a UNESCO. Outra lei que tramita no Senado é a PLC 41, o qual pretende regulamentar os dispositivos constitucionais referentes ao acesso à informação pública:

Essas garantias são propostas pelo Projeto de Lei da Câmara dos Deputados (PLC) n. 41, de 2010, do Deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), que regula vários dispositivos da Constituição Federal (CF/1988), como: o direito individual de receber dos órgãos públicos informações de interesse particular, coletivo ou geral, salvo aquelas imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado (CF/1988, art. 5º, XXXIII); o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo (CF/1988, art. 37, § 3º, II); o dever de a administração pública gerir a documentação governamental e franquear a sua consulta aos que dela necessitem (CF/1988, art.216, § 2º). (Fórum de Direito de Acesso a Informação Pública 17, *site*).

Outro destes desdobramentos foi a instituição do Projeto Memórias Reveladas, pelo Arquivo Nacional, o qual teve ampla repercussão na mídia nacional, por meio de campanhas publicitárias solicitando a colaboração dos cidadãos, para entregarem documentos históricos da época da ditadura que possam estar em seu poder, embora tenha gerado duras críticas por parte de alguns arquivistas especialistas na área.

Nesta linha cabe ainda destacar, a iniciativa do Arquivo Nacional em promover um debate aberto com a sociedade, em novembro, cujo título é: "Iº Seminário Internacional sobre Acesso a Informação e Direitos Humanos", e que tem o seguinte texto introdutório:

O Arquivo Nacional, órgão da Casa Civil da Presidência da República, gestor do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964 - 1985): Memórias Reveladas, realizará nos dias 23 a 26 de novembro de 2010 o "Iº Seminário Internacional sobre Acesso à Informação e Direitos Humanos". O evento será realizado na Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. Trata-se de um Seminário com a participação de especialistas nacionais e internacionais com o objetivo de promover a troca de reflexões e experiências sobre questões legais e arquivísticas que envolvem o acesso à informação, compreendido como um requisito da cidadania. Durante o Seminário a temática será analisada a partir das experiências dos países que experimentaram regimes totalitários, abordando especialmente o caso

¹³ Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/prop_detalhe.asp?id=434566>.

dos arquivos da repressão produzidos ou acumulados durante o período dos regimes militares na América Latina. O evento terá como foco o acesso pleno aos arquivos dos regimes militares, incluindo questões atinentes à segurança do Estado e ao resguardo da vida privada, da intimidade, da honra e da imagem das pessoas. Buscará elementos que favoreçam a padronização de práticas e de dispositivos legais para a abertura dos arquivos. (Portal do Arquivo Nacional, *site*).

É pela ótica da arquivística social, em processo de construção global, pelo trabalho profissional de arquivistas solidários, ativistas sociais engajados na causa dos arquivos e no direito de acesso, que a consciência social da salvaguarda do patrimônio poderá alcançar os quatro cantos do mundo. Possam estar os profissionais arquivistas melhor preparados para sua responsabilidade diante do poder dos arquivos, na exata proporção em que eles servem as suas sociedades com objetividade, e que aos arquivos possam contribuir para a interpretação da sociedade, conhecimento e identidade, servindo ao bem da humanidade.

3 A ARQUIVÍSTICA SOCIAL EM CONSTRUÇÃO

Um dos pontos-chaves na compreensão da Arquivística Social, em processo de construção, é o imperativo ético da busca constante por excelência profissional do arquivista e a compreensão das dimensões da Arquivologia, conforme o texto abaixo:

Refletirmos sobre novas dimensões da Arquivologia leva-nos, portanto, à hipótese de que a área encontra-se em via de um profundo redimensionamento, num processo reestruturador dos seus espaços. Espaços científicos, tecnológicos, sociais. Espaço de crise e crescimento. (FONSECA, 2007, p. 54).

Torna-se mister, na visão deste pesquisador, uma formação superior equilibrada, entre o tecnicismo e humanismo, a qual contribua para sua preparação integral para assumir sua função social, a qual deve primar pela transversalidade, sentido de globalidade em relação ao processo documental e uma compreensão flexível e receptiva dos processos de evolução social. Estes e outros pontos-chaves são reforçados por Fugueras (2003, p. 16) no texto abaixo:

Entender que a transversalidade, globalidade e polivalência da função arquivística requer uma formação especializada de lastro universitário, que garanta a obtenção de conhecimentos oportunos para fazer frente (enfrentar) a uma variada tipologia de arquivos, documentos e suportes.

O processo de construção da Arquivística social, que oportuniza um espaço público para desenvolver um novo acultramento arquivístico institucional, desenvolvendo novos saberes, olhares e fazeres interdisciplinares entre todos os atores sociais e institucionais, é um tipo de revolução de gestão documental possível de ser implementada.

A gestão documental arquivística é um grande diferencial no competitivo mercado capitalista que vivemos, onde quem tem suas informações arquivisticamente organizadas e sua base de conhecimento preservada tenderá a

atrair mais usuários e clientes consumidores de informação e ávidos pelo conhecimento, na instantaneidade do tempo de um clicar de mouse, em *Real Time Clock (RTC)* – tempo real. Idealmente, o tempo de resposta dos serviços de arquivo deveria estar sincronizado com o momento em que a demanda informacional surge, e alinhado com o modo como o cidadão está habituado a acessar as informações.

Uma Arquivologia mais social tem que estar presente no diálogo e no fluir de ideias em relação a esta tendência emergente de uma gestão documental integral e de resultados, que prima pela implantação de políticas de arquivos, concebidas na mais alta instância de poder da hierarquia institucional, destinadas a promover um salto quântico na eficiência e transparência dos serviços de arquivo, plenamente adaptados aos constantes avanços sociais e científicos e ao novos modos de acesso cidadão pela Internet.

Neste ponto, as pesquisas acadêmicas e a criação de canais mais amplos e efetivos de colaboração da academia com as instituições e a comunidade em geral, serão profícuas como catalizadoras deste salto quântico na qualidade de atendimento às demandas informacionais dos cidadãos, com celeridade, transparência e eficiência.

3.1 PESQUISA ACADÊMICA E PROJETOS SOCIAIS EM ARQUIVOS

A questão polêmica em relação a melhor aceção para a Arquivologia, se como um corpo teórico de princípios, como uma metodologia ou técnica, ou como ambas; ou ainda, se ela tem evoluído numa linha de coerência própria, apontada por Ribeiro (2003, p. 44), como merecedora de nuances de cientificidade, está bem demonstrada no texto abaixo:

O seu enquadramento geral é, sem dúvida, no seio das Ciências Sociais, mas confinando o respectivo âmbito de estudo a uma área mas restrita, a da Ciência da Informação. Esta interage com um leque diversificado de campos, desde a Comunicação Social, a Cibernética, a Informática, a Sociologia, a Psicologia Cognitiva, etc., partilhando entre si um objeto de estudo polifacetado, que é produto da atividade social – a informação. Este objeto de estudo, quando contextualizado em sistemas específicos (que geram, manipulam e difundem o fenômeno social “informação”) ganha

características próprias que o singularizam e o afetam a disciplinas aplicadas como a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Gestão da Informação, que se debruçam sobre os sistemas de informação social, sejam eles os arquivos, as bibliotecas ou variantes mais modernas destas últimas, os serviços de documentação e/ou informação, incluindo os suporte inteiramente eletrônicos e/ou digital. (RIBEIRO, 2003, p. 44).

A partir da postulação acima, o autor evolui na modelagem conceitual de uma Arquivística como disciplina científica de informação social, que agrega uma concepção sistêmica, no qual o arquivo precisa ser compreendido em sua globalidade e diversidade. Infere-se, no texto acima, uma concepção dinâmica e processual da Arquivologia ligada ao fenômeno social da informação, que precisa ser compreendido no dinamismo da simbiose de dois vetores: o fator estrutura orgânica, que está atrelado às estruturas organizacionais das instituições e o fator funcional – que diz respeito aos usos e serviços no atendimento a todas as demandas de informação pública cidadãs. A estes dois vetores complementares, ela afirma estar entrelaçada à memória. Estas explicações do Arquivo, entrelaçado às Ciências da Informação são resumidas assim por Silva e Ribeiro (1999, p. 1999):

Arquivo é um sistema (semi-) fechado de informação social materializada em qualquer tipo de suporte, configurado por dois factores essenciais – a natureza orgânica (estrutura) e a natureza funcional (serviço/uso) – a que se associa um terceiro – a memória – imbricado nos anteriores. (SILVA; RIBEIRO, 1999, p. 214).

O delineamento de Silva, supracitado, amplia a natureza dos sistemas de arquivo, no âmbito estrutural orgânico e a natureza socializante da informação dos serviços de arquivo, estando a eles imbrincados à memória. Este resgate da memória interessa à arquivística social, pois é um ponto interessante de convergência com os direitos humanos, haja vista que é o único modo de evitar o fenômeno social, absolutamente condenável, cunhado por Fugueras (2003) de “amnésia coletiva”, a qual conspira contra a coragem moral da recuperação da verdade e o anseio legítimo pela viabilização da justiça plena. A Arquivologia solidária, em seu processo de construção coletiva internacional, tem incluído na pauta de sua agenda global, a abertura dos arquivos dos períodos das ditaduras. Tais esforços de construção colaborativa servem como um tipo salutar de pressão

aos governos que ainda não tomaram providências para realizar tal abertura.

Tais preocupações socioculturais e históricas são elementos chave do constante diálogo entre os pares que, no entender deste pesquisador, é uma qualidade proeminente e intrínseca ao processo de construção de uma Arquivologia social interdisciplinar. Estes elementos associados à difusão de uma consciência social da necessidade de salvaguardar o patrimônio documental gravitam juntos para uma esfera mais elevada e justa de democracia, que rompe as fronteiras de uma só nação, por despertar a atenção da comunidade internacional e dos organismos de defesa dos direitos humanos, no sentido de alertar que não haverá memória, não haverá provas documentais, não haverá passado e nenhuma informação orgânica e social – enfim, um estado de caos total - se não houver um despertar em relação a premência da preservação do patrimônio documental, a qual é uma responsabilidade social de toda a sociedade e não somente dos arquivistas, conforme postula a Declaração Universal sobre os Arquivos.

Para efeitos de corroboração teórica alusiva à temática da arquivística social, e só para citar uma referência de literatura importante, Couture (1999, p.56) assevera que um dos campos de pesquisa que interessaria à arquivística, tanto em sua faceta de profissão como de disciplina científica tangenciando o papel social da arquivística e o lugar que ela ocupa na sociedade, como podemos inferir no excerto abaixo:

A situação da arquivística no mundo contemporâneo, o lugar que ocupa na sociedade, pode se constituir em uma “questão fundamental para o futuro da arquivística” (Gagnon-Arguin, 1990, p. 271).

Por outro lado, é legítimo definir o lugar ocupado pela arquivística nos conhecimentos humanos. Ela é, verdadeiramente, separada da história? Trata-se de uma ciência da cultura ou de uma ciência social? (Couture, 1999, p. 56,57).

Ao buscar identificar os novos contornos da Arquivística Social no recorte apropriado à presente investigação, foi natural refletir sobre a convergência entre a Arquivologia, a Ciência da Informação e as Ciências Sociais - o campo da história, da cultura e da memória - e sua relevância como suporte na construção histórica dos

direitos humanos.

A oportunidade pela academia de um espaço permanente para pesquisa universitária, no ramo da ciência da informação, especialmente no curso de Arquivologia, é uma necessidade premente que contribui para a humanização do ensino, pois tenderá a aproximar o aluno das premências arquivísticas de sua comunidade, direcionando seus esforços de pesquisa no sentido de produzir conhecimento e desenvolver novas propostas metodológicas de solução.

A Reitoria, as Comissões de Graduação, Professores, diretórios acadêmicos e alunos precisam ser atores institucionais proativos e propositivos, no sentido da viabilização de um espaço permanente para o desenvolvimento de pesquisas na área arquivística. Tal empenho institucional para desenvolver a área de pesquisa arquivística agregará qualidade no saber, no fazer e na produção intelectual dos alunos, servindo também como elemento de difusão da Universidade na comunidade internacional, além de salutar interação com a comunidade local.

Por que têm sido priorizados grandes aportes financeiros e oportunidades de pesquisa mais para a área científica? O pouco incentivo de pesquisas para a área das ciências humanas, para Arquivologia e seus pares é um indício de que impele a nós agirmos como pensadores ativistas, pois resta muito por lutar, conquistar e evoluir para que seja privilegiado um espaço permanente para o desenvolvimento da pesquisa acadêmica para Arquivologia e seus pares.

Na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS, onde está inserido o curso de Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e todos os cursos da área de comunicação e informação, recentemente, foi disponibilizada uma sala com o nome de “Laboratório de Arquivologia”, o que traduz um alinhamento da academia com a pauta de reivindicações das Associações e ONGs de arquivistas. Resta ainda uma política institucional que valorize e estimule a pesquisa acadêmica nos novos campos em que a Arquivologia precisa inserir-se com maior propriedade, tal como a área da produção de conteúdos no ciberespaço, que tem gerado o mosaico da cibercultura, proposta por Lévy e Lemos (2010).

Várias pesquisas poderiam ser realizadas na área da arquivística social, em sua gama de grande diversidade de suportes de registro da informação, as quais teriam grande impacto social e global. Algumas áreas de pesquisa poderiam ser sobre: os novos processos documentais de registros humanos; os usos e abusos da assinatura eletrônica; a preservação de fotos digitais no longo prazo; um quadro de

arranjo para as pastas de armazenamento de documentos digitais no computador ou em redes corporativas; gerenciamento e preservação de e-mails institucionais; Quando usar a digitalização e quando usar a microfilmagem? O não uso de papel reciclado em documentos permanentes ou que venham a ser digitalizados; Como disponibilizar documentos *online* através de *hyperlinks*; desenvolvimento de instrumentos arquivísticos na plataforma web 2.0; a Arquivologia 2.0; imaterialização dos suportes; documentação híbrida e representação digital (nome técnico definido pelo CONARQ para imagem digitalizada de documentos), etc... Pesquisar estes pontos chaves é contribuir para a produção científica de novas metodologias de acesso e armazenamento de informação e conhecimento, com base em plataformas abertas e dotadas de interoperabilidade, universalizando a acessibilidade ao primar pelo uso da recomendação normativa e-Arq Brasil e sua especificação de metadados, os quais foram elaborados pelo CONARQ.

O incremento da pesquisa acadêmica interessa a todas as demais áreas do conhecimento dentro da FABICO/UFRGS, configura-se como sendo um grande diferencial acadêmico e um forte elemento de atração de novos talentos e futuros pesquisadores ao corpo docente da universidade.

Um dos projetos arquivísticos que espelha o sentido de uma arquivística solidária, com amplo espectro de inclusão social, que está sendo realizado na Capital dos gaúchos com primazia e, no contexto do presente estudo, ilustra bem outra finalidade da Arquivologia Social, a difusão da Arquivologia e de sua relevância social para toda a sociedade. Trata-se da atividade “Brincando no Arquivo do Arquivo Histórico Moysés Vellinho – AHPAMV”, que foi divulgada no Jornal do Almoço da RBS TV¹⁴, na passagem do dia do Arquivista. Eles também mantêm um blog¹⁵ que é um momento de interação com o público usuário do arquivo. Desnecessário dizer que esta foi uma ideia e iniciativa da equipe de arquivistas e colaboradores deste arquivo público de referência estadual e nacional.

Os estágios supervisionados são relevantes no aprimoramento profissional, mas no entendimento deste pesquisador, eles não substituem a pesquisa acadêmica, pois é a partir delas que a maioria dos avanços tecnológicos e sociais alcançam a comunidade, agregando qualidade de vida aos cidadãos.

Ao nível experimental, foi desenvolvido no primeiro semestre de 2010,

¹⁴ <<http://mediacenter.clicrbs.com.br/templates/player.aspx?1&contentID=144925&channel=45>>.

¹⁵ Disponível em: <<http://ahpoa.blogspot.com/>>.

dentro do Estágio Supervisionado II, do Curso de Arquivologia, sob a orientação do Professor Jorge Vivar, o Arquivo Histórico Digital da Ciência Cristã, no qual destinase a disponibilizar o acervo documental histórico deste movimento religioso que existe no Brasil, desde o início do século XX, *online*, na *Internet*, sob o forma de representações digitais em PDF (*Portable Document Format*) – para ser visualizados ou 'baixados' para impressão. Neste, foram desenvolvidos instrumentos de descrição e pesquisa orientados aos usuários, bem como um catálogo seletivo digital de uma documentação histórica, cujo original é raro. Infere-se que, neste projeto, foram envidados esforços no sentido de uma Arquivologia social no qual todos os instrumentos de pesquisa, com base na NOBRADE, foram disponibilizado no ciberespaço e após a produção intelectual arquivística da descrição de instrumentos de pesquisa *online*, passam a configurar como relevantes fontes de informação primária para à construção do conhecimento histórico, em relação à liberdade da prática religiosa no Brasil, durante os anos 70, dentre os quais um documento de uma Sala de Sessão do Senado, assinado pelo Senador gaúcho Guido Mondim, agregando um memorável artigo à Emenda Constitucional 128 que garantia a liberdade religiosa. A URL do projeto do Arquivo Digital Histórico, para mais informações e detalhes é: <<http://sites.google.com/site/arquivocienciacrista/>>. Cabe citar também a criação de um Catálogo Seletivo Digital do Parecer Jurídico de 59 laudas do Jurista Vicente Rao, o qual embasa a defesa da liberdade religiosa nos princípios e doutrinas do Direito Brasileiro e serviu de justificativa para a aprovação do artigo da Emenda 128 supracitado.

Outro caso prático de pesquisa foi desenvolvido no estágio supervisionado I realizado no Arquivo Geral, do TRT da 4ª Região, sob a orientação da Professora Maria do Rocio Teixeira, trata-se de um projeto arquivístico de conversão de suporte de mais de 168 000 fichas indexadoras de microfilmes dos processos microfilmados dos primórdios da justiça do trabalho, até o início dos anos 70. A conversão está sendo realizada através da digitação dos dados das fichas em planilha que são a base da geração de um documento final, único, gerado em PDF. Como proposta de futuro, foi desenvolvida e implementada uma conversão de imagem do microfilme para uma imagem digital, também em PDF, através de um equipamento de última geração. Finalmente, ao vislumbrar futuras condições de acessibilidade, pela via da Internet, incorporou-se a sistemática de uso de *hyperlinks* para visualizar a representação digital do documento – original único em microfilme convertido em

imagem digital – com o simples clique do mouse no nome da parte que figurou no processo judicial.

A arquivística social está bem atenta às novas demandas e novas soluções e compartilhar experiências e realizações com seus pares. Isto ficou demonstrado quando um oficial do Exército Brasileiro esteve visitando o Arquivo Geral do TRT da 4ª Região, com a finalidade de conhecer a solução acima descrita. Todo o desenvolvimento da solução foi compartilhado via e-mail, acompanhado de orientações e indicações das normativas específica do CONARQ para digitalização de documentos públicos, recentemente publicados sob o título: “Recomendações para a Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes.”

3.2 A ARQUIVÍSTICA SOCIAL: NOVAS FRONTEIRAS NAS PESQUISAS

Não é objetivo do presente estudo, aprofundar linhas e temas para futuras pesquisas. Entretanto, na esfera da construção colaborativa do conhecimento, à universidade impõem-se o imperativo de ser uma fonte emanadora de pesquisas, desenvolvimento, melhores práticas e a atitude social proativa e propositiva de apresentar modelos de soluções para as miríades de desafios atrelados à complexidade da gestão documental, da preservação do patrimônio documental, da construção da memória coletiva e do próprio processo documental, como um todo.

Atender a estes desafios, com o melhor dos conhecimentos e práticas, cumpre o imperativo social e ético pela busca de excelência profissional, tanto aos profissionais arquivistas, seus pares, professores, alunos como a todos os gestores públicos – responsáveis pela gestão da coisa pública *“res public”*, Jovchelovitch (2000). A pesquisa acadêmica é uma alternativa viável onde todos são beneficiados além do aumento vertiginoso do prestígio da instituição, que fomenta a pesquisa estabelecendo-a como uma prioridade.

A título de uma simples exemplificação, apresento uma proposta de modelo de pesquisa. Ela é uma singela contribuição de modelagem conceitual, em relação à temática substantiva da gestão documental integrada e integral, que é recorrente e, historicamente, consensual, não só no ensino de graduação, como em

vários congressos de Arquivologia, em diversos países. Tal modelagem, congrega diferentes olhares e saberes e utiliza o paradigma da transdisciplinaridade para idealizar uma nova modelagem teórica de gestão, que inclui gestão documental, da informação e do conhecimento.

A gestão documental integral é uma resposta arquivística, metodológica, sistemática a partir de uma visão integral do processo documental, que começa na política pública coerente e na abertura de espaço para o profissional arquivista, dando-lhe liberdade e tempo para realizar o seu trabalho, isto tudo impulsionado pela tônica de garantir o direito de acesso à informação. Este foi o ponto de partida e elemento que, apoiando-se na tese da arquivística integrada, apresentada por Lopes (1998) e nas novas concepções do processo documental, que vai desde a gênese documental na intenção do produtor, permeando todas as fases do ciclo documental até seu arquivamento final inspiraram a modelagem proposta.

Trata-se da concepção teórica de um paradigma de gestão emergente que inclui a integralidade dos documentos, tanto da área meio, como da área fim, buscando a globalidade e completude de gestão. É um modelo teórico que segue esta tese, além de objetivar promover a conscientização institucional da relevância do seu patrimônio documental e seus diversificados valores. Tomando o cuidado de não comprometer a linha de raciocínio desta pesquisa, os modelos e sua breve apresentação, estão disponibilizados no APÊNDICE C.

3.3 O ARQUIVISTA: ATOR SOCIAL E DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR

Aponta Couture (1999), em sua conclusão, que os arquivistas deveriam migrar do seu papel clássico de simples guardiões custodiadores dos documentos para assumirem seu novo perfil de um especialista da informação que disponha de conhecimentos relevantes para as organizações e ciente da necessidade de construir um diálogo, constante, com seus pares. Ele deve focar seus esforços na excelência da gestão documental integral, a qual abrange a gestão das informações e do conhecimento. Primar pelo atendimento profissional, ético, eficiente e transparente às demandas informacionais do cidadão, notadamente do respeito ao seu direito humano de acesso à informação, priorizando atendê-lo pelo uso das

novas tecnologias, em linha com o modo como interage com outros e com as instituições, através da Internet.

Num sentido mais amplo e solidário, a Arquivística social tende a agregar novos papéis do arquivista, dentre os quais o ativismo social no que tange a inclusão digital e o fim do analfabetismo digital, que são mazelas sociais que estão na contramão do novo paradigma da livre acessibilidade, inerente ao avanço da tecnologia de informação e da Internet e dos processos de construção coletiva e colaborativa. Neste ponto, há muito a ser desenvolvido, pesquisado e inovado.

Importa refletir sobre a relevância do diálogo interdisciplinar que os arquivistas estão aprendendo a desenvolver com seus pares, no que tange ao processo documental e as melhores práticas de gestão do patrimônio documental, o qual inclui tanto a preservação e conservação, quanto as condições de acesso seguro aos documentos – em qualquer suporte, incluindo o eletrônico ou digital – primando pela integridade dos acervos e do próprio arquivista.

O arquivista, enquanto ator social proativo e propositivo de estar atento às novas tendências tecnológicas e seu impacto na preservação e integridade dos acervos do patrimônio digital, no longo prazo, construindo um canal de comunicação e dialogando com os fornecedores de tecnologia no mister de desenvolver, hardwares e softwares, com tecnologia mais estável, evitando a criticidade das migrações de suporte de dados.

Este diálogo aberto com seus pares deverá primar pela compreensão do processo documental, em sua completude e complexidade. Isto é fundamental para uma gestão arquivística focada na preservação e no atendimento adequado às demandas cidadãos de acesso à informação, tais como as consagradas etapas processuais, sistêmicas e encadeadas: avaliação documental, criação do plano de classificação, a definição e atualização da tabela de temporalidade, a eliminação e o descarte seguros, a criação do quadro de arranjo e descrição dos fundos documentais e a descrição arquivísticas, a qual gera instrumentos de pesquisas profissionais para servir à finalidade socializante da informação.

Um arquivista é também um bom observador habilitado a realizar o diagnóstico da situação dos arquivos, em relação ao que precisa ser mudado e como fazê-lo. A partir deste diagnóstico, será possível planejar um trabalho de gestão documental, primando por fomentar um novo acultramento institucional em relação à importância dos arquivos e as vantagens de ter um arquivista na direção

dos serviços de arquivo.

Torna-se mister que os gestores públicos percebam que tais metodologias arquivísticas não são estanques, que elas são flexíveis e evoluem, tal como qualquer instrumento musical, cuja melodia depende da mão que a tange. Infere-se, portanto, que é preciso abrir espaço para o profissional da informação especializado no processo documental - o arquivista graduado.

3.3.1 Dialogando pela implantação de política de arquivos

Pela via da observação, tem sido possível ao arquivista constatar que existe um grave desconhecimento, uma ausência de valoração dos acervos documentais, e um desprezo pela aplicação da legislação e recomendações do CONARQ, por parte dos gestores públicos e na maioria das empresas e instituições, o mesmo acontecendo para o âmbito dos arquivos da enorme diversidade de ONGs que existem no Brasil. Tal desconhecimento implica em sérios riscos ao acervo documental institucional e a consequente dilapidação do patrimônio documental brasileiro.

Importa dialogar acerca da premência de implantar¹⁶ e implementar a política pública de arquivos com os gestores, sendo um canal aberto entre estes e o arcabouço da legislação de arquivo, facilitando sua correta interpretação e aplicabilidade no cotidiano institucional. Criar canais de comunicação abertos com a missão de compartilhar conhecimento arquivístico e elaborar manuais de rotinas de arquivos é outra prática que tem sido empregada com êxito na implantação e implementação destas políticas.

Um dos papéis primordiais e éticos do arquivista é ser um incentivador e facilitador das políticas públicas de arquivos. Algumas vezes, na ausência de uma política de arquivos afigura-se o trabalho da Comissão Permanente de Avaliação Documental (CPAD), que assume para si toda a responsabilidade por toda gestão documental, mas que não tem como implementá-la, por falta de recursos humanos e investimentos apropriados – ou, no pior dos casos, quando não há o interesse da

¹⁶ Segundo o dicionário Houaiss, implantar é estabelecer, iniciar e promover o desenvolvimento e implementar é por em prática ou em execução determinado plano.

administração. Este é um erro de percurso que precisa ser corrigido para dar lugar a implementação de políticas públicas de arquivo efetivas, transparentes e unificadas, tanto quanto for possível, respeitadas as especificidades de cada órgão.

Deixar a questão da gestão documental para ser tratada, privativamente pela CPAD, não abrindo ao amplo debate e a participação dos atores institucionais, bem como a interação construtiva com os produtores e usuários, é algo que precisa ser repensado à luz do paradigma da construção coletiva e colaborativa – neste ponto a arquivística social, que agrega conhecimentos e melhores práticas de nações mais desenvolvidas em gestão documental tem uma grande parcela de contribuição a dar.

É premente a necessidade de divulgar as decisões da CPAD, ampliando o fluxo de informações e a comunicação com o público interno das instituições. A finalidade de uma CPAD está bem delineada na legislação arquivística nacional e, em nenhum dispositivo ela aparece como sendo um órgão competente para definir políticas de arquivos. Sua finalidade está atrelada às rotinas do processo documental, dentre elas a avaliação documental, conforme corroborado por Santos (2009)¹⁷ no texto abaixo:

Em algumas instituições observam-se algumas iniciativas incipientes na tentativa de engendrar uma política ainda muito atrelada ao cumprimento de normas regimentais que, no seu cerne, evoluem pouco, em função da dinâmica documental, e tendem a desprezar os documentos da área meio, sem falar na ausência de uma adaptação profunda do regimento interno ao novo panorama documental dos documentos eletrônicos. Uma prova disto é a criação da Comissão Permanente de Avaliação Documental (CPAD). Em conformidade com a Lei dos Arquivos, uma CPAD não é a esfera competente, nem tão pouco deveria ser o órgão responsável pela definição de políticas públicas de gestão documental. A finalidade específica de uma CPAD está delineada na Resolução 26/2008 do CONARQ, que define diretrizes básicas para a gestão documental no Poder Judiciário: (...) serão constituídas Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos, que terão responsabilidade de orientar e realizar o processo de análise, avaliação e seleção dos documentos produzidos e recebidos nos respectivos órgãos, tendo em vista a destinação dos documentos para guarda permanente. (SANTOS, 2009, p. 20, 21).

É possível, no contato com o cotidiano de um arquivo e no diálogo com

¹⁷ A pesquisa foi apresentada como requisito parcial de aprovação na disciplina de Descrição Arquivística, no Curso de Arquivologia FABICO/UFRGS, intitulada: “Descrição Arquivística Elo Pontífice Documento-Memória-Cidadão no Caldear de nossa Civilidade.”

diferentes atores sociais, perceber uma grita em relação à dificuldade de implementação de uma política de arquivo, apropriada e sintonizada com o *corpus* legislativo arquivístico nacional. Há gestores que reclamam dos altos cultos de contratação dos recursos humanos adequados e usam outros 'contra-argumentos' impulsionados pelo "jeitinho brasileiro", quando um espaço diminuto, no canto de um banheiro, ou no subsolo, é tido como uma "solução temporária" para guardar toda a papelada acumulada, sem considerar as recomendações existentes no tocante a sua classificação, temporalidade e a necessidade de estar integrado a uma gestão documental que contemple tanto os documentos da área fim quanto os da área meio.

O despertar para o reconhecimento da necessidade da implantação de uma política de arquivos e uma gestão documental arquivística profissional tem vindo, mormente, pela via do sofrimento, ou seja, quando algum documento importante aos negócios da empresa, ou nos órgãos públicos no atendimento a uma demanda cidadã crucial, quando um documento sob sua custódia não é encontrado. Isto revela a falta de um sistema arquivístico de preservação, localização e controle seguro de acesso à documentação, o que tende a provocar desagrado social e protestos por parte do cidadão, que precisava dos documentos para comprovar alguma atividade social, como por exemplo, para efeito de aposentadoria. Tal desagrado compromete a imagem das instituições públicas, das empresas e até mesmos das ONGs em geral.

São amplas as novas atribuições que se descortinam aos arquivistas, neste sentido é de se esperar que haja uma sensibilização dos gestores públicos, no sentido de dimensionar bem o número de arquivistas que precisam contratar, na exata proporção do volume de trabalho que ele terá pela frente e do tempo que ele terá para apresentar os resultados esperados. É oportuno também considerar o valor de contar com o trabalho de estagiários arquivistas, graduandos, nos serviços mais simples e repetitivos.

3.3.2 Compartilhar a compreensão de processo documental

Torna-se mister o desenvolvimento da noção de que o processo documental é mais amplo e complexo do que produzir documentos, sem critérios e mantê-los sob a guarda pessoal, ao sabor das preferências pessoais de proximidade, comodidade e sem nenhum elemento de eficiência organizacional, sem sentido de integração e uniformização de procedimentos, num tipo de feudalismo documental obsoleto, onde o produtor mantinha os documentos produzidos sob sua exclusiva guarda, sentindo-se o proprietário absoluto e dono da informação. Este apropriar-se da informação, como se ela pudesse ter um único dono é algo que ainda pode ser observado na rotina das instituições e que precisa ser banido pela competência de uma gestão arquivística integral, que permeie todos os departamentos de onde emana a produção documental.

Atualmente a maioria das empresas e órgãos públicos geram poucos documentos em suporte papel, mas o mesmo sentido de gestão documental integral dos acervos, profissional, transparente e aberta aplica-se à preservação no meio digital, padronizando metodologias de armazenamento de dados e informações institucionais, bem como promovendo cópias de segurança dos mesmos regularmente e monitorando a integridade dos dados diante das migrações tecnológicas.

Eis alguns elementos do processo documental eletrônico que são da competência do arquivista, os quais denotam observação do fazer documental e interação com as novas tecnologias em voga: definição dos metadados e dos modelos de requisitos; zelar pela validação dos certificados de controle das assinaturas eletrônicas; pelo controle da integridade dos dados diante da migração segura de suportes, na conversão de suportes; recomendar o uso de papel reciclado só para ações que não resultem em documentação de guarda permanente, evitando seu uso nos documentos que possam vir a ser digitalizados; a avaliação técnica de quando é melhor o uso da digitalização e quando é mais adequado o uso da microfilmagem, acompanhar o desenvolvimento de sistemas de preservação e acesso híbridos (parte digitalizada e parte ainda em suporte papel); bem como saber separar o que é acervo arquivístico e o que não é, pela via da avaliação documental e do processo de descarte controlado, seguindo toda legislação arquivística e

recomendações do CONARQ.

Torna-se mister interagir com às CPADs. Existe uma recomendação oficial com força normativa de que um dos integrantes da CPAD precisa ser um profissional arquivista graduado. Importa manter um diálogo aberto com todos os produtores de documentos no sentido de definir critérios objetivos para aprimorar o processo de avaliação documental, minimizando assim, ao máximo, erros de avaliação ou procedimento. Por último, criar canais de comunicação para espriar os conhecimentos arquivísticos e difundir a política, as normas e as melhores práticas que estão sendo seguidas, oportunizando esclarecer dúvidas sobre o *modus operandi* da gestão documental, integral.

3.3.3 Arquivista ativista da solidariedade e dos direitos humanos

Cabe frisar que um dos deveres mais importantes do profissional arquivista é estabelecer a consciência social da relevância da integridade do patrimônio documental, quer esteja ele materializado em suporte papel, ou imaterializado em documentos eletrônicos e a luta pela consolidação do direito humano de livre acesso.

O arquivista, imbuído de seu papel social e movido pelo imperativo ético-profissional é um elemento de convencimento junto aos gestores públicos da premência da definição e implantação de uma política pública de arquivo que contemple os aspectos mais práticos inerentes ao processo documental tais como: a questão das garantias individuais da privacidade, da preservação da imagem, da honra das pessoas, do seu direito de acesso às informações, da liberdade de expressão, bem como o direito a ter acesso aos registros históricos que servem como valor consubstanciador de prova, testemunho, bem como atuam como agentes formadores do mosaico da identidade nacional, da formação e preservação da memória intrínseca ao patrimônio documental. Sob tal ponto de vista, o arquivista assume uma nova configuração social como ativista dos direito humanos, notadamente na liberdade de acesso à informação.

Correlacionado a esta reconfiguração profissional, outros novos papéis têm sido apresentados em seminários internacionais, como a Reunião Internacional do

Projeto interPARES Fase 3, realizada no Rio de Janeiro, em setembro de 2009, no Arquivo Nacional, da qual participei como membro da Diretoria da AARS. Na oportunidade, a Prof. Dra. Luciana Duranti apresentou os impactantes novos papéis dos Arquivistas, alinhados com o perfil de um profissional da ciência da informação, um ator social protagonista e proativo nas evoluções sociais e tecnológicas. Entre outros ela sugeriu que o arquivista tem que estar à frente do seu tempo e em constante diálogo com os fabricantes de equipamentos, de *hardware* e *software*, para estar sempre sugerindo soluções para garantir a integridade dos dados, no longo prazo. Ela concluiu sua palestra sobre os novos papéis do arquivista asseverando que ele tem de estar apto a “desenvolver a habilidade de saber o que mudar no modo de fazer”.

Cabe mencionar que o projeto interPARES é uma bela referência de construção coletiva e colaborativa, transnacional e transfronteiras, pois nasceu dentro da Universidade de Columbia, no Canadá – *The University British Columbia (UBC)*, a partir das pesquisas da pesquisadora Luciana Duranti. Sua missão, de interesse transnacional, preocupa-se com a temática da preservação digital dos originais autênticos, no longo prazo, o que abrilhanta o foco desta pesquisa, haja vista o interPARES ser uma resposta de um coletivo profissional, dos quais muitos são arquivistas, integrado pela união de 15 nações que oportuniza uma construção colaborativa interdisciplinar de âmbito global. Ele também reforça a sugestão apresentada neste estudo de ampliar e oportunizar mais espaço para a pesquisa acadêmica na área da Arquivologia, focada em sua aplicabilidade direta para a sociedade, em tempos de mídia social, web social ou web 2.0.

É oportuno que o arquivista utilize mais e melhor os espaços virtuais com o objetivo de espriar o conhecimento adquirido na academia, dando assim sua parcela de contribuição no processo de construção colaborativa da Arquivologia social e solidária, abaixo três exemplos de portal, sites web 2.0, blog e twitter gerados e mantidos na plataforma do trabalho voluntário focado em temas arquivísticos:

Tipologia de site	URL
Portal do Arquivo Histórico Digital da Ciência Cristã – Projeto de estágio UFRGS, sob orientação Prof. Vivar – 1º semestre 2010, na plataforma Web 2.0	< http://sites.google.com/site/arquivociencia/crista/ >
Site Experimental Arquivo Brasil	< www.arquivobrasil.org >
Blog do Grupo de Trabalho dos Acervos Judiciais do Rio Grande do Sul - GTAJRGS	< www.arquivosjudiciais.wordpress.com/ >
GTAJRGS no Twitter	< http://twitter.com/GTAJRGS >

QUADRO 1 – Espaços virtuais arquivísticos voluntários mantidos por este arquivista graduando.

3.4 A DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA, ELO NOS DIREITOS HUMANOS

Fugueras (2003) menciona as conclusões da Comissão de Notáveis, criada em 1995, pelo CIA que analisou os arquivos inseridos no contexto da segurança nacional nos países de transição democrática, para ele a conservação dos arquivos e sua gestão por parte das novas instituições democráticas, tendem a “influir no grau de reparação e na possibilidade de exigir responsabilização”, bem como na restituição dos direitos individuais e coletivos. Ele aponta as seguintes postulações sociais dos arquivos, replicados aqui numa tradução livre a partir do original em espanhol:

O direito dos povos e nações a escolher sua própria transição política está seriamente condicionado à existência de documentos. O direito à integridade da memória escrita dos povos é irrenunciável. O direito à verdade. O direito a conhecer as responsabilizações pelos crimes contra os direitos humanos.

No que tange aos direitos individuais enumeram-se os seguintes direitos: direito de conhecer o paradeiro de familiares desaparecidos, no período da repressão; direito ao conhecimento dos dados existentes sobre qualquer pessoa nos arquivos repressivos; direito a pesquisa histórica e científica; direito a anistia para presos e perseguidos políticos; direito à compensação e reparação dos danos sofridos pelas vítimas da repressão e o direito de restituição dos bens confiscados. (FUGUERAS, 2003 p. 198-199).

Ribeiro (2003) identifica que o acesso à informação nos arquivos implica numa autorização legal e na existência de instrumentos de busca e acesso

adequados, dando sequência a esta linha de pensamento ela esclarece:

As disposições de natureza legal inserem-se no âmbito das chamadas condições de acessibilidade, constituindo a primeira barreira ao acesso ou, pelo contrário, o primeiro dispositivo que o torna efetivo. A existência de instrumentos capazes de orientar na localização e recuperação de qualquer dado, ou suportes informativos, que decorrem a função serviço/uso inerente a qualquer sistema de informação (neste caso, o arquivo), é uma condição necessária (embora não a única) para que o acesso se efectue e, dependendo da qualidade desses mesmos instrumentos, é uma condição essencial para que o acesso seja eficaz e a pesquisa de informação tenha sucesso. (RIBEIRO, 2003, p.48).

A partir deste ponto é possível contemplar a relevância da descrição arquivística no processo documental e no produzir, intelectualmente, instrumentos de pesquisa e acesso que viabilizem o elo documento-cidadão, informação social e cidadão, conhecimento-história, informação, memória e identidade, em um modo de estrutura e linguagem compreensíveis aos usuários dos arquivos. Cabe ressaltar aqui que a descrição arquivística e seus resultados, materializados em instrumentos de pesquisa são considerados, acadêmica e consensualmente, como uma produção intelectual privativa de competência exclusiva de profissionais arquivistas com formação superior. Fato que, infelizmente, tem sido desconsiderado por alguns gestores públicos e não é amplamente conhecido pela opinião pública em geral.

Em janeiro de 2010, o jornal Folha de São Paulo do dia 18 noticiou, o reaparecimento de documentos produzidos por um órgão de repressão política, o CEIS (Comissão Especial de Investigação Sumária) que continham registros históricos, originais únicos, do período de repressão e perseguição política, ocorridos na UFRGS, supostamente inserido no contexto da campanha promovida pelo governo federal recomendando a entrega dos papéis 'supostamente' extraviados entre os anos de chumbo, entre 1964 à 1985, abaixo um excerto do artigo da Folha:

Os registros da Ceis instalada em maio de 1964 expõem a caça às bruxas e o estímulo à delação na UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do

¹⁸ A reportagem intitulada: "Reaparecem em instituições de ensino papéis perdidos da ditadura": <<http://www1.folha.uol.com.br/foha/brasil/ult96u680537.shtml>>.

Sul). Hoje estão no Centro de Documentação da UCS (Universidade de Caxias do Sul), onde a Folha os leu. Integravam o arquivo particular do sociólogo Laudelino Teixeira de Medeiros, um dos 15 docentes da comissão destinada a punir a "subversão política" na UFRGS.

Os professores cassados buscaram, mas jamais encontraram as atas. Os organizadores de livro lançado em 1979 e reeditado em 2008 sobre os expurgos ignoravam seu paradeiro.

Referência da sociologia no Estado, Laudelino foi amigo dos sociólogos Gilberto Freyre, brasileiro, e Raymond Aron, francês. Compôs a banca examinadora no doutorado de Fernando Henrique Cardoso. Morreu em 1999. No ano seguinte, a família vendeu – por R\$ 75 mil, relata -- seu arquivo e uma coleção de 17 mil volumes para a UCS. Em meio aos livros e à papelada que documenta a trajetória de Laudelino, estavam as atas da Ceis.

"É uma surpresa, incrível! Eu achava que alguém tivesse destruído os documentos, porque são comprometedores", disse Lorena Holzmann, professora titular de sociologia da UFRGS, que coordenou em 2008 a reedição do livro "Universidade e Repressão - Os expurgos na UFRGS" (L&PM editores). Os autores nunca tiveram acesso às atas. A professora contou 17 docentes cassados em 1964.(...)

A sobrevivência dos originais está relacionada à cultura dos organismos de espionagem, embora não haja indício de que Laudelino colaborasse com eles. É o que afirma o advogado Jair Krischke, do MJDH (Movimento de Justiça e Direitos Humanos): "A regra na comunidade de informações internacional era que informação não se destrói. É guardada".

Krischke soube do destino das atas por um colaborador do MJDH, o professor da UFRGS Jorge Eduardo Enriquez Vivar, da Arquivistas Sem Fronteiras. O pioneiro na descoberta foi o historiador Jaime Valim Mansan. Em 2009, ele defendeu na PUC-RS a dissertação "Os Expurgos na UFRGS - Afastamento Sumário de Professores no Contexto da Ditadura Civil-Militar (1964 e 1969)". (Folha de São Paulo, 17/01/10).

Como aluno do curso de graduação em Arquivologia este pesquisador testemunhou o momento histórico da localização deste acervo pessoal raro, o qual demonstra o impacto social salutar que ocorre quando documentos supostamente 'desaparecidos' reaparecem e, o melhor, custodiado por uma universidade e, portanto, devem ficar abertos à consulta pública. Antes mesmo da publicação da notícia no jornal Folha de São Paulo, no segundo semestre de 2009, na FABICO/UFRGS, na disciplina de Descrição Arquivística, ministrada pelo professor Jorge Vivar, tivemos momentos de reflexões e crítica social, em relação a este precioso achado integrante do patrimônio documental estadual.

No contexto do tema desta pesquisa, o exemplo acima é muito oportuno, pois corrobora a relevância do trabalho voluntário e da dedicação pela causa dos arquivos, noutras palavras exemplifica um caso em que um professor arquivista e representante brasileiro da ONG Arquivistas sem Fronteiras, foi um dos primeiros profissionais da informação a ter acesso, direto, aos documentos históricos do professor Laudelino.

3.5 A DECLARAÇÃO UNIVERSAL SOBRE OS ARQUIVOS (DUA)

Uma declaração universal, de acordo com a tradição documental, é um documento supranacional, elaborado por um organismo internacional, como o caso da Declaração Universal dos Direitos Humanos que foi instituída pela ONU em 1948. Ela é um documento base das Nações Unidas e, em seus trinta artigos está a espinha dorsal dos direitos de todos os seres humanos. Sua relevância na construção de uma sociedade mais justa, de governos democráticos que respeitem as liberdades individuais e os direitos mais elementares do ser humano, tem sido decisiva no estabelecer a paz, harmonia e ampliar o conceito de justiça social, fraternidade, igualdade e humanidade. O impacto desta declaração foi tão salutar à humanidade que inspirou o surgimento de movimentos notáveis, como o Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH) que é hoje um dos mais ativos desta nobre causa.

No site do Conselho Internacional de Arquivos (CIA) encontra-se um destes documentos singulares, dada sua relevância social: a “*Declaración Universal sobre los Archivos*”, que foi finalizada e publicada no portal do CIA, em novembro de 2009, e até outubro deste ano, ainda não havia uma tradução oficial em português. Esta declaração, de apenas uma página, é um retrato fiel de uma arquivística social, pois ela foi concebida a partir de esforços colaborativos de arquivistas solidários. Suas proposições, simples e objetivas, conectadas à evolução social corroboram a configuração da Arquivologia Social, que conclama toda a sociedade para assumir um compromisso conjunto, na base de que a preservação do patrimônio documental é uma responsabilidade social coletiva.

Como ainda não havia uma tradução oficial da declaração, em português, até então, no dia sete de setembro, foi enviado um *e-mail* a uma das Coordenadoras do Arquivo Nacional, Sra. Claudia Lacombe Rocha, sugerindo providenciar uma tradução oficial ao português. O *e-mail* foi respondido dando conta de que o assunto seria remetido à apreciação da Coordenação do CONARQ. Cabe ressaltar que a Declaração foi ratificada na assembleia geral do Conselho Internacional de Arquivos, realizada em 17 de setembro de 2010, durante a 42^a *International Conference of*

Round Table on Archives (CITRA), em Oslo, na Noruega. No dia vinte e dois de outubro, a Declaração Universal sobre os Arquivos¹⁹ foi finalmente publicada no site do Arquivo Nacional, em sua versão oficial na língua portuguesa.

A presente declaração desperta a consciência social de que é preciso trabalhar conjuntamente no sentido de que a preservação do patrimônio documental exige a participação de toda sociedade. Uma cópia da Declaração com sua tradução oficial em português, realizada pelo Arquivo Nacional, está no ANEXO A.

Na ementa ou preâmbulo da declaração universal dos arquivos é agregado o elemento dos registros memoriais e que os registros humanos constituem patrimônio singular, o qual se transmite de geração à geração e a relevância dos arquivos no desenvolvimento das sociedades, bem como a correlação do livre acesso com a promoção da democracia e a proteção dos direitos humanos. A citação abaixo da epígrafe da Declaração é evidente por si mesma e auto explicativa no apontar o sentido da existência dos arquivos:

Arquivos registram decisões, ações e memórias. Arquivos são um patrimônio único e insubstituível transmitidos de uma geração a outra. Documentos de arquivo são gerenciados desde a criação para preservar seu valor e significado. Arquivos são fontes confiáveis de informação para ações administrativas responsáveis e transparentes. Desempenham um papel essencial no desenvolvimento das sociedades ao contribuir para a constituição e salvaguarda da memória individual e coletiva. O livre acesso aos arquivos enriquece o conhecimento sobre a sociedade humana, promove a democracia, protege os direitos dos cidadãos e melhora a qualidade de vida. (site do Arquivo Nacional).

Na sequência, no primeiro item da declaração, o texto proclama: “**o caráter único** dos arquivos como evidência autêntica das atividades administrativas, culturais e intelectuais e como um reflexo da evolução das sociedades;” (grifo do original). No contexto deste trabalho esta sentença é bastante assertiva no corroborar o que foi idealizado como uma Arquivologia social a qual tende a ser como um espelho da sociedade. Neste ponto, corrobora uma das respostas ao questionário da pesquisa sobre Arquivologia Social e Direito Humanos, que será melhor analisada no Capítulo VII. Um dos novos enfoques percebidos por um arquivista graduado respondente, a partir da leitura da Declaração Universal sobre

¹⁹Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=610&sid=40>>

os Arquivos foi: “A Arquivologia deve ser reflexo (como ciência e técnica) da sociedade múltipla, diversa e variada em que vivemos.”.

Na sequência, o item dois da Declaração proclama o caráter essencial dos arquivos: “**o caráter essencial** dos arquivos para apoiar a condução eficiente, responsável e transparente de negócios, proteger os direitos dos cidadãos, fundamentar a memória individual e coletiva, compreender o passado, documentar o presente e orientar as ações futuras;” Inference-se a correlação da Arquivologia com os direitos humanos e sua convergência no resgate da memória como subsídio para a construção de um futuro melhor.

Compreende-se que a gestão arquivística do processo documental exige um diálogo e um engajamento social não só dos arquivistas, mas de todos os atores sociais e institucionais que participam da produção documental. Tal assertiva é corroborada pelas duas declarações seguintes:

o papel dos arquivistas como profissionais qualificados, com formação inicial e contínua, que servem suas sociedades, apoiando a produção, seleção e conservação dos documentos, e os tornam disponíveis para uso; **a responsabilidade coletiva de todos** – cidadão, gestores e autoridades públicas, proprietários ou custodiadores de arquivos públicos ou privados, arquivistas e outros profissionais do campo da informação, na gestão de arquivos. (*site* do Arquivo Nacional, grifos originais mantidos).

Observa-se que ela ressalta a qualificação profissional do arquivista. Na percepção deste pesquisador, qualificar implica em humanizar sua formação, ampliando sua percepção de mundo e desenvolvendo a sua habilidade de realizar uma crítica social e ser um intelectual, o qual como postula Burke (2003), tem uma função pontífice entre o conhecimento, o saber e o fazer, os quais tem que estar abertos a constante evolução social e tecnológica, às novas tendências desenvolvendo a habilidade de traduzir, conceitos complexos, em termos de simples compreensão para a maioria dos cidadãos. Evitando, na sua comunicação com o público usuário dos arquivos, o uso de jargões e terminologias de difícil compreensão para quem não é do ramo.

Dada a velocidade como as mudanças se processam, torna-se imperativo a treinamento especializado e continuado do arquivista. Neste ponto, a participação do arquivista em alguma ONG, tal como a ASF, ou alguma associação nacional, é algo

socialmente desejável e interessante, pois pela via dialógica aberta e o contato com seus pares ativos na diversidade dos serviços de arquivos prestados, em diferentes esferas, o arquivista estará mantendo-se atualizado e na humilde disposição de ser um eterno aprendiz, sabendo ouvir, dialogando – sendo um ator social e político (no sentido de articular a implantação e trabalhar pela implementação de políticas públicas de arquivos). Ao cumprir sua função pontífice, o arquivista social tem o dever de empreender seu tempo, sua vida e energia no dar sua parcela individual de contribuição na construção coletiva da consciência da responsabilidade social de perenizar o patrimônio documental da humanidade, ai incluídos os patrimônios documentais das instituições públicas e privadas, das famílias e das ONGs, bem como das ditas comunidades invisíveis, dos excluídos e marginalizados, os quais constituem um campo vasto e fértil para a atuação dos arquivistas solidários e a despontante arquivística social.

Assim, termina a Declaração Universal sobre os Arquivos, conclamando a um trabalho conjunto de toda a sociedade, chamado este, de forte impacto e apelo em relação a responsabilidade social inerente aos preservação adequada e profissional dos arquivos:

Por isso **nos comprometemos a trabalhar juntos**, para que:
sejam adotadas e aplicadas nacionalmente políticas e legislação arquivística adequadas;
a gestão de arquivos seja valorizada e realizada com competência por todos os organismos, públicos ou privados, que produzem e usam arquivos na condução de seus negócios;
os recursos adequados, inclusive a contratação de profissionais capacitados, sejam alocados para apoiar a correta gestão de arquivos;
os arquivos sejam geridos e conservados de forma a garantir a sua autenticidade, confiabilidade, integridade e uso;
os arquivos sejam acessíveis a todos, respeitando a legislação pertinente e os direitos dos indivíduos, produtores, proprietários e usuários;
os arquivos sejam utilizados de modo a contribuir para a promoção de uma cidadania responsável. (site do Arquivo Nacional, grifos originais mantidos).

Assim deste modo, sob esta luz e como uma bússola que norteia a direção de nossas trajetórias profissionais, no rumo de uma construção coletiva de uma arquivística social, consciente do valor incomensurável do patrimônio documental da humanidade e conectados com todos os avanços sociais, incluindo o avanço das novas tecnologias, estando melhores preparados para aperfeiçoar, adaptar e

aprimorar os serviços de arquivos, inserindo-os em novos espaços públicos virtuais, em expansão, onde uma gama crescente de usuários está relacionando-se e interagindo: o ciberespaço. Neste novo universo, evolui uma cibercultura em direção a um futuro próximo que aproveitará as infinitas possibilidades de uma ciberdemocracia planetária, conforme Lévy e Lemos (2010), cuja imaterialidade evidente dos novos suportes de armazenamento e preservação de dados, tensionam intensamente a Arquivologia clássica e as “cabeças de papel” para uma mudança radical.

Dado ao seu viés revolucionário no *modus operandi* arquivístico, a arquivística social tende a estar receptiva as mudanças em todas as esferas, até mesmo na legislação arquivística e nos regimentos internos das instituições – fechados, pouco flexíveis, e pouco afeitos a evolução. Algumas destas normativas, concebidas dentro da escola do pensamento clássico de priscas eras, foram concebidos com um ar de imutabilidade, entretanto, hoje são fortemente pressionadas, pelo avanço social e tecnológico e todas as facilidades proporcionadas pelo progresso, pela interoperabilidade e pelo preceito da acessibilidade universal, para citar um exemplo, através da irreversível realidade do processo eletrônico, toda uma nova dinâmica de facilidades de consulta e acesso, têm oportunizado sensíveis mudanças nos regimentos internos dos tribunais, no sentido de adequar-se ao novo *modus operandi* dos autos em meio eletrônico e suas peculiaridades, face ao uso das novas tecnologias.

4 ASSOCIAÇÕES ARQUIVÍSTICAS DE NAÇÕES

Desenvolver um espaço comum, aberto e público aos profissionais arquivistas com inquietações, desafios e problemas comuns e oferecer os meios necessários para o intercâmbio de ideias, a união de esforços coletivos e colaborativos são os motivos primordiais do surgimento de Associações Arquivísticas, segundo Fugueras, (2003). Fugueras informa ainda a seguinte ordem cronológica da fundação das primeiras Associações de Arquivistas das principais nações de grande tradição arquivística: Holanda (1891), França (1905), Bélgica (região flamenga) e Suíça (1922) e a Sociedade de Arquivistas Americana (1936). As demais associações de renome formaram-se a partir da Segunda Guerra Mundial, ele cita nesta linha de formação a associação da Itália (1945), da Alemanha (1946), a britânica (1947) e a espanhola (1950). Inicialmente, na visão de Fugueras, elas dedicaram-se a um âmbito de atuação centralizado nas necessidades e problemáticas arquivísticas de seus estados.

Fugueras, (2003) também realizou um levantamento do âmbito de abrangência das associações que, a partir de perspectivas diferentes, no seu entendimento, enriquecem o mundo dos arquivos com esforços coletivos de “difusão de sua função e dinamismo e impulso de suas atividades”. Ele categorizou algumas associações, às quais foram tabuladas abaixo para melhor visualização, infere-se que o cenário seja fiel até o lançamento de seu livro em 2003, que pode ter sofrido algumas alterações até o presente ano:

País	Categorias segundo Fugueras		
	Nacional	Autônomas	Territoriais
Espanha	3	12	
Canadá	2		11
Reino Unido	4	-	várias
EUA	26 Associações		
Alemanha	7 Associações		

QUADRO 2 - Modelo de associação em alguns países. Fonte: Fugueras (2003)

Neste panorama associativo, as ideias fluem, os anseios e preocupações

comuns canalizam-se e os pontos chaves são debatidos em plenárias que abordam questões prementes na pauta das agendas arquivísticas, de cada país. Como resultado de desdobramentos naturais que beiram a acepção mais elevada de uma causa comum, a qual extrapola as fronteiras de seu caráter nacional ou regional, ampliando os horizontes no sentido de reunir esforços para alcançar os seguintes objetivos comuns apontados por Fugueras (2003), numa tradução livre a partir do original em espanhol:

- * Fomentar as relações de cooperação com as instituições governamentais de arquivos;
- * Promover a formação de seus membros mediante a organização de congressos, jornadas, debates, diálogos, sessões de trabalho e publicações;
- * Impulsionar a formação especializada de segundo e terceiro graus em colaboração com as universidades;
- * Estabelecer laços de cooperação com outras associações de arquivistas com interesses afins no universo do patrimônio histórico e da ciência da informação. (FUGUERAS, 2003, p. 61).

Observamos no primeiro item uma janela de cooperação entre as Associações Arquivísticas formais e o governo. Um compromisso com a educação continuada dos arquivistas, fato que deveria sensibilizar os gestores públicos brasileiros para incluírem em suas agendas administrativas e no orçamento anual, viabilizar a participação em congressos arquivísticos, haja vista que eles são expressão viva das inteligências coletivas, dos esforços colaborativos por melhores práticas de gestão arquivística, que reverterão em benefícios práticos às instituições.

Recentemente, num órgão público (informação verbal), um arquivista acadêmico, foi impedido de participar de um Congresso Nacional de Arquivologia, sob a alegação de que o mesmo seria apenas uma jogada de marketing para vender produtos. Este fato corrobora a ausência de reconhecimento em relação a relevância da Arquivologia nas instituições. Outro dos objetivos supra mencionados, é a cooperação com as universidades, eis aí, um canal para conseguir possíveis subsídios ou realizar convênios de cooperação para a realização de pesquisas aplicada à construção coletiva e colaborativa de uma Arquivologia voltada a servir aos interesses da comunidade em que ela está inserida.

4.1 O CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS – CIA

Um exemplo corroborativo da relevância do aspecto da Arquivologia Social em construção, base do presente estudo, a qual expande sua abrangência para além das fronteiras nacionais, dada a sua influência na construção e difusão coletiva do conhecimento arquivístico global, é o Conselho Internacional de Arquivos (CIA), conhecido no inglês como *International Council of Archives (ICA)*. Segundo Fugueras (2003), o CIA é uma ONG, com a configuração de um órgão consultivo dentro da UNESCO, focada segundo Fugueras (2003, p. 58) “na gestão dos arquivos como instrumento de atuação nos assuntos públicos e privados, na proteção dos direitos e no desenvolvimento do conhecimento e da cultura.”

4.2 OBJETIVO FUNDAMENTAL DO CIA

Aponta Fugueras que o objetivo fundamental do CIA é fomentar o ideal da conservação, do desenvolvimento e da utilidade do patrimônio arquivístico mundial, pela via da cooperação internacional. Encontra-se em sua obra o breve resumo sobre as ações gerais do Conselho Internacional de Arquivos, transcritas abaixo:

(...) promovendo o estudo intelectual de todos os aspectos da atividade arquivística, o desenvolvimento das instituições arquivísticas e a melhoria do acesso a informação contida nos arquivos. Cada quatro anos organiza um Congresso Internacional que reúne arquivistas de todo o mundo para tratar de assuntos de interesse geral e formular estratégias de futuro para o setor. (FUGUERAS, 2003, p. 59).

Fugueras (2003) informa que o CIA foi concebido – em termo de idealização - em 1948. Tendo sido, formalmente constituído, como resultado de uma reunião convocada pela UNESCO, no primeiro Congresso Internacional de Arquivos, em Paris, no ano de 1950. Sua estrutura, simples e funcional, constitui-se numa Assembleia Geral, um Secretariado e um Comitê Executivo. Tem 160 membros em vários países, nas seguintes categorias:

Categoria de membros	Descrição
A	Arquivos Nacionais
B	Associações profissionais de Arquivistas
C	Instituições e serviços de arquivos regionais e locais
D	Membros individuais
E	Membros honorários

QUADRO 3 - Categorias de membros no CIA.

No Brasil, conforme informa o site oficial do CIA, existem 12 membros, o Arquivo Nacional, a Associação dos Arquivistas Brasileiros – ABB, Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul – AARS, a Câmara dos Deputados, a Fundação Casa de Rui Barbosa, a PUC/SP, SENAI/SP, UNB, e as arquivistas: Ana Maria de Almeida Camargo, Maria Tereza N. de Britto Matos, Astréa de Moraes e Castro, Lucia Maria Velloso de Oliveira. Todos os membros compartilham do mesmo ideal abaixo:

Os arquivos constituem a memória das nações e das sociedades, forma a sua identidade, e são a pedra angular da sociedade da informação. Ao fornecer evidências das ações humanas e operações, administração de arquivos de suporte e fundamentam os direitos dos indivíduos, organizações e estados. Ao garantir os direitos dos cidadãos de acesso à informação oficial e para o conhecimento da sua história, os arquivos são fundamentais para a democracia, responsabilidade e boa governança.

A missão do CIA é promover a preservação e o uso de arquivos de todo o mundo. Para realizar esta missão, o Conselho trabalha para a proteção e valorização da memória do mundo e melhorar a comunicação, respeitando a diversidade cultural. (*Site do CIA, 2010*).

4.3 WIKILEAKS: UM CASO *SUI GENERIS*

Ao estudar a dimensão da Arquivologia social, torna-se mister refletir sobre uma alternativa *sui generis*, despontantes na área da preservação de documentos secretos e sua disponibilização para acesso público na Internet à revelia dos proprietários produtores e/ou custodiadores responsáveis pela guarda e sigilo de tais documentos. Esta ONG, embora de caráter informal e distante do rigor formal das

categorizações de arquivos especializados, presentes na literatura clássica vem ganhando notoriedade e repercussão internacional e merece ser mencionada neste espaço de pesquisa acadêmica.

Ela tem sido notabilizada por seu aspecto transgressor de publicizar documentos secretos de governos e instituições ao redor do globo. Trata-se da *Wikileaks*, a qual recentemente encontrou projeção na mídia global, quando divulgou documentos confidenciais americanos referentes à guerra do Afeganistão. Tal novidade gerou veementes protestos e o estudo de novas estratégias de ação, por parte do Pentágono. Abaixo uma notícia recente, a qual divulga que o Pentágono encomendou um estudo em relação ao impacto social da difusão destes arquivos secretos, à revelia da vontade do governo americano:

WASHINGTON — O Pentágono mobilizou 120 pessoas para examinar o impacto da próxima divulgação pelo site *Wikileaks* de um número recorde de documentos confidenciais sobre a guerra do Iraque, anunciou nesta sexta-feira um porta-voz do Departamento de Defesa.

O *Wikileaks* estaria prestes a divulgar cerca de 400 mil documentos confidenciais sobre a guerra do Iraque, segundo informações difundidas pela imprensa. A revista *Newsweek* anunciou em setembro "o maior vazamento de material de inteligência".

Como preparação para esta divulgação, que pode ocorrer na segunda-feira, segundo a imprensa americana, o Departamento de Defesa mobilizou há várias semanas uma equipe de 120 pessoas responsáveis por examinar com muita atenção os arquivos do Pentágono e "estimar o possível impacto" deste vazamento, declarou à imprensa o coronel David Lapan, porta-voz do Pentágono.

O site tornou-se conhecido, do grande público, quando publicou no fim de julho um pacote com 77 mil documentos secretos e detalhados sobre a guerra do Afeganistão, o que provocou a fúria do Pentágono. Outros 15 mil documentos sobre o Afeganistão surgiram em breve. (*Site do Google*).

Importa mencionar a *Wikileaks*²⁰ nesta pesquisa, haja vista o seu grande impacto social. A projeção global desta ONG, embora de caráter transgressor e até anárquico, esta associada à independência de suas ações e reflete uma liberdade de expressão e acessibilidade, que está conquistando grande visibilidade e respeito dos profissionais da comunicação, especialmente dos jornalistas, historiadores e pesquisadores.

A *Wikileaks* ajuda na compreensão do surgimento de conflitos e tensões

²⁰ <<http://wikileaks.org/>>

sociais delas resultantes, a partir da violação de documentos sigilosos, que constrangeram o governo americano e provocaram grande repulsa e hostilidade por parte dos proprietários de tais documentos. Conclui-se, em uma rápida reflexão, que o idealizador do site *Wikileaks* conhece de perto o poder dos arquivos, proposto por Jimerson (2009), e que tem proporcionado a transparência de acesso aos documentos secretos, cujas cópias estão em seu poder, como um modo de servir aos interesses da sociedade. Está escrito no site da *Wikileaks* como resposta ao porquê de sua importância, numa tradução livre do inglês:

A publicização aumenta a transparência, e essa transparência cria uma sociedade melhor para todos os povos. Um melhor controle leva à redução da corrupção e a democracias mais fortes em todas as instituições da sociedade, incluindo governo, empresas e outras organizações. Uma mídia saudável, vibrante e curiosa desempenha um papel vital na concretização destes objetivos. Somos parte dessa mídia. (Site do Wikileaks, 2010)²¹

A ONG *Wikileaks* tem prêmios na área de novas mídias, incluindo o *New Media Award 2008*, da revista *The Economist*; além de ter recebido o *Media Award 2009*, na categoria *new media* da Anistia Internacional em função da *Wikileaks* ter publicado, em 2008, o relatório da Comissão Queniana de Direitos Humanos sobre a política de extermínio no Quênia, intitulado: *Kenya: The Cry of Blood – extrajudicial Killings and Disappearances*. Consta ainda, no verbete *Wikileaks* da Wikipédia²² que ela foi referenciada como a número um entre os “websites que poderiam mudar completamente o formato atual das notícias.” Outro fato recente foi a notícia veiculada pelo site da Folha online²³, de que o seu fundador, o austríaco Julian Assange está liderando a votação para “personalidade do ano” da revista *Time*.

²¹ O site da *Wikileaks* tem sido retirado do ar, reiteradamente. Entretanto é possível acessar diretamente pelo seu número de IP: <http://213.251.145.96/about.html>

²² <http://pt.wikipedia.org/wiki/WikiLeaks>

²³ <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/830179-fundador-do-wikileaks-lidera-pesquisa-para-personalidade-do-ano-da-time.shtml>>.

5 ANÁLISE DE CASO: AsF DA ESPANHA

Nesta seção será apresentada a análise do caso AsF da Espanha.

5.1 METODOLOGIA DO ESTUDO DE CASO

Optou-se por um estudo de caso baseado na metodologia do levantamento histórico e observação, cujo propósito é exploratório e descritivo, com base nas informações publicadas no portal oficial da AsF espanhola, além de uma entrevista com uma arquivista graduanda, Roberta Medeiros, que trabalha numa ação da AsF Brasil, que é ligada à AsF da Espanha e informações recebidas diretamente do representante da AsF no Brasil, o Arquivista e Especialista Jorge Vivar.

O estudo de caso é servível à finalidade de investigar um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto real e fático, ainda que alguns críticos argumentem que as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes. O estudo de caso da AsF descreve, portanto, o contexto exploratório de uma arquivística social, em processo de construção colaborativa, a partir de um coletivo formado pelo trabalho de uma rede internacional de arquivistas solidários, que integram a AsF trabalhando juntos em projetos de cooperação.

A unidade de análise da pesquisa foi a AsF da Espanha e uma breve correlação com a AsF Brasil, no item levantamento de projetos de cooperação realizados por ambas, recentemente.

A coleta dos dados foi realizada nas condições de um ambiente controlado, embora virtual, no site oficial da AsF, portanto, no contexto onde estão publicados, sucintamente, descrições dos projetos colaborativos e outras informações relevantes sobre a AsF, como o periódico *Boletín*. No delinear sua atuação e o modo como ela está estruturada numa rede de cooperantes globais, foram elaboradas duas tabelas para registrar alguns dos programas de cooperação, uma é a tabela dos projetos finalizados e a outra dos projetos em andamento, os quais estão disponibilizados no APÊNDICE D. Para a AsF espanhola, optou-se por elencar alguns projetos. Já para a AsF Brasil, optou-se por listar as ações regionais que foram fornecidas, através de

uma solicitação pessoal ao representante da AsF Brasil, Jorge Vivar.

5.1.1 Fontes de Evidências

- 1) Conteúdo do portal corporativo da AsF da Espanha;
- 2) Listagem de Ações AsF Brasil fornecidas pelo Prof. Jorge Vivar por e-mail;
- 3) Levantamento de Publicações do Periódico da AsF, em PDF, do site da AsF da Espanha - *Boletín*;
- 4) Estudo do Regimento do Conselho Internacional de Coordenação, da AsF e da Carta Internacional;
- 5) Uma entrevista com uma arquivista graduanda, da UFRGS, que trabalha num projeto na AsF Brasil, em convênio com o MJDH. (APÊNDICE F)

5.1.2 Levantamento do periódico da AsF espanhola: *Boletín*

Abaixo um excerto da primeira edição do *Boletín* que resume de modo sucinto as razões que inspiraram a criação da AsF espanhola, manteve-se o texto em espanhol para realçar sua originalidade:

Archiveros sin Fronteras nace como respuesta de un colectivo de archiveros convencidos que los valores de solidaridad y cooperación no son en absoluto ajenos a una profesión como la nuestra que se basa en principios éticos y cívicos. Las relaciones establecidas entre el Ayuntamiento de Barcelona y el Ayuntamiento de Malabo en Guinea Ecuatorial constituyó una experiencia que nos confirmó la necesidad y utilidad de actuar en los países del denominado tercer mundo como una manera de poner nuestro grano de arena en el extraordinario trabajo de solidaridad que organizaciones no gubernamentales de diferente índole llevan a cabo por todo el mundo. Había, pues, una voluntad explícita de contribuir al desarrollo de países sometidos a un atraso económico y cultural casi secular aportando nuestra experiencia en el ámbito de la organización de los archivos y de la información, tanto en su vertiente más estrictamente técnica como en el aspecto de desvelar la preocupación por la conservación de la memoria histórica en tanto que pieza capital en la conformación de su identidad colectiva. Archiveros sin Fronteras nació, pues, con el objetivo de dar continuidad y apoyo a esta función de colaboración y ayuda en el ámbito

del patrimonio documental, de manera que la aprobación de sus estatutos en el mes de septiembre del año 1998 no fue más que el corolario lógico de una evolución natural. Actualmente, normalizado ya el funcionamiento de ASF, iniciamos la publicación de este boletín que tiene el objetivo de dar a conocer nuestras actividades y servir de medio de comunicación con nuestros asociados. En este sentido, queremos reiterar nuestro llamamiento a todos aquellos compañeros de profesión que quieran colaborar en esta iniciativa para que nos otorguen un apoyo activo asociándose a ASF y también insistir en el hecho que nuestra Asociación está abierta a todos los archiveros del estado para así contribuir a su fortalecimiento y consolidación. (Boletín 1, 2001).

O levantamento do periódico institucional da AsF, *Boletín*, foi a partir do repositório digital que está disponível no portal da AsF²⁴, a proposta inicial para este estudo foi avaliar os títulos do editorial de cada um deles, como um modo de perceber os desdobramentos das temáticas de uma arquivística social e socializante. O resultado do levantamento está disponibilizado no APÊNDICE E.

Adotou-se o protocolo da coleta de dados conforme a Quadro abaixo:

Nome Volume nº edição Semestre Ano	Link para acesso da publicação em PDF na web
Título chave do editorial da edição. (manteve-se o idioma original)	

QUADRO 4 – Protocolo de coleta.

Como resultado deste levantamento, infere-se o alto grau de engajamento da AsF com a problemática arquivística, pela via de execução de projetos de cooperação solidária em arquivos, contribuindo para a formação da consciência social em relação a proteção do patrimônio documental. Além de sua preocupação com a sua integridade, face às situações de risco de perda do patrimônio e, conseqüente dificuldade para resgatar a memória histórica em alguns países, o que privilegiou projetos na área das potencialidades da história a partir da narrativa oral. Abaixo foram selecionados dois textos dos editoriais dos Boletins que corroboram este espírito de uma arquivística social e socializante, evidentes na AsF:

Además, mediante los proyectos que nuestra ONG ha llevado a cabo hemos podido demostrar que la cooperación solidaria en archivos es enriquecedora tanto desde la vertiente profesional como desde la humana, ya que nos enseña a valorar otras culturas y también, por qué no decirlo, nos proporciona otra perspectiva de nuestra profesión. Por todo ello os animamos a participar con AsF en la protección del patrimonio documental

²⁴ <<http://www.arxiv.org/es/publicacions.php>>

de todo el mundo. Sin duda que todos saldremos ganando, tanto profesional como personalmente. (Boletín 4, 2001, p.1).

Se dedicará una segunda ponencia a la historia oral y su función en la recuperación de la memoria histórica, pues consideramos que el trabajo con las fuentes orales será muy usual en los futuros proyectos de nuestra ONG. De todos es conocida la importancia de la historia oral como instrumento de recuperación de la memoria histórica y de la identidad colectiva, sobretudo en aquellos países que por motivos y penalidades diversas han perdido su patrimonio documental.(...)

Ojalá consigamos contribuir, más allá del colectivo de archiveros, a la difusión y sensibilización en la sociedad civil de la necesidad y utilidad que tienen la protección, conservación y recuperación del patrimonio documental en peligro de extinción, para la preservación de la memoria colectiva. (Boletín 3, 2001, p.1,2).

5.2 AsF: REFERÊNCIA MUNDIAL EM SOLIDARIEDADE ARQUIVÍSTICA

Como não há na literatura nacional, detalhes sobre a AsF, o presente estudo precisou buscar na Internet, através do portal corporativo, informações mais específicas e substanciais, dentre elas uma frase que está na página inicial do site oficial da AsF da Espanha: “ASF é uma organização sem fins lucrativos formada por voluntários que trabalham no desenvolvimento de projetos de cooperação e solidariedade no domínio dos arquivos e do patrimônio documental.”

A AsF é um caso de aplicação prática e do espírito do que aqui chamamos de Arquivologia Social ou arquivística socializante. Nesta linha, a organização Arquivistas sem Fronteiras, no original *Archiveros sin Fronteras España* consolida princípios e valores universais, em suas ações sociais e em sua organização elementar, são eles: a solidariedade, a união colaborativa de esforços profissionais voluntários, a construção coletiva de uma Arquivologia socializante, bem como um ideal e visão ativistas em relação à causa dos arquivos e ao engajamento na conscientização ampla da preservação do patrimônio documental de toda humanidade, como suporte de apoio na garantia dos direitos humanos, e no zelo e ações solidárias nos casos de iminente risco à integridade patrimonial, à memorial coletiva e histórica da humanidade.

No Brasil, em 2007, houve uma experiência universitária pioneira de difusão local da AsF, realizada por universitários da UFRGS que resultou no site:

“Arquivistas sem Fronteiras Brasil”²⁵ Embora não tenha sido mais atualizado, desde então, o site contribuiu para difundir os objetivos e propósitos da AsF. Hoje, os autores desse site: Valéria Bertotti, Alexandre Veiga, Jorge E. E. Vivar e Eduardo Siufi são profissionais arquivistas engajados e ativistas atuantes no mercado. O professor Jorge Vivar, especialista e professor do Curso de Arquivologia da UFRGS, é um ativista da AsF tendo sido, recentemente, mencionado na imprensa nacional, na qualidade de representante da AsF no Brasil, em uma reportagem do jornal Folha de São Paulo²⁶, já mencionada na seção 3.3 desse trabalho, sobre o reaparecimento da documentação do professor Laudelino Medeiros. O arquivista Alexandre Veiga palestrou sobre a AsF do Brasil – sua atuação e objetivos, durante o ciclo de palestra da X Semana do Arquivista 2010, promovido pela AARS em Santa Maria, Rio Grande e Porto Alegre, durante o mês outubro.

5.2.1 Fundação da AsF

A Arquivistas sem Fronteiras internacional é derivada da formação da Associação Arquivistas sem Fronteiras, no ano de 1998, em Barcelona, na Espanha. O aumento progressivo do número de membros e filiados arquivistas voluntários de várias nações, aliados ao crescente número de projetos de cooperação, fez com que fossem criadas representações locais em vários países. Esta nova dinâmica organizacional promoveu uma reorganização a fim de melhor conduzir os novos desdobramentos da abrangência global, bem como ampliar a captação de recursos, humanos e financeiros, para fomentar a diversidade de projetos de cooperação em vários países, daí a razão de sua internacionalização. Em novembro de 2009, numa reunião plenária realizada em Montevidéu, no Uruguai, foi aprovado o *Reglamento del Consejo Internacional de Coordinación de Archiveros Sin Fronteras Internacional*,²⁷ um documento singular que tem por objetivo ser o regimento institucional que regula a AsF Internacional, e que no momento, não possui tradução ao português.

²⁵ Disponível em: <http://asfbrasil.blogspot.com/2007_10_28_archive.html>.

²⁶ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u680537.shtml>>.

²⁷ Disponível em: <<http://www.arxiv.org/docs/Reglamentaprovatcastella.pdf>>.

5.2.2 Objetivos gerais da AsF internacional

Objetivos principais da AsF, numa tradução livre a partir do espanhol do site da AsF da Espanha, estão expressos nos seguintes tópicos:

- * Proteger a identidade e a memória histórica das nações no contexto de sua diversidade cultural. Colaborar na preservação dos arquivos e do patrimônio documental nas sociedades sujeitas a um eminente risco de perda de documentos.
- * Promover projetos de cooperação na área de gestão documental e administração pública de arquivos, nos países em desenvolvimento, como uma das políticas de promoção e modernização das organizações e instituições administrativas.
- * Promover e zelar pela conservação dos arquivos, porque eles garantem a aplicação dos direitos dos cidadãos, os quais, como registros constituem a prova ou as provas documentais da identidade das pessoas, o reconhecimento de sua propriedade e de suas atividades e das relações com as organizações públicas.
- * Impulsionar o direito dos cidadãos de acesso aos arquivos de instituições públicas e favorecer a transparência da administração pública como um direito inerente dos regimes democráticos.
- * Promover a formação arquivistas sempre que a falta de recursos impedir a formação de profissionais especializados, em ciência arquivística, de acordo com o conhecimento arquivístico e melhores práticas internacionais.
- * Cooperar com organizações e associações no campo da arquivística e patrimônio documental, bem como com as entidades ligadas à defesa dos direitos humanos.
- * Favorecer as relações humanas e de apoio dentro da comunidade arquivística internacional. (*Site da AsF - Espanha, 2010*).

Observa-se que todos os nobres objetivos supracitados, acima do mero âmbito de um ideário arquivístico utópico, registram e refletem bem o que já foi aqui mencionado como uma fotografia do *status* ou *momentum* do processo de transformação social que a Arquivologia está experimentando. Tais objetivos transcendem as fronteiras territoriais e geográficas, pois incluem temas recorrentes que têm pautado a agenda global da comunidade arquivística internacional. A majestade dos objetivos, supramencionados, espelham também a atitude ética dos arquivistas de estarem amplamente comprometidos e engajados, além de estarem conectados, uns com os outros, via redes sociais e demais recursos tecnológicos, numa relação dialógica de alteridade e solidariedade, a fim de serem agentes sociais ativos, proativos e propositivos na causa comum dos arquivos, da proteção ao patrimônio documental, da memória histórica a ele imanente e do imperativo do

acesso livre à informação pública, em todas as esferas de poder e em todas as nações, principalmente daquelas que estão privadas de qualquer conhecimento arquivístico.

5.2.3 Lugares da AsF da Espanha

Inserido no contexto de uma difusão de seus objetivos e divulgação de seus projetos de cooperação internacionais, bem como de todas as publicações baseadas, em geral, em artigos, monografias ou anais de encontros e congressos internacionais na área de arquivos, a AsF espanhola mantém um “portal”, cujo conteúdo está disponível, atualmente, em quatro idiomas: catalão, espanhol, francês e o inglês. O *layout* da “página” inicial está ilustrado abaixo.

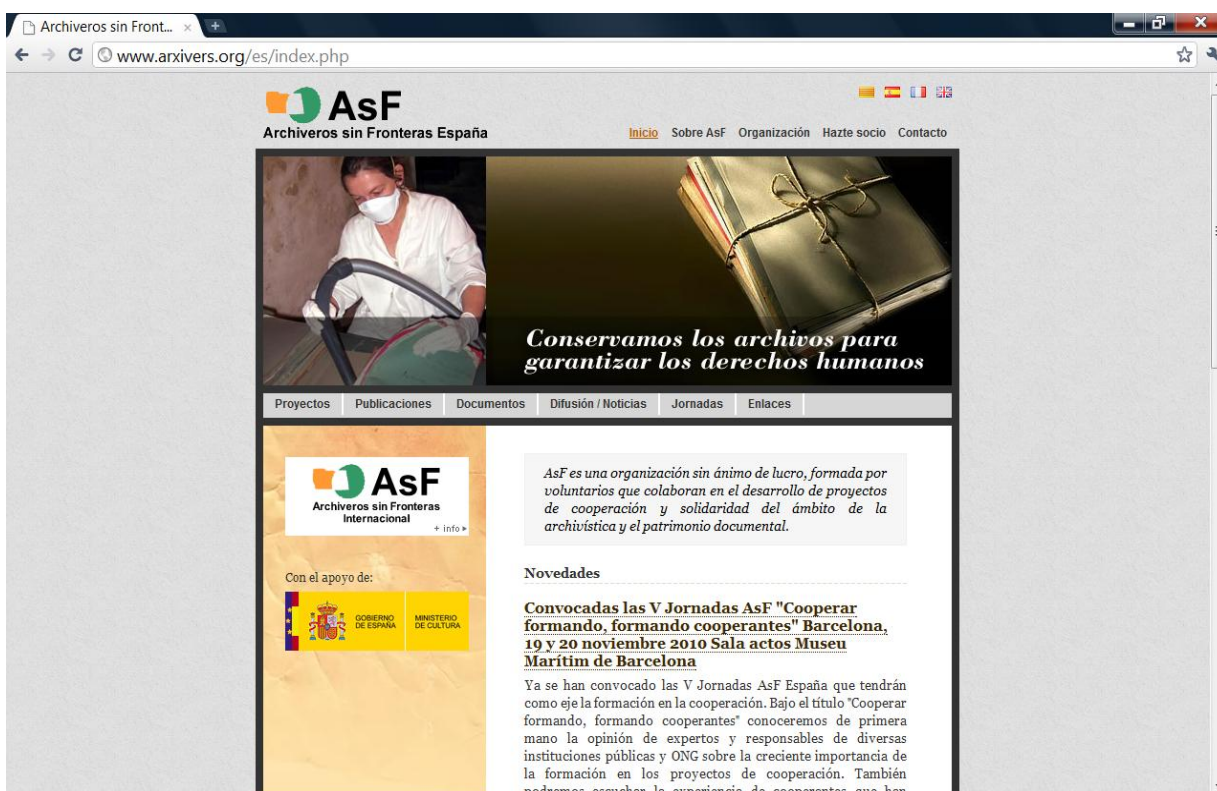


FIGURA 3 – Página inicial da AsF – Espanha.

5.2.4 A sede da AsF na Espanha e identidade visual

A AsF está sediada na cidade de Barcelona, na Espanha. O seu endereço é: Passatge del Crèdit, número 7, pral. 08002. Abaixo está a sua identidade visual da AsF internacional:



Figura 4: Identidade visual da AsF Internacional. Fonte: *site* institucional.

5.3 A CARTA INTERNACIONAL DA AsF

A finalidade deste documento oficial de âmbito mundial é ser a base para o estabelecimento de uma rede de associações e entidades supranacionais independentes, sem fins lucrativos, comprometidas por objetivos comuns no âmbito da arquivística solidária, onde quer que esteja atuando algum ator social, arquivistas e seus pares, comprometidos com a causa dos arquivos.

Este conceito de rede internacional de Associações de arquivistas, cooperantes e sem fronteiras, foi o cerne e o ideal que resultaram na constituição da associação Arquivistas sem Fronteiras, em 1998, em Barcelona. A vocação de abrangência global foi evoluindo progressivamente, num processo de construção coletiva e colaborativa, então foram criadas seções ou representações em diferentes países. Na medida em que as representações nos diferentes países adquirem personalidades jurídicas próprias, elas alcançam sua maturidade organizacional, gestão democrática e autonomia. Um dos objetivos da Carta Internacional é reforçar e consolidar o processo organizacional solidário operacionalizado por meio do que os termos da carta chamam de “uma estrutura transversal de coordenação.”

Pela leitura do texto de cinco páginas da Carta Internacional²⁸, cujo original, em formato PDF, em espanhol, está disponível no site da AsF, um documento básico para a formação de qualquer seção ou representação profissional arquivística, que almeje trabalhar alinhada com os princípios e valores da AsF internacional, em qualquer país.

Os objetivos gerais do ideário da Arquivistas sem Fronteiras, em seus esforços de aliança e cooperação internacional, incluem os seguintes pontos estratégicos: os arquivos e a defesa dos direitos humanos; o acesso aos documentos públicos nos regimes políticos democráticos; estimular o acesso e a desclassificação de documentos das administrações públicas como direito inalienável na democracia e no respeito aos direitos da cidadania; projetos de cooperação no âmbito da arquivística solidária; conservação do patrimônio documental da humanidade; ratificar a formação continuada do arquivista para acompanhar as evoluções sociais e tecnológicas; fomentar colaboração dos arquivistas e profissionais afins favorecendo as relações com as entidades de direitos humanos. Por estar este último objetivo interessantemente alinhado com a temática desta pesquisa, o seu texto integral será transcrito abaixo:

Colaborar com os arquivistas e profissionais afins e seus pares favorecendo as relações com as entidades de direitos humanos:

* Fomentar as relações sociais e de solidariedade entre os arquivistas e outros profissionais de diferentes países, com afinidade no âmbito de atuação para promover entre seus pares a conscientização da necessidade de cooperar e colaborar na proteção, no respeito e na defesa dos direitos humanos.

* Colaborar e promover a colaboração com entidades sociais comprometidas com a defesa dos direitos humanos para impulsionar programas de atuação conjuntos que resultem no bem comum e numa maior eficiência nos trabalhos de cooperação. (Carta Internacional AsF Internacional, p.2, tradução nossa).

São evidentes os esforços de profissionais arquivistas solidários, comprometido com o espírito de trabalho da AsF, ao fomentar as relações sociais ou relações dialógicas com os diferentes atores sociais, visando despertar em seus pares, a necessária cooperação e colaboração para a construção coletiva do processo histórico dos direito humanos, atuando conjuntamente para o bem comum

²⁸ Disponível em: <http://arxiv.org/docs/CartaInternacional_castella.pdf>.

– uma vocação natural da Arquivologia social e socializante, em processo de construção global.

5.4 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA AsF

Nesta seção do trabalho será mostrada a estrutura organizacional de AsF.

5.4.1 O Conselho Internacional de Coordenação

Conforme a Carta Internacional, a gestão da AsF Internacional é levada a efeito mediante as diretrizes do Conselho Internacional de Coordenação (CIC), visando manter a unidade de ação. As linhas mestras estabelecidas pelo CIC de atuação para AsF Internacional, segundo o texto da Carta Internacional, numa tradução livre a partir do espanhol são, preferencialmente, atender países onde há risco de perda do patrimônio documental:

[...] países que tenham um patrimônio documental em perigo iminente de perda ou degradação;
países submetidos à situações bélicas ou de violência generalizada, ou afetados por catástrofes naturais de qualquer natureza, que possam resultar em grave risco de desaparecimento de seu patrimônio documental;
países que tenham sofrido alguma repressão política ou social no marco de sistemas políticos totalitários, que têm privado as pessoas de seus direitos individuais ou coletivos, como povos, e sendo necessária a luta e conhecimento da verdade dos fatos, sua defesa junto ao poder judiciário e o restabelecimento da paz social. (Carta Internacional da AsF Internacional, p.3, tradução nossa).

5.4.2 O corpo social da AsF

De acordo com os estatutos da Associação, objeto deste estudo de caso, integram o corpo social da AsF, como membros efetivos, adultos que dedicam-se

profissionalmente, trabalhando em qualquer arquivo público ou privado, bem como aqueles que trabalham em profissões relacionadas aos arquivos. Existe a categoria de membro por adesão (tradução livre para a expressão original em espanhol *socios aderidos*) a qual inclui aqueles que não são arquivistas, mas que desejam participar porque estão interessados no patrimônio documental e nos arquivos. E, finalmente, os membros institucionais, que são integrados por organizações, instituições, empresas e assemelhados, públicos e privados, comprometidos com a causa dos arquivos e que queiram apoiar as atividades que a AsF internacional desenvolve, promovendo sua difusão.

5.4.3 Assembleia Geral

Por ser uma entidade de gestão democrática, a AsF tem como órgão máximo de sua estrutura organizacional, a Assembleia Geral, da qual participam todos os sócios, com direito a voz e voto. Os membros reunidos em Assembleia têm poder para decidir todos os assuntos acerca da gestão atual, bem como os analisar e aprovar os projetos futuros e as proposta que sejam apresentadas pelos sócios. Ela acontece, no mínimo, numa seção ordinária por ano. Havendo a possibilidade de seção extraordinária, se houverem questões urgentes a serem tratadas. A cada quatro anos, são realizadas eleições gerais para eleger os membros que integrarão a Junta Diretiva, que é responsável pela gestão operacional da AsF internacional.

5.4.4 Junta Diretiva

De acordo com os estatutos, o órgão executivo da Arquivistas sem Fronteiras é uma Junta Diretiva. Sua finalidade é dirigir, representar e administrar a AsF; fazer cumprir todas as decisões tomadas em Assembleia Geral; estabelecer grupos de trabalhos para levar a efeito, de modo eficiente e eficaz, os objetivos da AsF, autorizando as ações deste grupos. A composição da Junta Diretiva é de sete membros: um presidente, um vice-presidente, um secretário, um tesoureiro e dois

vogais. A convocatória das reuniões da Junta Diretiva é, via de regra, mensal.

5.5 ÂMBITO DE ATUAÇÃO DA AsF ESPANHOLA

A abrangência e o escopo da AsF, depreendido neste estudo de caso foi muito oportuno para reforçar o ideário de uma arquivística social, em processo de construção global. O elo e elemento de união entre arquivistas solidários e seus pares, que desejam tornar-se membro da AsF, é fruto de uma volição pessoal, alinhada com os altos propósitos, objetivos, princípios e valores propostos, tanto no estatuto da AsF como na sua Carta Internacional. É, portanto, um ato voluntário, abnegado, inspirado por uma visão e um sentido de causa dos arquivos, em especial da preservação e acesso ao patrimônio documental da humanidade, para servir de suporte na defesa dos direitos humanos e no resgate da memória histórica, nos respectivos lugares e países de sua atuação profissional. Esta plataforma é delineada no texto abaixo:

A Arquivistas sem Fronteiras (ASF), da Espanha, atua em países com um patrimônio documental em perigo de perda irreversível ou degradação, principalmente devido à falta de desenvolvimento e recursos. ASF também trabalha em países que passaram por transições políticas ou estiveram envolvidos em conflitos sociais em que a documentação é uma prioridade para o exercício dos direitos dos indivíduos. Arquivistas sem Fronteiras, de Espanha, também trabalha com as populações que sofreram uma catástrofe natural tais como, inundação, terremoto ou outros, que cobre as necessidades básicas, temos de agir sobre a preservação do patrimônio documental como uma das fontes relevante de memória histórica. (site da AsF - Espanha, 2010)²⁹.

5.6 AÇÕES, PROJETOS E CONVÊNIOS DA AsF

Na metodologia proposta para este estudo de caso, realizou-se um levantamento de alguns projetos de cooperação da AsF espanhola, os quais foram

²⁹ Disponível em: <http://www.arxiv.org/es/quisom_ambit.php>.

tabulados em duas tabelas de projetos em andamento e projetos concluídos, a partir das informações disponibilizadas, no portal oficial da AsF da Espanha.³⁰

Os projetos de cooperação internacional que foram incluídos neste levantamento, estão listados no APÊNDICE D. Abaixo estão elencadas algumas ações desenvolvidas no Brasil e nos países do Cone Sul e alguns convênios da AsF Brasil, informação fornecida pelo representante da AsF Brasil, Sr. Jorge Vivar.

5.6.1 Ações desenvolvidas pela AsF Brasil

- Organização e digitalização do acervo Adelina de Alaye (Uma das Mães da Pça. de Maio - linha fundadora);
- Organização e descrição do acervo de Emilio Mignone;
- Organização e descrição do acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos;
- Orientação e assessoramento para a organização dos acervos de organizações sociais de direitos humanos do CELS (Centro de Estudos e Legais da Argentina);
- Assessoramento para a organização e implantação do centro de documentação de *Memoria Abierta* – Argentina;
- Assessoramento para a organização dos acervos (presidentes e intelectuais) à Biblioteca Nacional Argentina em convênio com a UFRGS;

5.6.2 Projetos em desenvolvimento:

- Digitalização do Fundo Movimento de Direitos Humanos;
- Censo dos arquivos dos regimes das ditaduras do Cone Sul;
- Levantamento de acervos de organizações sociais;

³⁰ Disponível em: <<http://www.arxiv.org/es/projectes.php>>.

5.6.3 Convênios

- *Memoria Abierta* - Argentina
- Biblioteca Nacional Argentina em conjunto com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- Movimento de Justiça e Direitos Humanos

5.7 OS COOPERANTES DA AsF

Para ser sócio da AsF da Espanha é preciso preencher um formulário *online* que está disponível no *site*, o mesmo deve ser impresso, preenchido e enviado à apreciação e aprovação da sede da AsF da Espanha, em Barcelona, no endereço supracitado. No site há um texto que é bem significativo no sentido de quem pode ser membro da AsF, texto reproduzido abaixo, numa tradução livre do espanhol:

Os membros que integram a Arquivistas sem Fronteiras Espanha são, em sua maioria, arquivistas que aportam os conhecimentos e a experiência de nossa profissão em outros locais, como instituições ou entidades, que por circunstâncias políticas, econômicas ou sociais, não têm a documentação organizada e corretamente tratada para sua consulta, e também devidamente preservada em seu valor do patrimônio documental. Todas as pessoas têm direito à sua identidade e a preservar a memória histórica da sociedade a que pertence. (site da AsF, 2010).

A entrevista foi realizada com a graduanda do curso de Arquivologia da Fabico/UFRGS, Roberta Pinto Medeiros, que trabalha numa ação da AsF Brasil: Organização e descrição do acervo do MJDH do RS. Suas respostas corroboram o valor da interação do conhecimento arquivístico da academia com o fazer arquivístico. Ela resume assim seu aprendizado e o aspecto social de seu trabalho:

Acredito que esse trabalho no MJDH me proporcionou experiências únicas que os estudantes de Arquivologia não aprendem dentro da sala de aula, infelizmente, nosso curso é muito tecnicista fazendo com que os arquivistas se tornem técnicos, o que não é uma boa vantagem, pois é bom pensar no lado social e histórico do acervo. (Roberta Medeiros, arquivista graduanda)

5.8 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O ESTUDO DE CASO

É pela via do trabalho colaborativo e da solidariedade internacional que culmina em projetos de colaboração, que uma arquivística social, em processo de construção, desdobra-se e tende a continuar assim, tal qual o efeito de uma pedrinha lançada nas águas, que forma os círculos concêntricos, que se mantêm unidos no cerne dos princípios que os geram, expandindo-se sem fronteiras!

Todos os resultados já alcançados, a partir da execução de projetos de cooperação internacionais, são frutos de esforços oriundos da unidade de propósitos de arquivistas solidários e voluntários, que podem formar seções nos diversos países com afinidade intelectual, movidos pela coragem moral de ver além dos obstáculos, de toda forma de pressão de políticas retrógradas e, socialmente irresponsáveis; ou ainda, movidos pela esperança e expectativas de acabar com o total desprezo de alguns gestores públicos, evidenciada na ausência de uma política de arquivos, bem como superar o completo descaso, descuido e desleixo pelo conjunto documental e sua adequada gestão arquivística, que é a única garantia de proteção aos acervos que integram o patrimônio documental.

Alinhado a esta coragem moral, está o ativismo e engajamento na premente necessidade de trabalhar pela consciência social de identificar e preservar os nossos tesouros de informação social, memória e história, imanentes ao patrimônio documental, tanto do Brasil de seus Estados e Municípios, como de populações longínquas, marginalizadas e comunidades invisíveis, cujo mosaico é de incomensurável valor cultural para a memória mundial da humanidade.

A AsF tem ampliado sua presença nos países latino-americanos, em homenagem a esta salutar presença, o texto abaixo foi mantido na língua predominante do Cone Sul, onde são traçados os rumos e expectativas no amplexo da solidariedade arquivística sem fronteiras:

También, entre nuestros objetivos está el impulsar una mayor presencia de la ONG en los organismos internacionales, ya sea participando en proyectos impulsados por el Consejo Internacional de Archivos (ICA), ya sea a partir del Grupo de Trabajo de los Derechos Humanos, de Archiveros Solidarios, u otros, o bien participando en los foros sociales internacionales. Finalmente queremos remarcar que esperamos un crecimiento considerable de las secciones de AsF en el mundo. Si bien hasta la fecha los archiveros que han mostrado más interés en trabajar en el mundo de la cooperación y la solidaridad archivística han sido los latinoamericanos –argentinos, bolivianos, brasileños, mexicanos,...– y así mismo los archiveros europeos, especialmente, los franceses, nuestra intención es la de acoger nuevos países y expandir AsF hacia otros continentes dispuestos a contribuir y aportar sus experiencias profesionales en materia de solidaridad archivística. (La Junta Directiva Internacional).

Este estudo de caso foi útil no delinear os contornos de uma arquivística mais social que socializa o conhecimento arquivístico, as melhores práticas e compartilha experiências, norteadas por princípios e valores éticos, expressados em alteridade, solidariedade àqueles povos e comunidades que estão numa área de exclusão social, onde a Arquivologia clássica e seu cabedal metodológico não conseguiram chegar, haja vista seu foco principal estar voltado para na gestão dos documentos públicos, em países onde já existe uma evidente evolução democrática e uma boa base em termos de legislação e prática arquivística.

Associações ou ONGs integradas por arquivistas solidários, cujas ações são de abrangência transnacional e transfronteiras, estão bem cientes do poder imanente aos arquivos, das forças políticas e pressões sociais que rodam os espaços públicos que são como templos de memórias. Entretanto, diferentemente da pseudoneutralidade característica de muitos arquivos institucionais, a objetividade da ação norteadas pelo espírito da fraternidade universal, desenvolve bem o poder dos arquivos, cumprindo com sua finalidade primordial de servir à sociedade. A relevância do papel social das organizações sociais integrada por arquivistas está no controle social e na influência positiva que as mesmas exercem, ao estimular a atuação ética do profissional arquivista.

Outra referência das muitas construções coletivas, em prol de aprimoramento do saber e da prática arquivística, ao nível global é a relevância decisiva e histórica das associações arquivísticas, como o protagonismo do CIA na idealização e elaboração de padrões e normas internacionais, como a norma de

descrição ISAD-G, a ISAAR-CPF que foram a base da elaboração da Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE.

6 ESTUDO DE CAMPO SOBRE A ARQUIVÍSTICA SOCIAL

Na abrangência proposta por esta pesquisa, em relação ao pressuposto emergente do processo de construção de uma Arquivologia social, importa um estudo amostral na comunidade de arquivistas, que aliado ao referencial teórico e demais estudos empreendidos, possa contribuir neste processo dinâmico, dialógico e aberto entre outros profissionais da área da ciência da informação.

No universo de respondentes desta investigação exploratória de campo foram entrevistados arquivistas, graduandos e graduados, através do envio de e-mails, totalizando 80 e-mails. Destes, 24 voltaram com erro de recepção, dos 56 supostamente recebidos, foram respondidos um total de 34 formulários de pesquisa, cujo protocolo está no APÊNDICE A.

Dada a relevância social do conteúdo da Declaração Universal dos Arquivos, em função dela ter servido como elemento de coesão para o presente estudo e, pelo fato da última pergunta da pesquisa arguir sobre como o respondente percebe os novos rumos da Arquivologia, a mesma foi anexada ao e-mail, ainda na versão em espanhol, pois a primeira tradução ao português, foi publicada, somente no dia vinte e dois de outubro no Portal do Arquivo Nacional.

6.1 HIPÓTESES LEVANTADAS

- 1) A Arquivologia social é um processo de consciência social em construção;
- 2) A Arquivologia é relevante na garantia dos Direitos Humanos e na luta pela verdade, memória e justiça;
- 3) A necessidade de uma formação melhor do arquivista na área humanista;
- 4) O grau de conhecimento das ONGs entre os arquivistas é relativamente baixo;
- 5) Uma diversificada compreensão da Arquivologia, a partir da leitura da Declaração Universal sobre os Arquivos e dos novos papéis do arquivista.

6.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

Obter uma amostra entre os arquivistas respondentes dos seguintes itens:

- 1) Avaliar a noção de Arquivística Social e das ONGs na área de Arquivos;
- 2) Avaliar a noção de relevância da Arquivologia na luta pelo patrimônio documental da humanidade e na defesa dos Direitos Humanos;
- 3) Avaliar a necessidade de uma formação mais humanista do ator social, arquivista;
- 4) Avaliar o grau de conhecimento dos respondentes sobre algumas ONGs;
- 5) Avaliar uma inferência pessoal sobre o sentido da Arquivologia social, a partir da leitura da Declaração Universal sobre os Arquivos.

Segundo Neto (2007), as características da pesquisa quantitativa são sua objetividade, dedução e daí resultam sua possibilidade de ajudar na corroboração de elementos relevantes à Arquivística social. Ela oferece, por sua natureza, uma visão particularista estável à margem dos dados, com boa tendência à neutralidade, daí sua credibilidade e sua significação estatística.

O teste piloto do formulário de pesquisa foi realizado com a equipe de pesquisadores do Memorial do TRT da 4ª Região, o qual obteve apenas uma resposta do historiador Benito Schmidt e com a resposta da Profa. Clara Kurtz. A tabulação dos dados foi realizada com o uso de uma planilha do BrOffice – *software* livre - na medida em que as respostas chegavam por *e-mail*, providenciando a numeração sequencial de cada um dos formulário recebidos.

6.3 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS NA PESQUISA

1- Você é arquivista:
 sim graduado graduando não Outro curso, cite:

Questão 1:	graduados	graduandos	Sem resposta
Número de respondentes	18	12	4
% aproximada	53%	36%	12%

2- Você tem algum conhecimento sobre Arquivos Sociais, notadamente sobre o papel exercido pelas ONGs de arquivistas que lutam pela preservação do patrimônio documental e pela defesa dos Direitos Humanos? Sim Não

Questão 2:	sim	não	Sem resposta
Número de respondentes	23	10	1
% aproximada	68%	29 %	3 %

3- Na sua opinião, qual a relevância da Arquivologia na garantia dos Direitos Humanos, no resgate da memória, da verdade e da justiça? [Escala a ser usada: de 0 a 3:]
 0- Irrelevante 1- pouco relevante 2- às vezes relevante 3- extremamente relevante

Questão 3:	0	1	2	3
Número de respondentes	30	0	3	0
% aproximada	81%	-	19%	-

4- O Arquivista, como um ator social, na sua opinião, precisa de uma melhor formação na área humana, na área de história, bem como estar atento as novas demandas informacionais dos cidadãos no exercício de seu direito de acesso?
 Sim Não

Questão 4:	sim	não	Sem resposta
Número de respondentes	34	0	0
% aproximada	100%	-	-

5- Qual das ONGs e/ou movimentos de esforços globais colaborativos, abaixo, você teve conhecimento ou noção durante o tempo de graduação:
 Projeto InterPARES Movimento de Justiça e Direitos Humanos – MJDH AsF – Arquivistas sem Fronteiras Wikileaks *Memoria Abierta* Grupo Tortura Nunca Mais Escudo Azul UNESCO ICA SPA

Questão 5:	interPARES	MJDH	AsF	Wikileaks	<i>Memoria Abierta</i>
Número de respondentes	31	24	22	10	16
% aproximada	91,18 %	70,59 %	64,70 %	29,41 %	47,06%

Questão 5:	Tortura nunca mais	Escudo Azul	UNESCO	ICA	SPA
Número de respondentes	23	17	29	23	12
% aproximada	67,65 %	50 %	85,29 %	67,65%	35,29 %

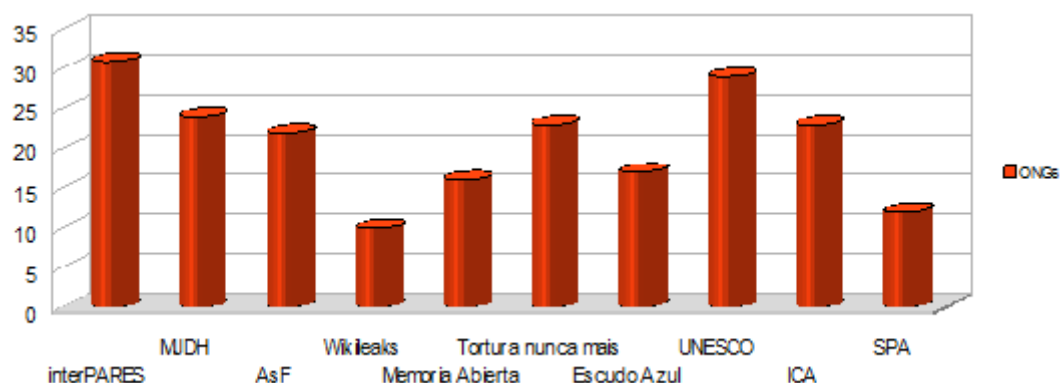


Gráfico 1 : Grau de conhecimento das ONGs entre os respondentes

6- Ao ler a Declaração Universal sobre os Arquivos publicada, em espanhol, no site do Conselho Internacional de Arquivos – CIA/ICA, www.ica.org em novembro de 2009, o qual está disponível em: <http://new.ica.org/735/news/universal-declaration-on-archives.html>

Pela leitura deste texto consensual de uma só página, produzido colaborativamente pela comunidade internacional de arquivistas SPA, você conseguiu vislumbrar quais aspectos abaixo:

a Arquivologia como técnica Arquivologia como ciência novos papéis do Arquivista

A relevância da Arquivologia social na garantia dos Direito Humanos outros, cite:

Questão 6:	Como Técnica	Como Ciência	Novo papel do Arquivista
Número de respondentes	6	7	18
% aproximada	17,65 %	20,59 %	53 %

Questão 6:	A relevância da Arquivologia social na garantia dos Direito Humanos	outros
Número de respondentes	23	2
% aproximada	67,65 %	5,9 %

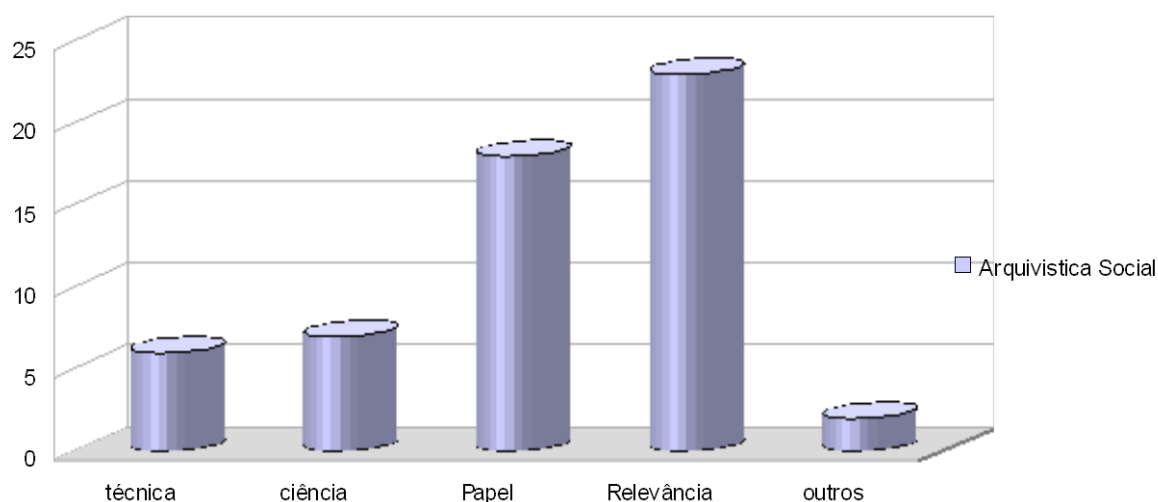


Gráfico 2 : Novas acepções para uma arquivística social

6.4 CORRELAÇÃO ENTRE AS HIPÓTESES E OS DADOS OBTIDOS

HIPÓTESES LEVANTADAS	CORRELAÇÃO COM DADOS
1) A Arquivologia social é um processo de consciência social em construção;	67,65% dos arquivistas concordam com base na relevância das ONGs na luta pelo patrimônio documental e os direitos humanos
2) A Arquivologia é relevante na garantia dos Direitos Humanos e na luta pela verdade, memória e justiça;	81% dos respondentes demonstraram concordância
3) A necessidade de uma formação melhor do arquivista, na área humanista;	100% - Concordância unânime
4) O grau de conhecimento das ONGs entre os arquivistas é relativamente baixo;	60% de média geral de conhecimento das ONGs apresentadas na pesquisa
5) Uma boa compreensão da Declaração Universal sobre os Arquivos e os novos papéis do arquivista.	Boa compreensão da Arquivologia como: [Arquiv. Social e Direitos Humanos] = 67,65 % [Novos papéis do Arquivista] = 53 % [Arquivologia como ciência] = 20,59 % [Arquivologia como técnica] = 17,65 %

QUADRO 5 - Correlação entre hipóteses e dados.

6.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS EM RELAÇÃO À PESQUISA

O estudo amostral, no entendimento deste pesquisador, foi útil para corroborar quatro das cinco hipóteses levantadas, sendo que o grau de conhecimento das ONGs demonstrou não ser tão baixo quanto estipulado, preliminarmente, nas hipóteses levantadas no item 6.1.

Dois comentários colocados no item “outros” na pergunta seis, merecem destaque em relação às novas acepções da Arquivologia:

Diplomática, Segurança da Informação, Exercício da Cidadania, Transparência nos atos administrativos governamentais e órgão de apoio na tomada de decisões.

A Arquivologia deve ser reflexo (como ciência e técnica) da sociedade múltipla, diversa e variada em que vivemos. (Comentários de 2 respondentes).

A pesquisa corroborou o entendimento, à luz de uma arquivística social, que é mister uma formação mais humanizada do arquivista, reforçando sua capacidade de raciocínio na área das ciências sociais e humanistas. Dentro deste enfoque, são bem-vindas novas disciplinas na área de história, com foco no processo histórico da América Latina e da própria história do Brasil e do Rio Grande do Sul, para citarmos apenas uma das áreas de conhecimento das ciências humanas que seriam relevantes ao processo de formação do arquivista, na área da compreensão da evolução do pensamento da humanidade, da evolução social e da memória histórica.

Outro ponto que merece destaque é a percentagem de 80 % dos respondentes concordarem que a Arquivologia é relevante para garantir dos Direitos Humanos e na luta pela verdade, memória e justiça.

7 CONCLUSÕES

A Arquivística Social herdou da Arquivologia clássica o princípio de que é primordial a definição, implantação e implementação de políticas de arquivos coerentes, tanto com a legislação, quanto com os avanços sociais. Neste sentido é preciso estar alerta às ideologias que assolam os acervos, pondo em risco o patrimônio documental, privilegiando só uma parte dos documentos e negando-lhes a gestão arquivística integral.

Aliar implementação de política de arquivo à gestão documental é o caminho para a excelência da preservação e melhoria dos serviços de arquivo, pois tal disposição é o resultado do cumprimento da lei e do respeito à Constituição. Só assim haverá uma esperança de futuro para preservação da informação, orgânica e social, inerentes ao patrimônio documental dos povos, para a construção do conhecimento e da memória coletiva.

Como bom observador ele percebe que tem uma longa jornada pela frente no rumo de sensibilizar os gestores públicos das prementes necessidades de implantar uma política pública de arquivos, uma gestão documental arquivística e aprimorar os serviços de arquivos. Entretanto, ao persistir em seu intento, ele vai percebendo, ao longo do caminho que ele não está sozinho, pois existe uma legião de arquivistas voluntários, que estão comprometidos globalmente como ele com a causa dos arquivos, do patrimônio documental e da memória histórica.

Pelo espírito da solidariedade arquivística ele vai criando ânimo e fortalecendo seu espírito de lutador e ativista. Por meio do esforço de construção coletiva e colaborativa, graças à existência de Associações e ONGs formadas por arquivistas solidários, ele começa a perceber que uma nova arquivística é possível, uma arquivística social, que socializa os seus conhecimentos e conquistas, não só com seus pares, mas com todos.

Uma arquivística mais social, solidária e socializante foi o cerne do diálogo que este pesquisador buscou construir com seus pares compartilhando os resultados obtidos com a comunidade universal, através do presente estudo. O resultado e impacto de esforços arquivísticos colaborativos, transnacionais e transfronteiras, fora demonstrado, recentemente, na elaboração consensual e publicação da DUA. Na concepção deste pesquisador, ela é a “certidão de nascimento” de uma nova Arquivologia, aqui contemplada como arquivística social,

em processo de construção, coletiva e colaborativa. A DUA também corrobora a dinâmica das Associações e ONGs arquivísticas, o impacto e repercussão social das deliberações coletivas do CIA e SPA e demais entidades transacionais de Arquivologia em todo o globo.

O arquivista, enquanto ator social, não deverá jamais esquecer os princípios arquivísticos fundamentais, amplamente consagrados, nem macular ou desonrar os princípios fundamentais da Arquivologia clássica. Entretanto, deverá ter a humildade de desenvolver uma educação continuada e ter o dom de ver além, contemplar os horizontes futuros, rompendo todas as fronteiras, a fim de vislumbrar as melhores práticas arquivísticas aplicáveis no presente, que certamente garantirão integridade dos acervos e do patrimônio documental nascente, imanescentes a nossa modernidade, o acervo digital e sua preservação no longo prazo. Deverá esforçar-se para estar bem atento a todos os avanços sociais e o modo como evoluem as relações sociais e a interação entre as pessoas, hoje se configurando no rumo de uma total virtualidade e imaterialização dos suportes.

Uma formação superior prioritariamente tecnicista do arquivista, que não contemple a componente social inerente à evolução tecnológica e seus desdobramentos, é a antítese do que se depreende da reflexão crítica empreendida nesta pesquisa sobre a arquivística social. O tecnicismo distancia-se da vocação social e socializante da Arquivologia, que prima pelo compromisso com a preservação das informações, pela acessibilidade ampla e pela proteção do patrimônio documental. Nesta linha, algumas vezes, os arquivistas têm que aprimorar o diálogo com os fornecedores de tecnologias, para defender questões sociais cruciais, entretanto deve persistir neste diálogo aberto de modo proativo e propositivo.

A esse processo de construção social, coletivo e colaborativo, aberto ao diálogo com todos os atores sociais, focado na consciência social da construção coletiva da memória mundial e na defesa do patrimônio documental da humanidade, do Brasil, em suas três esferas de poder, federal, estadual e municipal, como elemento imanente à pertença cidadã, é que este pesquisador propõe ser uma nova fenomenologia, que podemos chamar de arquivística social.

Ela prima pela socialização da informação e do conhecimento arquivístico, pela via do cumprimento ético de facilitar ao cidadão o exercício de seu direito de acesso, independente se no espaço físico de um prédio de arquivo público ou no

espaço público virtual, oportunizado pela Internet, com todas as suas inimagináveis potencialidades e possibilidades de penetração social. Até mesmo num lugarejo longínquo da África subsaariana é possível chegar com trabalho solidário, como demonstrado nos projetos de cooperação da AsF da Espanha.

Na corroboração da Arquivística Social o trabalho da AsF, impõe-se como uma referência mundial, através de seus projetos de cooperação na área da arquivística solidária. Dentre as problemáticas arquivísticas recorrentes em sua pauta de reivindicações, está a recomendação da abertura dos arquivos da ditadura, como uma expressão do grau de maturidade e evolução democrática de um país. Alguns governos vizinhos do Cone Sul, como demonstrado nesta pesquisa, já tomaram atitudes exemplares no sentido de abrir os arquivos repressivos. A comunidade arquivística mundial não espera decisão diferente por parte do governo brasileiro!

A Arquivologia precisa estar atenta ao modo como a sociedade evolui, tanto à evolução social, quanto à tecnológica, para que possa falar a mesma linguagem da nova gama de demandas informacionais dos usuários (público-alvo, público interno e externo das instituições, internautas). Os serviços de arquivos precisam evoluir na proporção desta evolução, agregando novas facilidades de acesso, inovando na criação de instrumentos de pesquisa na plataforma web 2.0, oferecendo-os no ambiente em que o seu público usuários está inserido, notadamente no ambiente virtual - ciberespaço ou Internet. Só assim, uma nova Arquivologia será possível, uma Arquivística social, a qual possa cumprir com sua finalidade socializante, no atendimento, eficiente e transparente, às novas demandas informacionais dos cidadãos, em sua diversidade e urgências, bem como atender melhor às novas demandas da pesquisa erudita.

É preciso, antes de tudo, estabelecer e manter uma consciência, institucional e social, ou um novo acultramento, quanto à relevância de proteger o patrimônio documental de cada instituição, dos arquivos privados, os arquivos originados pelas ONGs e outras fontes emanadoras de documentos (incluindo aqui os documentos que já nascem eletronicamente), pois, só assim, estaremos, construindo, colaborativamente, a consciência social da salvaguarda do patrimônio documental brasileiro. Se não houver este cuidado com a preservação dos acervos, então, não haverá informação, orgânica e social, a ser fornecida, no futuro e a construção da memória coletiva, de nossa história e identidade serão condenadas

ao esquecimento e amnésia coletiva.

Na mesma proporção em que aumenta a imaterialidade dos suportes dos registros documentais, na exata medida de sua total virtualização, aumenta a volatilidade dos dados e informações armazenadas. Quem já perdeu um arquivo digital importante, provavelmente sentiu-se impotente diante desta fatalidade dos tempos modernos. Exatamente aí, destaca-se um dos novos papéis do arquivista social, estar atento às novas necessidades e demandas informacionais dos cidadãos e pesquisar metodologias para agregar segurança e integridade na preservação de todo um acervo digital, que também integra o mosaico do patrimônio documental e cultural da humanidade.

Torna-se mister à Arquivologia, em seu espectro de abrangência e atuação, que ela tangencie mais e melhor o olhar e saber humanitário, permeando a ciência social, a antropologia, a história e até um pouco de psicologia social. É imperativo humanizar mais e melhor o profissional arquivista, ainda que para tal, seja necessário agregar modalidades modernas no campo da formação socializante, por meio de cursos à distância, ou ainda que, sob a forma de extensão universitária ou seminários presenciais. Mesmo que seja necessário repensar o currículo de graduação de Arquivologia para nele agregar, como disciplinas obrigatórias, formação na área da ciência social e da evolução do pensamento da humanidade. A humanização da formação do arquivista, naturalmente contribuirá para ele ser um ator social mais solidário e mais receptivo em construir um diálogo aberto com todos os seus pares. Ela também é abrilhantada pela pesquisa acadêmica, pelo seu estímulo e viabilização, por que através dela a academia solidariza o mais alto nível possível de sua produção científica e social, em prol do bem comum.

Possa esta pesquisa acadêmica inspirar um diálogo interdisciplinar construtivo para uma arquivística mais social, a qual tem seus contornos esboçados num espaço público, num quadro, ou mosaico social de proporções globais, pela mão de atores sociais solidários e voluntários, unidos no interesse em prol do bem comum, no direito humano de cada ser humano ter uma identidade, estar inserido num contexto social organizado, ter direito à memória, à verdade, à justiça e à igualdade. Tais anseios materializam-se na salvaguarda do patrimônio documental dos povos.

Espraiar esta nova consciência social, viabilizar projetos de cooperação, no sentido de resgatar tal patrimônio de rescaldos de guerra, de sinistros, inundações,

ou, promover uma ampla difusão dos princípios arquivísticos, suas metodologias e suas melhores práticas, de modo solidário, voluntário e sem fins lucrativos, é o que move e dá sentido às ONGs de arquivistas solidários, cujo notório expoente mundial, como foi demonstrado nesta pesquisa, é a AsF da Espanha e suas representações em diferentes países, incluindo o Brasil.

No contexto de novos ambientes de interação social e pública, a Arquivologia clássica, está perdendo espaço de aplicação, visibilidade e usabilidade. Entretanto, a responsabilidade social e ética do arquivista impele-o a usar seus talentos, inteligência e criatividade para produzir instrumentos de pesquisa no ciberespaço, facilitando e ampliando a acessibilidade, rompendo as barreiras geográficas e dando sua parcela de contribuição na tão almejada qualificação seletiva do verdadeiro conhecimento e das informações acuradas. Qualidade técnica que os algoritmos dos motores de busca da Google demorarão para conseguir, salvo se abrirem suas portas à competência e contribuição intelectual e técnica dos arquivistas.

Sob as grandes potencialidades da Arquivística social, existem uma gama de campos, temáticas e questões recorrentes que poderiam produzir pesquisas de grande alcance social, inserindo tanto o arquivista acadêmico, como a própria universidade no circuito global das inteligências coletivas, produzindo conhecimento e beneficiando a comunidade. Este espaço para pesquisa é algo que pode ser viabilizado na plataforma colaborativa, em convênio com algumas ONGs arquivística, dentre elas a AsF, como foi aqui demonstrado na exemplificação de seu propósitos em projetos sociais viáveis e dignos.

Tudo o que foi construído até agora, em termos de conhecimento arquivístico, integra nosso patrimônio intangível. É inalienável o valor deste cabedal de conhecimentos imprescindíveis à profissão, como a Diplomática, pois, de sua aplicabilidade atual resulta sua intemporalidade, a qual foi o alicerce do projeto interPARES.

Todas estas novas tendências e expressões de uma modernização e uso de novas tecnologias, sem precedente na história da evolução da humanidade, oportuniza aos atores sociais, especialmente aos arquivistas, uma reflexão salutar em relação à nova configuração de uma Arquivologia solidária e socializante – uma arquivística social - trabalhando lado a lado com seus pares, corroborando a expressão popular em inglês: “*together we can do more*” ou “juntos podemos fazer

mais” - poderíamos acrescentar a essa tradução a expressão: “[...] e muito melhor!”

Importa contextualizar todo o documento arquivístico na dinâmica de sua função social e repensar, tanto a gestão documental como todos os serviços de informação do Arquivo, a preservação e a conservação, migração de suporte, etc. – respeitando todo o cabedal de conhecimento arquivístico e a legislação vigentes. O serviço de arquivo deveria estar orientado ao usuário, embasado na deontologia arquivística, nos princípios das melhores práticas de atendimento, primando pela ética profissional e uma moral elevada, a qual agrega eficiência de atendimento às demandas informacionais cidadãs, bem como otimização do fluxo informacional e preservação da base de conhecimento institucional – que são patrimônio imaterial e intangível das empresas e órgãos públicos. É nesta dinâmica processual, na visão deste pesquisador, que o legítimo poder dos arquivos do povo e pelo povo reside, maximizando o sentido do poder dos arquivos no servir a sociedade e ser um catalizador de sua interpretação e fonte primária da construção da memória coletiva.

Em função de resistências institucionais internas, oriundas de ideologias, torna-se mister que sejam tomadas as devidas providências para que as políticas públicas de arquivos sejam implantadas e implementadas dentro de um planejamento estratégico, harmonizando divergências e resolvendo conflitos ideológicos. Tais ideologias que rondam os acervos, tendem a criar obstáculos à excelência e à transparência da gestão pública, onde os arquivos devem servir tanto à administração como à sociedade e não aos interesses de uma classe focada numa só tipologia documental e esquecendo-se das duas áreas que merecem tratamento arquivístico igualitário e gestão documental integral – a área fim e área meio. A arquivística social é sensível a conflitos ideológicos.

O poderoso elo que une arquivistas solidários, associações e ONGs transnacionais e transfronteiras, bem como as ideias e todo o cabedal de conhecimento arquivístico, compartilhado em Congressos e Seminários anuais, atua como um elemento de controle social que ajuda a conter a maré de ideologias que falam muito em gestão documental, mas não executam uma só ação no sentido de uma gestão documental arquivística integral, além de não oportunizar a presença de Arquivistas graduados em seus quadros funcionais. Sem a existência de uma gestão documental arquivística integral não há preservação, nem tampouco conservação dos documentos e os documentos tendem a destruir-se pela própria ação do tempo, das más condições de acondicionamento e condições de

iluminação, temperatura e umidade, ou pela própria ação do descuido no lidar com os documentos por parte do público usuário dos arquivos. Chegou a hora e a vez de dar espaço para o profissional arquivista realizar o seu trabalho!

Cabe ressaltar, ainda, a contribuição da arquivística social em seu imperativo ético de estar sempre preocupada com os registros humanos daquelas comunidades ditas “invisíveis”, os quais merecem receber o mesmo tratamento arquivístico oportunizado à sociedade civil organizada. Em que pese que há um grande desafio a ser superado que é o da exclusão digital e do analfabetismo tecnológico, mas é neste campo humanitário, que este pesquisador vislumbra grandes oportunidade de desenvolver a arquivística social, por meio de esforços conjuntos e ações solidárias universais, empreendidas por Associações e ONGs integradas por arquivistas voluntários.

REFERÊNCIAS

ARCHIVEIROS SIN FRONTERAS ESPANÑA. **Boletín**. Espanha, v. 3, p. 1,2, 2001.

ARCHIVEROS SIN FRONTERAS INTERNACIONAL. **Carta Internacional**. Montevideu: [S.n.], 2009. Disponível em: <http://arxiv.org/docs/CartaInternacional_castella.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2010.

ARCHIVES WITHOUT BORDERS INTERNATIONAL CONGRESS - (AWB). 1., 2010, Haia, **Programa**. 2010. [S.l.]: Pictura, 2010. Disponível em: <<http://www.archiveswithoutborders.org/?pid=185>>. Acesso em: 20 out. 2010.

ARQUIVISTAS SEM FRONTEIRAS BRASIL. **Site instituição**. 2010. Disponível em: <http://asfbrasil.blogspot.com/2007_10_28_archive.html>. Acesso em: 02 nov. 2010.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos Permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2005.

BRASIL. Casa Civil. Arquivo Nacional. **Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos – e-Arq Brasil**. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/earqbrasilv1.pdf>>. Acesso em 02 nov. 2010.

BRASIL. Casa Civil. Arquivo Nacional. **Site Institucional**. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br>>. Acesso em: 16 ago. 2010.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei Complementar nº 135 de 4 de junho de 2010**. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/dl/depois-20-anos-vigor-lei-inelegibilidade.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2010.

BRASIL. Poder Judiciário. Departamento de Pesquisas Judiciárias. **Fóruns do CNJ**. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/forumcnj/>>. Acesso e : 20 out. 2010.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei Federal nº 6.546, 1978**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/1970-1979/L6546.htm>>. Acesso em: 23 out. 2010.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei Federal 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm>. Acesso em: 23 out. 2010.

BRASIL. Congresso Nacional. **PL-5228/2009**. Disponível em: <<http://www.portalmemoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/media/PL%205228.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2010.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento: de Gutemberg a Diderot**.

Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CONSEJO INTERNACIONAL DE COORDINACIÓN DE ARCHIVEROS SIN FRONTERAS INTERNACIONAL. **Reglamento del Consejo Internacional de Coordinación de Archiveros Sin Fronteras Internacional**. Montevideú: [S.n.], 2009. Disponível em: <http://www.arxiv.org/docs/Reglamentaprovatcastella.pdf>>. Acesso em: 3 nov. 2010.

COOK, Michael. **Desenvolvimentos na Descrição Arquivística: algumas sugestões para o futuro**. UNESCO, 2007. Rio de Janeiro, v. 20, nº 1- 2, p. 125-132.

COOK, Terry. What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. **Archivaria**, v. 43, p. 26. Spring, 1997b.

COUTURE, Carol; MARTINEAU, Jocelyne; DUCHARME, Daniel. **A formação e a pesquisa arquivística no mundo contemporâneo**. Brasília: Finatec, 1999, p. 56,57.

FRAGA, Plinio. Privatização do conhecimento é alvo de críticas. Folha de São Paulo, São Paulo, 06 ago. 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u680537.shtml>>. Acesso em: 07 nov. 2010.

MAGALHÃES, MÁRIO. Reaparecem em instituições de ensino papéis perdidos da ditadura. **Folha de São Paulo**, 17 jan. 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u680537.shtml>>. Acesso em: 15 nov. 2010.

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 54, 56, 61, 64, 65, 66.

FÓRUM DE DIREITO DE ACESSO A INFORMAÇÃO PÚBLICA 17. Disponível em: <<http://www.informacaopublica.org.br/>>. Acesso em: 19 out. 2010.

FUGUERAS, Ramon Alberch. **Los Archivos, entre la memoria histórica y la sociedad del conocimiento**. Barcelona: Editorial U, 2003. p. 12, 16, 59, 197, 198, 199, 200.

GAGNON-ARGUIN, Louise. La recherche en archivistique. In: Symposium en archivistique, 1., 1990, Montreal. **Anais ...** Montreal: Grupe Interdisciplinaire de Recherche en Archevistique, 1990. p. 271. Disponível em: < http://www.gira-archives.org/documents/GIRA_1990.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2010.

GOODE, W. J. & HATT, P. K. **Métodos em Pesquisa Social**. 3. ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1969. p. 422.

JARDIM, José Maria; FONSECA, M. Odila. **Educação, pesquisa e tecnologia: um olhar a partir da América-Latina**. [S.l.]: [S.n.], 2003.

JARDIM, José Maria. **Transparência e Opacidade do Estado no**

Brasil: usos e desusos da informação governamental. Niterói: EDUFF, 1999.

JIMERSON, Randall C. **Archives for All: the Importance of Archives in Society.** Disponível em: <<http://www.aag.org.br/anaisxvcba/conteudo/resumos/plenaria1/randalljimerson.pdf>> . Acesso em: 14 nov. 2010.

JIMERSON, Randall C. **Archives Power: memory, accountability and social justice.** Society of American Archivists, SAA, 2009. p.32.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações Sociais e Esfera Pública.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000.

LÉVY, Pierre; LEMOS, André. **O futuro da Internet:** em direção a uma ciberdemocracia. São Paulo: Paulus, 2010. p. 39.

LOPES, Luís Carlos. Os arquivos, a gestão da informação e a reforma do estado. Rio de Janeiro, **Arquivo&História**, n.4, p.37-49, 1998.

LUZ, Charley. **Arquivologia 2.0:** a informação digital humana. Florianópolis: Bookess, 2010. p. 84,85,116,117,118.

MATSUURA, Koichiro. **Dia dos Direitos Humanos.** 1999. Disponível em: <<http://nossosdireitoshumanos.blogspot.com/2006/12/dia-dos-direitos-humanos-artigo.html>>. Acesso em: 26 out. 2010.

NETO, Pedro C. O. Neto. **Como fazer uma Monografia.** Fortaleza: Texto & Contexto, 2007.

OLIVEIRA, Lizete Dias de. **Estudo do Patrimônio Histórico e Cultural na Área da Influência do Empreendimento.** Porto Alegre, PUCRS – MCT, 2003.

OPALC. **Abertura e conservação dos arquivos das ditaduras na América do Sul.** Disponível em: <http://www.opalc.org/web/index.php?option=com_content&view=article&id=556:abertura-e-conservacao-dos-arquivos-das-ditaduras-na-america-do-sul&catid=157:politiques-sociales&Itemid=212>. Acesso em 20 set. 2010.

REILLY, Leonard; NEWMAN, Jon. **Revisiting archive collections:** developing a methodology for capturing and incorporating new and hidden information into archive catalogues. Londres: University College London, 2007. [workshop].

RIBEIRO, Fernanda. **O Acesso à Informação nos Arquivos.** Lisboa: Imprensa de Coimbra, 2003. p. 44, 48, 214.

SANTOS, Jackson Guterres. **A Descrição Arquivística:** elo pontífice documento-memória-cidadão no caldear de nossa civilidade. Porto Alegre, UFRGS, 2009. p. 20, 21, 25, 76. Disponível em: <<http://arquivobrasil.org/DescricaoArquivisticaEloPontificeDocumentoCidadao.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2010.

UNESCO. Divisão da Sociedade da Informação. **Diretrizes para salvaguarda do patrimônio documental da humanidade**. [S.l.]: UNESCO, 2002. Disponível em: <www.unesco.org/uy/ci/fileadmin/comunicacion-informacion/mdm.pdf>. Acesso em: 16 set. 2010.

YIN, Robert K. **Case Study Research: design and methods**. Sage Publications, [Estados Unidos], 1989. p.23.

APÊNDICE A - Formulário de pesquisa: Arquivística Social e Direitos Humanos

Pesquisa integrante do TCC sob o título: **Construindo uma Arquivística Social. A DECLARAÇÃO UNIVERSAL SOBRE OS ARQUIVOS. O caso dos Arquivistas sem Fronteiras - AsF.**

Prof. Orientador: Jorge Vivar

Pesquisador e Arquivista graduando: Jackson Guterres - jacksonguterres@gmail.com

Nome completo do colaborador: [opcional] _____

1- Você é arquivista: () sim () graduado () graduando
() não () Outro curso, cite: _____

2- Você tem algum conhecimento sobre Arquivos Sociais, notadamente sobre o papel exercido pelas ONGs de arquivistas que lutam pela preservação do patrimônio documental e pela defesa dos Direitos Humanos?

() Sim () Não

3- Na sua opinião, qual a relevância da Arquivologia na garantia dos Direitos Humanos, no resgate da memória, da verdade e da justiça? [Escala a ser usada: de 0 a 3:

0- Irrelevante 1- pouco relevante 2- às vezes relevante 3- extremamente relevante]

() 0 () 1 () 2 () 3

4- O Arquivista, como um ator social, na sua opinião, precisa de uma melhor formação na área humana, na área de história, bem como estar atento as novas demandas informacionais dos cidadãos no exercício de seu direito de acesso?

() Sim () Não

5- Qual das ONGs e/ou movimentos de esforços globais colaborativos, abaixo, você teve conhecimento ou noção durante o tempo de graduação:

() Projeto InterPARES () Movimento de Justiça e Direitos Humanos – MJDH

() AsF – Arquivistas sem Fronteiras () Wikileaks () Memoria Abierta

() Grupo Tortura Nunca Mais () Escudo Azul () UNESCO () ICA () SPA

6- Ao ler a **Declaração Universal sobre os Arquivos** publicada, em espanhol, no site do Conselho Internacional de Arquivos – CIA/ICA, www.ica.org em novembro de 2009, o qual está disponível em: <http://new.ica.org/735/news/universal-declaration-on-archives.html> Pela leitura deste texto consensual de uma só página, produzido colaborativamente pela comunidade internacional de arquivistas SPA, você conseguiu vislumbrar quais aspectos abaixo:

() a Arquivologia como técnica () Arquivologia como ciência () novos papéis do Arquivista () A relevância da Arquivologia social na garantia dos Direito Humanos () outros, cite:

Obs.: Uma cópia de **Declaração Universal sobre os Arquivos** vai em anexo no e-mail que enviou este formulário de pesquisa.

APÊNDICE B - O congresso internacional AWB no Palácio da Paz



Figura 5 - Palácio da Paz em Haia, na Holanda – Sede do Tribunal Internacional de Justiça e onde foi sediado o Congresso Internacional AWB

No investigar a abrangência da Arquivística social e seus desdobramentos em ONGs, aqui delimitada no estudo de caso da ONG Arquivistas sem Fronteiras - AsF, o congresso internacional de Arquivistas intitulada: “*Archives Without Borders - AWB*”³¹ ocorrido no Palácio da Paz, em Haia, na Holanda durante os dias 30 e 31 de agosto, é uma referência. A razão de incluir esta seção é profissional e ética no sentido de difusão dos novos conhecimentos iminentes a congressos de alto nível como este.

Embora os anais do Congresso AWB, ainda não tenham sido disponibilizados, o espírito do evento, a julgar pela temáticas recorrentes e suas palestras revelam novas nuances dos arquivos como sendo “testemunhas silenciosas” e sua evidente relevância para os direitos humanos. Segundo o material de divulgação, disponível no *saite*³² oficial do evento AWB, os palestrantes buscaram responder as seguintes perguntas: “Como fazer os arquivos salvaguarda dos direitos humanos? Quem pode ter acesso aos arquivos e o que tem sido negado? Como as questões de acessibilidade impactam sobre a proteção dos direitos humanos?” Embora não seja possível aprofundar tais questionamentos, buscaremos refletir sobre o “espírito” de tais proposições socializantes da

³¹ <<http://www.archiveswithoutborders.org/?pid=185>>

³² Este novo termo resulta de uma proposta do escritor brasileiro Millôr Fernandes de adaptação do termo inglês ‘*site*’ para língua portuguesa que está sendo amplamente usado em sites jurídicos no Brasil, os quais compactuam que este termo seja apropriado para tradução da palavra inglesa: “*site*”.

Arquivologia, evidenciadas nas palestras do Congresso *AWB* como 'pano de fundo' desta pesquisa.

Eis os pontos que foram abordados nas quatro sessões do Congresso *AWB* supramencionado e que serviram de inspiração à delimitação da temática da presente pesquisa:

As sessões serão organizadas sobre os seguintes tópicos:

1. Solidariedade Arquivística

Quais são as possibilidades e dificuldades em relação ao apoio transfronteira de profissionais arquivistas para os seus colegas em outras partes do mundo? Qual é o papel das associações de profissionais? Qual a relevância da Declaração Universal sobre os Arquivos proposta pelo ICA?

2. Direitos Humanos e Arquivos

Os arquivos podem ser considerados "testemunhas silenciosas" e, sua relevância é particularmente clara quando os direitos humanos estão em pauta. Como podem os arquivos salvaguardar os direitos humanos? Quem pode ter acesso aos arquivos e a quem o acesso é negado? Como a questão da acessibilidade impacta na proteção dos direitos humanos?

3. Arquivos transnacionais

Há um número significativo de arquivos cuja importância ultrapassa suas fronteiras. Por exemplo, os arquivos do Tribunal de Nuremberg, o Tribunal da Iugoslávia, ou os arquivos de organizações internacionais ou supranacionais, como a Comissão Europeia, Cruz Vermelha Internacional ou o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. Como devem ser geridos tais arquivos para os quais não há nenhuma lei arquivística internacional?

4. Arquivos: Construção do Estado Nação e da Identidade Nacional

O processo de construção do Estado-nação e seu impacto no desenvolvimento e preservação de arquivos. Este tópico inclui, entre outros assuntos, a relação entre potências coloniais e a sua antiga colônia; a gestão e preservação de arquivos e a abordagem de gestão de suportes não padronizados de informação, bem como o registro de história oral, no contexto de culturas não-escritas. (site do Congresso *AWB*, Agosto 2010, tradução livre do inglês).

APÊNDICE C – Uma modelagem teórica para futuras pesquisas

A proposta de modelo teórico para pesquisa, abaixo, propõe uma gestão tríplice da informação, a qual poderia ser aplicável nos modelos de gestão administrativa, como uma demonstração ilustrativa do livre fluir das ideias no ambiente acadêmico. Também contribui com a finalidade social da atividade acadêmica e que, no entendimento deste pesquisador, serve também como uma exemplificação das potencialidades de abrangência da arquivística social. Sem esquecer que ela exemplifica um ponto de diálogo com áreas de conhecimentos afins, respeitando cada uma delas e ilustrando sua vocação para a interdisciplinaridade e transdisciplinaridade.

O modelo teórico está embasado numa tríade de elementos processuais imanente às relações sociais. Poderíamos denominar de Gestão Tríplice da Informação Orgânica e Social, cujo objetivo final seria contribuir para o diálogo em torno da necessidade institucional de otimizar e aprimorar o fluxo informacional, o registro em tempo real da informação que flui na instituição, bem como de todo o conhecimento produzido. O resultado final de sua aplicação, em termos de gestão integrada, seria otimizar, dar celeridade, e acessibilidade segura a informação, assegurando o seu registro em bases de conhecimento institucionais, disponível em rede interna. Infere-se que os modelos servem apenas como uma exemplificação, a qual poderia ser mais bem desenvolvida numa tese de mestrado e melhor ainda se conseguisse encontrar na comunidade um oportunidade de colocar em prática a modelagem conceitual abaixo.

Modelo Teórico I: Gestão Tríplice da Informação Orgânica Institucional Proposta de Gestão Integral e novo acultramento Institucional



A Gestão do Conhecimento <=> Gestão da Informação + Gestão documental



Excelência de Gestão Informacional: ideias, informação e conhecimento como capital e diferencial num mercado extremamente competitivo

Figura 6 - Modelagem teórica 1

O simples exemplo acima, demonstra o potencial criativo de pesquisa inerente ao arquivista a partir de uma visão ampla dotada de globalidade, transversalidade, tal como um cientista da informação, apto a contribuir na celeridade e consolidação da matriz da formação do conhecimento institucional, o qual passa por um novo acultramento que

envolve todos os produtores de documentos e uma conscientização institucional, ampla e geral, que contemple o valor incomensurável e intangível da informação e do conhecimento organizados e preservados em bases de conhecimento, unificadas e abertas, construídas na plataforma colaborativa.

Este é um capital valioso e estratégico para as organizações num mundo competitivo e de interação em tempo real com os usuários, tanto internos como externos, visando atender, de modo eficiente, às suas demandas informacionais. Ainda que esta modelagem de gestão esteja no simples terreno da idealização teórica, ela demonstra uma nova concepção de uma gestão integrada, encadeada e processual, que prescinde ser organizadas sob a ótica da arquivística social emergente, que parte das novas concepções da arquivística integrada e pós-custodial, nascida no Canadá e propalada por Silva e Ribeiro (1998) – um novo sistema arquivos é possível. Este modelo teórico potencializa e demonstra um exemplo da contribuição interdisciplinar da arquivística para as teorias e práticas de administração e gestão.

No decorrer da elaboração da presente pesquisa, descortinou-se um segundo modelo, que apresento abaixo, onde é agregado mais uma componente que poderia integrar a noção de gestão integral e integrada. Trata-se da “gestão de competências”, algo que está alinhada aos direitos humanos e a qualidade de vida no trabalho. Ela mapeia as competências dos recursos humanos disponíveis, criando um banco de dados e visando realocar as competências e vocações individuais para as áreas onde cada trabalhador poderia ser melhor aproveitado em seus talentos individuais.

Modelo Teórico II: Gestão Quádrupla da Informação Orgânica Institucional
A Excelência do fluxo informacional <=> gestão do conhecimento + gestão da
informação + gestão documental + gestão de competências

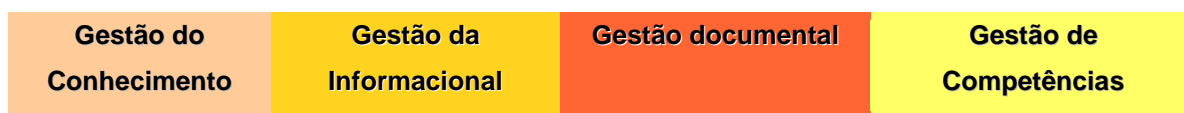


Figura 7 - Modelagem teórica 2

Tal gestão seria melhor aplicável na área dos órgãos públicos, onde os servidores evoluem em suas capacitações universitárias, porém, na maioria das vezes, por falta deste tipo de gestão, são condenados a ficar eternamente fazendo um trabalho repetitivo e sem perspectivas de um melhor aproveitamento de suas novas habilidades.

APÊNDICE D – Projetos de cooperação da AsF de Espanha

Projetos em Andamento:

	ALGUNS EXEMPLOS DE PROJETOS EM ANDAMENTO	OBJETIVO BÁSICO DO PROJETO DE COOPERAÇÃO
2005 - 2010	Proposta de organização da documentação da Comuna Urbana de Fez (Marrocos)	Organização da documentação municipal de Fez, que data de 1912 e que estava em más condições de armazenamento. O projeto consiste em três fases durante o período 2005-2007, a organização de campos de trabalho voluntários para tarefas de apoio técnico no tratamento da documentação básica, o desenvolvimento dos instrumentos básicos de gerenciamento de arquivos, treinamento técnico e adequação dos depósitos locais de documentação.
2005 - 2010	Recuperação de arquivos e documentos nas ditaduras do Cone Sul e governos repressivos na América Latina	Localização e consulta e pesquisa a documentação sobre as vítimas das ditaduras do Cone Sul e dos governos repressivos, a fim de coletar e correlacionar as informações obtidas através da organização de grupos de trabalho em diferentes países afetados.
2007 - 2010	Projeto de crianças do cárcere no Uruguai, durante a ditadura militar (1973-1985)	Durante a ditadura militar uruguaia muitas mulheres foram encarceradas em prisões de todo o país ligadas a movimentos estudantis de esquerda, ou simplesmente porque se opunham ao <i>establishment</i> político. Algumas dessas mulheres estavam grávidas e deram à luz nas prisões. A experiência de ter de viver com seus bebês e, depois, ter sido forçosamente separadas deles, marcaram a vida para elas e seus filhos. A AsF está conduzindo projeto de história oral desta experiência traumática, entrevistando mulheres que tiveram de suportar esta situação para que a sociedade uruguaia não se esqueça desta triste história. Nesse sentido, espera-se que, ao concluir todas as entrevistas, sejam divulgados histórias destas prisioneiras políticas no Uruguai.

QUADRO 6 - Alguns projetos AsF em andamento

Projetos concluídos:

	ALGUNS EXEMPLOS DE PROJETOS CONCLUÍDOS	OBJETIVO BÁSICO DO PROJETO DE COOPERAÇÃO
1997 - 2001	Organização de arquivos dos municípios de Baney, Luba, Malabo, Rebola e Riaba, na República da Guiné Equatorial	O projeto de cooperação foi realizada no âmbito da cooperação direta entre a cidade de Barcelona e da cidade de Malabo, coube a AsF o desenvolvimento do projeto. O objetivo foi organizar os arquivos administrativos e históricos das cinco cidades da Guiné e, por sua vez, ensinar a responsabilidade de organizar a documentação através da aplicação de metodologia arquivística internacional. Foi oferecido um curso de formação básica em arquivos, o qual foi oferecido a todos os responsáveis por esses arquivos, conciliando explicações teóricas com experiências práticas. Também foram treinados na informatização do inventário dos documentos para que, no futuro, as informações possam ser acessadas mais rapidamente buscando estabelecer familiaridade com as novas tecnologias na gestão de arquivos.
999	Tratamento básico da documentação histórica da cidade de Malabo (Guiné Equatorial).	Após a colaboração com o Arquivo Municipal de Barcelona, na organização de documentos administrativos, produzidos após a independência em 1968, a AsF realizou, juntamente com os técnicos de arquivo de Malabo, um primeiro tratamento básico à documentação histórica, com base na sua conservação e preservação.
2000 - 2001	Operação de duas salas de informática em Malabo e Bata (Guiné Equatorial).	Graças à doação de 30 computadores do Departamento de Indústria da <i>Generalitat</i> de Catalunya, Adeco, a ASF e em colaboração com a Universidade Politécnica da Catalunya, foram criadas duas salas de informática nas cidades mais povoadas da Guiné Equatorial e realizou dois cursos de formação técnica em informática: a formação de professores e o treinamento básico para equipar as salas de aula com pessoal treinado. O projeto foi financiado pelo Departamento de Governo e Relações Institucionais da <i>Generalitat</i> da Catalunya.
2001 - 2005	Seminário de Treinamento Básico de arquivos em Sarajevo	Financiado pela Agência Catalã de Cooperação da Generalitat de Catalunya, foram organizados, durante o ano 2001, como um primeiro passo, e em 2005, alguns seminários de formação básica para os trabalhadores técnicos de diferentes arquivos, nas cidades de Sarajevo e Banja Luka na Bósnia e Herzegovina.
2001 - 2005	São Félix do Araguaia (Brasil). Digitalização e microfilmagem do projeto do fundo Bispo Pedro Casaldáliga	Iniciado em 2001, o projeto envolveu, após a sistematização das ferramentas de gerenciamento de arquivos, digitalização e microfilmagem de fundos conservados por Pedro Casaldáliga como bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia, de 1967 até sua aposentadoria em 2005. Foram digitalizados e microfilmados um total de 208.268 imagens. O projeto terminou em outubro de 2006, com a doação de uma cópia em microfilme e DVDs para o Arquivo Nacional da Catalunya.
2001	Barcelona coopera. Projeto de portal para ONGs	Em 2001, a AsF colaborou com a Fundação na fase de concepção e desenvolvimento de um anteprojeto de portal de ONGs da cidade de Barcelona. O projeto foi financiado pela cidade de Barcelona, através do programa Barcelona Solidaria.
2005	Seminário de Treinamento em arquivos: acesso à informação pública: a aplicação do direito de	No âmbito das políticas de conscientização dos cidadãos para saber informações sobre os eventos relacionados com as diferentes ditaduras militares equatorianos, as instituições deste país têm promovido várias ações relacionadas com os direitos

	acesso em Quito (Equador)	dos indivíduos. Neste contexto, AsF tem ajudado na realização de diversos cursos de treinamento e participou de seminários sobre os organização de arquivos e acesso à informação pública. São cursos especialmente notáveis realizados em 2005, com a colaboração de várias instituições do país, entre os quais destacou-se o curso "Arquivos: desafios e oportunidades do século XXI", bem como a participação no painel sobre "Acesso à Informações Públicas: a implementação do direito de acesso."
2006 - 2006	IIº Seminário Internacional de Arquivos de Barcelona	Durante o mês de novembro de 2006 aconteceu em Barcelona o IIº Seminário Internacional de Arquivos. Organizado conjuntamente pela ASF, Departamento de Relações Internacionais da cidade de Barcelona e do Arquivo Municipal e Sub-direção Geral de la Generalitat de Catalunya. O seminário foi concebido como um fórum de encontro e troca de experiências entre os técnicos de arquivo nos países onde estão sendo implementando projetos de cooperação. Participaram técnicos e arquivistas do Brasil, Equador, Marrocos, República Dominicana e Uruguai
2006	Estudo prospectivo de Ibo Ilha Arquivo Municipal (Moçambique)	Em outubro de 2006 foi realizado estudo prospectivo de documentos municipais preservados na Ilha do Ibo, na província de Cabo Delgado (Moçambique). Sob financiamento da Agência Espanhola de Cooperação Internacional, o estudo avaliou a possibilidade da realização de dois projetos: o primeiro, a organização dos arquivos municipais Ilha do Ibo, na qual cerca de 100 ml encontravam-se em estado grave de conservação. Além disso, o estabelecimento de um sistema geral de gestão de documentos de arquivos municipais, considerando que, em 2006, iniciou um processo de descentralização de funções.
2007	Projeto Internacional Conselho Consultivo de Recuperação de Arquivos Históricos da Polícia Nacional da Guatemala.	Em março de 2007, a cidade da Guatemala viu a criação do Conselho Consultivo Internacional Projeto de Recuperação, ligado ao Arquivo Histórico da Polícia Nacional da Guatemala. O centro mantém arquivamento de documentação produzida por este órgão público, no decurso do século XX, dentre as quais a documentação gerada por vários regimes militares do país. O Conselho Consultivo foi integrado por indivíduos e entidades relacionados com a defesa dos direitos humanos e à recuperação da memória do povo, de diferentes países. Outros membros incluem representantes das seguintes organizações: Fundação para a Memória Iraquiana, Comité Provincial de Memória da Argentina, grupo Benetech com o seu programa de Direitos Humanos, Centro de Documentação e Arquivo para a Proteção dos Direitos Humanos no Paraguai, <i>National Security Archives</i> (EUA), do Vicariato da Solidariedade no Chile, Camboja Centro de Documentação e também AsF.
2007	Projeto de Catalogação e restauração dos pôsteres da Fundação Salvador Allende, no Chile	Projeto de colaborou com a Fundação Salvador Allende, a fim de organizar, catalogar e digitalizar os cartazes conservados na instituição. São 787 cartazes que foram usados em várias campanhas publicitárias empreendidas pelo governo do presidente Salvador Allende (1970-1973) que formam um conjunto único, que reflete a ideologia política do Partido Popular Unidos, quando governou no Chile. Este projeto foi realizado em colaboração com Arquivistas sem Fronteiras, no Peru, que participou da assessoria técnica específica e processamento de arquivamento dos cartazes.

2008	Seminário Workshop: Introdução ao gerenciamento eletrônico de documentos, Lima (Peru)	Dada a necessidade de formação contínua dos arquivistas, especialmente em relação à nova gestão de documentos eletrônicos, foi realizada uma oficina seminário para arquivistas AsF, Peru. O objetivo foi centrado no tema do conhecimento e aplicação da metodologia do Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos (SGED) nas administrações públicas e privadas, tendo como ponto de partida os padrões internacionais, incluindo aqueles com a ISO 15489 e MoReq. Da mesma forma, diversas experiências mostraram a aplicação desta metodologia, como é o caso com a sua aplicação no arquivo com a Administração da Generalitat de Catalunya. A partir desta experiência, os participantes do curso foram capazes de ver quais são os elementos básicos de um SGED, a informação estruturada, metadados, segurança e todo o processo gerenciamento a partir do ciclo de vida dos documentos.
------	--	---

QUADRO 7 - Alguns projetos AsF concluídos

APÊNDICE E - Levantamento de títulos dos editoriais do periódico da AsF:
BOLETIN

Adotou-se o protocolo da coleta de dados conforme a tabela abaixo:

Nome Volume nº edição Semestre Ano Link para acesso da publicação em PDF na web

Título chave do editorial da edição. (manteve-se o idioma original)

A coleta de dados da publicação periódica da AsF espanhola incluiu o Volume 1 do nº 1 ao 20 – registrados em ordem decrescente. Obs.: Os Boletins abaixo 'linkados' estão disponíveis no formato PDF, colorido, e foram acessados no dia 11 de novembro de 2010. Por questão de economia de espaço e agilização do levantamento abaixo, os títulos foram transcritos conforme aparecem no instrumento de descrição digital singelo da página inicial dos *Boletines*³³, a qual remete a uma nova página para continuar a leitura completa do texto de descrição sucinta do editorial, abaixo do qual está disponível o link que abre a publicação que está sendo referenciada.

<i>Boletín Vol.1 nº 20 - 2º sem 2009</i>	http://www.arxiv.org/docs/ASF_CASTELLA_20.pdf
<i>Archiveros sin Fronteras Internacional, una red que se consolida</i>	
<i>Boletín Vol.1 nº 19 1º sem 2009</i>	http://www.arxiv.org/docs/ASF_CASTELLA_19[1].pdf
<i>Un nuevo reto: la cooperación y solidaridad archivística al alcance de todos</i>	
<i>Boletín Vol.1 nº 18 - II sem 2008</i>	http://www.arxiv.org/docs/BOLETIN18_cast.pdf
<i>Congreso Internacional de Archivos y Derechos Humanos: El acceso y la desclasificación de los documentos</i>	
<i>Boletín Vol.1 nº 17 1º sem 2008</i>	http://www.arxiv.org/docs/butlleti17cast.pdf
<i>Xº Aniversario de Archiveros sin Fronteras (1998 - 2008): El respeto, la solidaridad i la defensa de los Derechos Humano[...]</i>	
<i>Boletín Vol.1 nº 15-16 - 2º sem 2007</i>	http://www.arxiv.org/docs/BOLETIN15cast.pdf
<i>Los cooperantes, el eje de la cooperación. IV Jornadas Internacionales de Archiveros sin Fronteras [...]</i>	

³³ <<http://www.arxiv.org/es/publicacions.php?idCat=5>>.

<i>Boletín Vol.1 nº 14 - 2º sem 2006</i>	http://www.arxivers.org/docs/ASF_CASTELLA_20.pdf
<i>Los documentos del Obispo Pedro Casaldáliga en el Archivo Nacional de Cataluña ¡Ya es u [...]</i>	
<i>Boletín Vol.1 nº 13 - 1º sem 2006</i>	http://www.arxivers.org/docs/BOLETIN13.pdf
<i>Punto final a una deuda legal: La Ley reguladora del Estatuto del Cooperante El artículo [...]</i>	
<i>Boletín Vol.1 nº 12 - 2º sem 2005</i>	http://www.arxivers.org/docs/Boletin12.pdf
<i>Campos de trabajo en Fez: una experiencia Con motivo del proyecto de Archiveros sin Fro [...]</i>	
<i>Boletín Vol.1 nº 10-11 - 2º sem 2004</i>	http://www.arxivers.org/docs/Boletin10-11.pdf
<i>Los proyectos de futuro de la nueva Junta Directiva Internacional Las elecciones del pas [...]</i>	
<i>Boletín Vol.1 nº 9 - 1º sem 2004</i>	http://www.arxivers.org/docs/Boletin9.pdf
<i>La nueva dimensión Internacional de AsF</i>	
<i>Boletín Vol.1 nº 7-8 - 1º e 2º sem 2003</i>	http://www.arxivers.org/docs/Boletin7-8.pdf
<i>Nuevos Estatutos y Asamblea de AsF El pasado 26 de noviembre AsF celebró su Asamblea Ge [...]</i>	
<i>Boletín Vol.1 nº 6 - 2º sem 2002</i>	http://www.arxivers.org/docs/Boletin6.pdf
<i>Nuevos Estatutos y Asamblea de AsF El pasado 26 de noviembre AsF celebró su Asamblea Ge [...]</i>	
<i>Boletín Vol.1 nº 5 - 2º sem 2002</i>	http://www.arxivers.org/docs/Boletin5.pdf
<i>Archiveros Solidarios (CIA/ICA) Los conflictos políticos y sociales que han fustigado a [...]</i>	
<i>Boletín Vol.1 nº 4 - 2º sem 2001</i>	http://www.arxivers.org/docs/Boletin4.pdf
<i>BARCELONA SOLIDARIA colabora con AsF en Bosnia-Herzegovina En numerosas publicaciones [...]</i>	
<i>Boletín Vol.1 nº 3 - 1º sem 2001</i>	http://www.arxivers.org/docs/Boletin3.pdf
<i>I Jornadas de Arxiveros sin Fronteras (AsF) Los próximos días 26 y 27 de octubre se cel [...]</i>	
<i>Boletín Vol.1 nº 2 - 2º sem 2000</i>	http://www.arxivers.org/docs/Boletin2.pdf
<i>Mitjançant l'Assemblea General celebrada el dia 19 de desembre de 2000 a la Sala Dalmases [...]</i>	
<i>Boletín Vol.1 nº 1 - 1º sem 2000</i>	http://www.arxivers.org/docs/Boletin1.pdf
<i>¿Qué es la organización no gubernamental Archiveros sin Fronteras? [...]</i>	

APÊNDICE F – Entrevista com uma arquivista que trabalha em um projeto da AsF Brasil

Entrevista com a graduanda em Arquivologia da UFRGS: **Roberta Pinto Medeiros**

Data: 11 de novembro de 2010. Local: Secretaria do MJDH no RS

Endereço: Avenida Borges de Medeiros, 340, sala 94 Telefone: 51 3221-9130

AÇÃO DESENVOLVIDA PELA ASF BRASIL

Sob a coordenação do Arquivista Especialista Jorge Vivar

PROJETO: Organização e Descrição do Acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos no Rio Grande do Sul

Perguntas:

1- Como arquivista acadêmica, o que te motivou a trabalhar num projeto de cooperação da AsF Brasil?

Pelo motivo de iniciar um trabalho num acervo que não possuía nenhuma organização arquivística e por ter a oportunidade de trabalhar desde o início na organização.

2- Qual tua opinião sobre o trabalho arquivístico que você desenvolveu? Houve a orientação de algum Arquivista Sênior especialista representante da AsF no Brasil?

Acredito que esse trabalho no MJDH me proporcionou experiências únicas que os estudantes de Arquivologia não aprendem dentro da sala de aula, infelizmente nosso curso é muito tecnicista fazendo com que os arquivistas se tornem técnicos, o que não é uma boa vantagem, pois é bom pensar no lado social e histórico do acervo. Sim, esteve presente um representante da AsF Brasil, o professor Jorge Enrique Vivar.

3- O que você ganhou em termos de conhecimento e experiência arquivística e experiência de vida?

Como relatei na última pergunta, ganhei como experiência associar a teoria, que até então havia estudado dentro da sala de aula, com a prática que eu acho ser fundamental, na minha opinião, que todos os alunos, independente da Arquivologia ou de outros cursos, deveriam praticar, que essa prática fizesse parte

do currículo, não só como estágio obrigatório, mas que fosse uma disciplina que uniria a teoria com a prática. Com certeza será uma experiência de vida, assim como outros estágios que participei nas mais diversas áreas dentro do campo da arquivística.

4- O projeto: “Organização e descrição do acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos no Rio Grande do Sul” o que acrescentou a você em relação à importância da Arquivística nos Direitos Humanos?

Essa é uma pergunta difícil, por incrível que pareça! Mas o que mais me marcou é que eu percebi que poucas pessoas têm conhecimento sobre esses acervos, principalmente, acervos que não têm, digamos, a “mídia” dando um apoio. Realmente, percebi que o público que faz parte desse tipo de acervo ou são pessoas que sofreram com a ditadura civil-militar ou historiadores que estão pesquisando sobre o tema direitos humanos ou sobre essa época. Se fizer uma pesquisa poucas pessoas vão saber que existe o Movimento de Justiça e Direitos Humanos, aqui em Porto Alegre, assim como quando nos perguntam que curso tu faz e não entendem que é Arquivologia e não Arqueologia ou a famosa resposta: hã? Voltando a pergunta principal, a organização desse acervo acrescentou o quão importante é a arquivística, não só na área de Direitos Humanos, mas em qualquer uma. A forma como foi organizado e classificado esse acervo tornou-o mais claro e de fácil acesso a qualquer pessoa que queira fazer uma pesquisa. Antes estava “organizado” de acordo com o conhecimento da pessoa que estava no comando do MJDH, mas caso chegasse alguém para pesquisar um documento o tempo que levaria para achar esse documento ia ser enorme maçante, desmotivando totalmente essa pessoa a voltar ao acervo. E com a organização, com o quadro de arranjo pronto, qualquer pessoa que for guardar algum documento que está entrando no MJDH continuará com esse processo, ou seja, a pessoa vai saber onde guardar o tal documento, pois o quadro de arranjo do MJDH ficou de fácil leitura e fácil compreensão, mesmo se a pessoa não tiver nenhum conhecimento arquivístico. Essa é a importância da Arquivística de deixar qualquer acervo acessível a qualquer pessoa, a importância da acessibilidade é fundamental nos acervos, só assim eles têm seus objetivos fundamentados.

ANEXO A - Declaração Universal sobre os Arquivos

Declaração Universal sobre os Arquivos

*Arquivos registram decisões, ações e memórias. Arquivos são um patrimônio **único e insubstituível** transmitidos de uma **geração** à outra. Os documentos de arquivos são gerenciados desde a criação para **preservar** seu valor e significado. Arquivos são fontes **confiáveis** de informação para ações administrativas responsáveis e transparentes. Desempenham um papel **essencial** no desenvolvimento das sociedades ao **contribuir** para a constituição e a **salvaguarda da memória** individual e coletiva. O livre acesso aos arquivos enriquece o **conhecimento** sobre a sociedade humana, promove a **democracia**, protege os **direitos** dos cidadãos e melhora a **qualidade de vida**. [ICA – INTERNATIONAL COUNCIL OF ARCHIVES /SPA 2009]*

Por isso reconhecemos:

- **o caráter único** dos arquivos como evidência autêntica das atividades administrativas, culturais e intelectuais e como um reflexo da evolução das sociedades;
- **o caráter essencial** dos arquivos para apoiar a condução eficiente, responsável e transparente de negócios, proteger os direitos dos cidadãos, fundamentar a memória individual e coletiva, compreender o passado, documentar o presente e a orientar as ações futuras;
- **a diversidade** dos arquivos em registrar cada área de atividade humana;
- **a multiplicidade dos suportes** e formatos em que os documentos são produzidos os documentos, incluindo papel, eletrônico, audiovisual e outros de toda natureza;
- **o papel dos arquivistas**, profissionais qualificados, com formação inicial e contínua, que servem suas sociedades, apoiando a produção, seleção e conservação dos documentos, e os tornam disponíveis para uso;
- **a responsabilidade de todos** – cidadão, gestores e autoridades públicas, proprietários ou custodiantes de arquivos públicos e privados, arquivistas e outros profissionais do campo da informação, na gestão de arquivos.

Por isso nos comprometemos a trabalhar juntos, para que:

- * sejam adotadas e aplicadas nacionalmente políticas e legislação arquivística adequadas;
 - * a gestão de arquivos seja valorizada e realizada com competência por todos os organismos, públicos ou privados, que produzem documentos e usam arquivos na condução de seus negócios;
 - * os recursos adequados, inclusive a contratação de profissionais capacitados, sejam alocados para apoiar a correta gestão dos arquivos;
 - * os arquivos sejam geridos e conservados de forma a garantir a sua autenticidade, confiabilidade e uso;
 - * os arquivos sejam acessíveis a todos, respeitando a legislação pertinente e os direitos dos indivíduos, produtores, proprietários e usuários;
 - * os arquivos sejam utilizados de modo a contribuir para a promoção de uma cidadania responsável.
- Aprovada na assembleia geral do Conselho Internacional de Arquivos realizada em 17 de setembro de 2010, durante a 42ª CITRA, em Oslo

ANEXO B - Entrevista da Folha de São Paulo

São Paulo, sexta-feira, 06 de agosto de 2010

“Privatização do conhecimento” é alvo de críticas

DO ENVIADO A PARATY PLÍNIO FRAGA

Dois dos mais conceituados historiadores contemporâneos, Robert Darnton (Universidade Harvard) e Peter Burke (Cambridge) criticaram ontem na Flip a "privatização do conhecimento" por meio de longevas leis de proteção ao direito autoral.

Darnton lembrou que os fundadores do Estado norte-americano estabeleceram inicialmente que uma obra estaria protegida por 14 anos, prorrogáveis por mais 14.

Hoje, o direito autoral deve ser respeitado até 70 anos depois da morte do autor. "Há um movimento de enclausuramento da cultura. Pesquisadores financiados por empresas particulares não podem dividir o conhecimento produzido, porque isso se opõe ao interesse dos financiadores. Mas o conhecimento pertence a toda a humanidade. É criado para o bem-estar de todos, não só para o lucro de alguns", afirmou.

Burke exemplificou o que chamou de tentativa de "privatizar o conhecimento". "Na Índia, limpar os dentes com folhas de uma determinada árvore é um hábito difundido, o que faz com que a venda de pastas de dentes seja menor do que poderia ser. Agora, uma empresa americana quer patentear a obtenção da substância desta árvore. Ou seja, indianos podem ter de pagar por um hábito milenar em sua cultura."

WIKIPEDIA

Os historiadores elogiaram a produção de enciclopédias digitais, como a Wikipedia -uma obra aberta a qualquer usuário para a produção de verbetes ou trechos de verbetes.

"Os alertas da Wikipedia -do tipo este artigo pode conter viés político ou de falta de identificação de fontes confiáveis- levam a uma saudável desconfiança sobre quem produz conhecimento", disse Darnton.

Burke definiu-se como "semiotimista" com o futuro dos livros impressos. "O que me faz também semipessimista", relativizou. "Mas acho que o livro impresso está longe de morrer."

Darnton admitiu que não tem o hábito de ler em máquinas (como Kindle). "Elas ainda vão melhorar, mas gosto da relação com o livro de papel, da sensação de poder voltar as páginas. Mas o futuro do livro é digital."

Seu companheiro de mesa completou, no entanto, lamentando que a leitura digital é para obras curtas, o que afetará o formato dos livros.